



global witness

A QUE PREÇO?

Negócios
irresponsáveis
e o assassinato
de defensores
da terra e do
meio ambiente
em 2017



“Quando eu cheguei lá, o local estava coberto de cartuchos de bala vazios, e isso me fez pensar: **tudo que esses povos indígenas sempre quiseram foi ser capazes de recuperar suas terras ancestrais e viver em paz.**”

– Defensor filipino Rene Pamplona, sobre o massacre de oito indígenas T’boli–Manobo na plantação de café da empresa Silvicultural Industries

ÍNDICE

A SITUAÇÃO MUNDIAL	6
ENTRE EM AÇÃO	6
> As 10 principais constatações e lembrando o que cada um precisa fazer	8
2017 – AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS: novos padrões preocupantes	9
> O que é agronegócio?	9
AS QUESTÕES-CHAVE	12
> Quem são os defensores da terra e do meio ambiente?	12
> Que outras ameaças os defensores estão enfrentando?	12
> Quais setores estão conduzindo os ataques?	13
> Quem são os prováveis agressores?	13
> Quais são as causas fundamentais das ameaças aos defensores?	13
ONDE AS COISAS PIORARAM DRASTICAMENTE EM 2017	14
LIGAÇÃO FATAL: O agronegócio e as forças armadas nas Filipinas	15
ONDA CRESCENTE DE VIOLÊNCIA: O crime organizado e as comunidades ameaçadas no México	18
INFRATORES PERSISTENTES	21
INSTITUCIONALIZANDO O DESEQUILÍBRIO DE PODER: No Brasil a situação vai de mal a pior	22
CUSTE O QUE CUSTAR: Corrupção e repressão em Honduras	25
ASSASSINANDO SEM PUNIÇÃO: A impunidade na Colômbia	27
VOZES NÃO OUVIDAS	32
Um panorama? Por que as nossas estatísticas sobre a África podem não fechar	33
As mulheres em defesa da terra, da vida e da igualdade	35
TEMPO DE MUDANÇA: GOVERNOS E NEGÓCIOS RESPONSÁVEIS	37
COMO E POR QUE: Estados e empresas podem e devem impedir ataques contra os defensores	38
O PAPEL DOS CONSUMIDORES: E o que você pode fazer	41
AGRONEGÓCIO: Negócio irresponsável em 2017	42
POLÍTICAS E AÇÕES	44
PASSOS NA DIREÇÃO CERTA: Exemplos recentes de ações de Estados, empresas e outros	45
CONCLUSÃO	49
RECOMENDAÇÕES: O precisa ser feito?	50
INFORMAÇÃO ADICIONAL	52
METODOLOGIA	52
AGRADECIMENTOS	53
ANEXO I: Diretrizes facultativas para o agronegócio, sua importância para os defensores	54
ANEXO II: Consentimento livre, prévio e informado	55
ANEXO III: Recomendações gerais para Estados e empresas	56
NOTAS FINAIS	57

TIVERAM A VIDA ROUBADA, MAS A LUTA DELES CONTINUA

Os defensores da terra e do meio ambiente assassinados em 2017

Santiago Maldonado, Argentina
Rafael Nahuel, Argentina
Ceará, Brasil
Roberto Santos Araújo, Brasil
Elivelton Castelo Nascimento, Brasil
José Caneta Gavião, Brasil
Sônia Vicente Cacau Gavião, Brasil
Orestes Rodrigues de Castro, Brasil
Renato Souza Benevides, Brasil
Xukuru-Kariri Damião Lima da Silva (Dão), Brasil
Waldomiro Costa Pereira, Brasil
Raimundo Silva (Umbico), Brasil
Aldo Aparecido Carlini, Brasil
Edson Alves Antunes, Brasil
Ezequias Santos de Oliveira, Brasil
Fábio Rodrigues dos Santos, Brasil
Francisco Chaves da Silva, Brasil
Izaul Brito dos Santos, Brasil
Samuel Antônio da Cunha, Brasil
Sebastião Ferreira de Souza, Brasil
Valmir Rangeu do Nascimento, Brasil
Silvino Nunes Gouveia, Brasil
Kátia Martins, Brasil
Etevaldo Soares Costa, Brasil
Paulo Sérgio Bento Oliveira, Brasil
Weldson Pereira da Silva, Brasil
Nelson Souza Milhomem, Brasil
Weclebson Pereira Milhomem, Brasil
Ozeir Rodrigues da Silva, Brasil
Jane Julia de Oliveira, Brasil
Regivaldo Pereira da Silva, Brasil
Ronaldo Pereira de Souza, Brasil
Bruno Henrique Pereira Gomes, Brasil
Antonio Pereira Milhomem, Brasil
Hércules Santos de Oliveira, Brasil
Valdenir Juventino Izidoro (Lobo), Brasil
Manoel Quintino da Silva Kaxarari, Brasil
Ademir de Souza Pereira, Brasil
Rosenilton de Almeida, Brasil
Raimundo Mota de Souza Junior, Brasil
Lindomar Fernandes Martins, Brasil
Manoel Índio Arruda, Brasil
Maria da Lurdes Fernandes Silva, Brasil
Adeilton Brito de Souza, Brasil

Este relatório e a nossa campanha são dedicados a todas aquelas comunidades e organizações que corajosamente têm tomado uma posição na defesa dos direitos humanos, da sua terra e do nosso meio ambiente.

207 deles foram assassinados no ano passado por terem feito exatamente isso. Nestas páginas, lembramos seus nomes e celebramos seu ativismo.

E reiteramos a nossa determinação de estar ao lado daqueles que continuam a luta por um mundo melhor e de colocar às claras essas questões, que tantas vezes são escondidas.

Vocês não estão sozinhos. Justiça será feita.

Amauri Pereira Silva, Brasil
Cosme Rosário da Conceição, Brasil
Gildásio Bispo das Neves, Brasil
Marcos Pereira Silva, Brasil
Valdir Pereira Silva, Brasil
Edilson Pereira dos Santos, Brasil
Jorge Matias da Silva, Brasil
Eraldo Moreira Luz, Brasil
Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, Brasil
João Ferreira dos Santos, Brasil
Hugo Rabelo Leite, Brasil
Flávio Lima de Souza, Brasil
Marinalva Silva de Souza, Brasil
Jairo Feitosa Pereira, Brasil
Fernando Pereira, Brasil
Aldemar Parra García, Colômbia
José Yeimer Cartagena, Colômbia
Edmiro León Alzate Londoño, Colômbia
Yoryanis Isabel Bernal Varela, Colômbia
Edilberto Cantillo Meza, Colômbia
Falver Cerón Gómez, Colômbia
Eder Cuetia Conda, Colômbia
Ruth Alicia Lopez Guisao, Colômbia
Javier Oteca Pilcué, Colômbia
Gerson Acosta Salazar, Colômbia
Nelson Fabra Díaz, Colômbia
Jorge Arbey Chantré Achipiz, Colômbia
Daniel Felipe Castro Basto, Colômbia
Mario Andrés Calle Correa, Colômbia
Ezequiel Rangel Romano, Colômbia
Luis Edilson Arango Gallego, Colômbia
Manuel Ramírez Mosquera, Colômbia
Esquivel Manyoma, Colômbia
Efigenia Vasquez Astudillo, Colômbia
Oscar Ferney Tenorio, Colômbia
Aulio Isarama Forastero, Colômbia
Mario Jacanamijoy, Colômbia
Mario Castaño Bravo, Colômbia
Hernán Bedoya, Colômbia
Joël Meriko Ari, RDC
Gerome Bolimola Afokao, RDC
Tims Nalola Butinda, RDC
Léopold Gukiya Ngbekusa, RDC
Patrick Kisémba N'singa, RDC

Sudi Koko, RDC
Antopo Selemani, RDC
Lokana Tingiti, RDC
Dudunyabo Machongani Célestin, RDC
Charles Paluku Syaira, RDC
Jonas Paluku Malyani, RDC
Pacifique Musubao Fikirini, RDC
Christian Mbone Nakulire, RDC
Luis Manuel Medina, República Dominicana
Leo Martínez, República Dominicana
Laura Leonor Vásquez Pineda, Guatemala
Sebastián Alonso, Guatemala
Carlos Maaz Coc, Guatemala
José de los Santos Sevilla, Honduras
José Alfredo Rodríguez, Honduras
Silvino Zapata, Honduras
Leodan Mancías, Honduras
Héctor Noé Cárcamo Castellanos, Honduras
Alamgeer Sheikh, Índia
Mafizul Khan, Índia
Daulat Ram Lader, Índia
Dharmendra Vala, Índia
Jailal Rathia, Índia
Pehelwan Singh, Índia
Lalita, Índia
Uday Yadav, Índia
Niranjan Yadav, Índia
Vimlesh Yadav, Índia
Sharath Madivala, Índia
Duba Issa, Quênia
Roba Duba, Quênia
Friday Pyne, Libéria
Marciano Martínez Cruz, México
Rafael Hernández Cisneros, México
Isidro Baldenegro López, México
Juan Ontiveros Ramos, México
Benjamín Juárez José, México
José Carlos Jiménez Crisóstomo, México
Luis Gustavo Hernández Cohenete, México
Francisco Jiménez Alexandre, México
Santiago Luna Crisanto, México
Miguel Ángel Vázquez Torres, México
Agustín Vázquez Torres, México
Rodrigo Guadalupe Huet Gómez, México
Pablo Andrés Jiménez, México
Gabriel Ramos Olivera, México
Felipe Ramírez, México
Hussen Antônio Laitone, Moçambique
Lung Jarm Phe, Myanmar
Htay Aung, Myanmar
Camilo Frank López, Nicarágua
Celedonia Zalazar Point, Nicarágua
Tito José González Bendles, Nicarágua
Felipe Pérez Gamboa, Nicarágua
Inspector Manzoor, Paquistão
Constable Mushtaq, Paquistão
Elías Gamonal Mozombite, Peru
Jorge Calderón Campos, Peru
Orlando Burillo Mendoza, Peru
Feliciano Córdova Abad, Peru

Alcides Córdova López, Peru
José Edil Córdova López, Peru
Jhony Cáceres González, Peru
José Napoleón Tarrillo Astonitas, Peru
Datu Venie Diamante, Filipinas
Mario Contaoi, Filipinas
Veronico “Nico” Delamante, Filipinas
Alexander Ceballos, Filipinas
Wencislao Pacquiao, Filipinas
Renato Anglao, Filipinas
Alejandro Laya-Og, Filipinas
Orlando Eslana, Filipinas
Mía Manuelita Mascariñas-Green, Filipinas
Edweno ‘Edwin’ Catog, Filipinas
Willerme Agorde, Filipinas
Gilbert Bancat, Filipinas
Ramon Dagaas Pesadilla, Filipinas
Leonila Tapdasan Pesadilla, Filipinas
Pedro Pandagay, Filipinas
Cora Molave Lina, Filipinas
Arman Almonicar, Filipinas
Arlyn Almonicar, Filipinas
Danilo Ruiz Nadal, Filipinas
Bernardo Calan Ripdos, Filipinas
Jerry Cuyos, Filipinas
Jocel Rosales, Filipinas
Rodolf Tagalog Jr., Filipinas
Federico “Pande” Plaza, Filipinas
Lito Casalla, Filipinas
Ande Latuan, Filipinas
Carolina Arado, Filipinas
Boy Cañete, Filipinas
Roger “Titing” Timboco, Filipinas
Lomer Gerodias, Filipinas
Engracio de los Reyes, Filipinas
Obillo Bay-ao, Filipinas
Ruben Arzaga, Filipinas
Webby Argabio, Filipinas
Perfecto Hoyle, Filipinas
Elisa Badayos, Filipinas
Eleuterio Moises, Filipinas
Lando Moreno, Filipinas
Rodrigo Timoteo, Filipinas
Datu Victor Danyan, Filipinas
Victor Danyan Jr., Filipinas
Artemio Danyan, Filipinas
Pato Celardo, Filipinas
Samuel Angkoy, Filipinas
To Diamante, Filipinas
Bobot Lagase, Filipinas
Mateng Bantel, Filipinas
Marcelito “Tito” Paez, Filipinas
Xavier Ribes Villas, Espanha
David Iglesias Díez, Espanha
Wayne Lotter, Tanzânia
Aysin Ulvi Büyüknohutçu, Turquia
Ali Ulvi Büyüknohutçu, Turquia
Freddy Menare, Venezuela
Rodrick Ngulube, Zâmbia

A SITUAÇÃO MUNDIAL



Aqueles que estão na linha de frente da luta pelos direitos humanos e pelo futuro do nosso planeta estão enfrentando ameaças maiores do que nunca, com os governos e as empresas fracassando em seu dever de atuar. © RODRIGO ARANGUA/AFP/Getty Images

ENTRE EM AÇÃO

A comida em nossos pratos, os anéis em nossos dedos e os móveis de madeira em nossas casas: muitas vezes há uma realidade violenta por trás dos utensílios domésticos do nosso cotidiano. À medida que o agronegócio cresce, as florestas tropicais são derrubadas e a mineração continua a gerar enormes receitas para as grandes corporações globais, ocorrem ataques cada vez mais brutais aos defensores da terra e do meio ambiente.

Na Colômbia, Hernán Bedoya foi baleado 14 vezes por um grupo paramilitar. Ele foi morto depois de protestar contra as plantações de óleo de palma e banana em terras que foram roubadas de sua comunidade.

Nas Filipinas, perto da cidade de Lake Sebu, militares apareceram subitamente em uma pequena comunidade, mataram oito pessoas, feriram cinco e expulsaram 200.

E num dos maiores ataques de 2017, indígenas Gamela foram agredidos no Brasil. Machetes e rifles foram usados na tentativa de tomar o controle de suas terras, deixando 22 gravemente feridos, alguns com as mãos decepadas. Meses depois, ninguém foi indiciado pelo incidente, refletindo uma cultura mais ampla de impunidade e falta de ação no apoio aos defensores por parte do governo brasileiro.

Ao invés de tomar medidas para acabar com os ataques contra os defensores, o presidente Michel Temer e os legisladores

brasileiros estão ativamente enfraquecendo as leis e as instituições destinadas a proteger os direitos à terra e os povos indígenas. Ao mesmo tempo, eles decidiram tornar mais fácil para as grandes empresas – aparentemente imperturbáveis pelo devastador custo humano e ambiental de suas atividades – intensificarem a exploração de ecossistemas frágeis.

NEGÓCIOS IRRESPONSÁVEIS, GOVERNOS NEGLIGENTES

Mas não é só no Brasil que governos e empresas estão dando as costas para aqueles que lutam para proteger sua terra e seu modo de vida. Conforme nosso sexto Relatório Anual, em todo o mundo, muitos dos que cometem e são cúmplices dos ataques a defensores estão se livrando de toda culpa e responsabilidade.

Governos e empresas falharam em agir de forma responsável, ética e até mesmo dentro da lei, tornando-os uma grande força motriz por trás de uma sequência de crimes contra ativistas no ano passado.

Eles foram parte da razão pela qual 207 defensores foram mortos em 2017, tornando-se o pior ano já registrado. E também foram parte da razão pela qual muitos outros foram atacados, ameaçados ou criminalizados por mostrarem a coragem de se posicionar em favor de suas comunidades, seu modo de vida e seu ambiente.

Sua inação ajudou a alimentar a onda de assassinatos de pessoas protestando contra a agricultura em larga escala, com o aumento da corrida global por terra.

E sua disposição em fechar os olhos à situação permitiu a impunidade sistêmica, sinalizando aos agressores que eles provavelmente nunca serão levados à justiça. De fato, os governos são frequentemente cúmplices nos ataques. Um dos fatos mais chocantes descritos neste relatório é o número de assassinatos cometidos por forças de segurança do governo a pedido de seus chefes políticos e em associação com o mercado.

Os dados meticulosamente obtidos e apresentados neste relatório - e os estudos de caso incluídos - são provavelmente bastante subestimados, devido à grande quantidade de desafios na identificação e na denúncia dos assassinatos. E mesmo assim, é evidente que os governos e as empresas têm questões sérias a responder.

Mas todos nós podemos fazer mais.

Em última análise, os ataques contra os defensores da terra e do meio ambiente decorrem de nosso apetite voraz por produtos agrícolas como o óleo de palma, o café e a carne bovina e por combustíveis fósseis, minerais e madeira. A extração desses recursos requer uma quantidade crescente de terra, transformando-a em uma mercadoria altamente valorizada. As comunidades que viveram e trabalharam na terra por gerações são muitas vezes quem sai perdendo nessa busca por recursos naturais.

As empresas têm uma responsabilidade perante seus clientes, que devem ter confiança de que os produtos que compram não estão alimentando abusos de direitos humanos, destruição cultural ou devastação ambiental. E nós, os consumidores, temos a responsabilidade de exigir que essas empresas cumpram sua parte.

Quando uma exuberante floresta tropical é desmatada para dar lugar a monoculturas, delicados ecossistemas capazes de capturar as emissões de carbono são perdidos para sempre. Quando a terra é explorada para mineração, o solo e a água limpa são envenenados, colocando em risco a saúde e o futuro das comunidades próximas. Esses abusos são tolerados, facilitados e às vezes até praticados por empresas e investidores irresponsáveis, juntamente com governos corruptos ou negligentes, que estão sedentos em atender a demanda do consumidor e maximizar o lucro.

APOIANDO OS DEFENSORES

Opondo-se a governos, empresas e investidores sem escrúpulos – numa luta extremamente desigual – estão os defensores da terra e do meio ambiente. Cada defensor tem a sua própria história – algumas delas apresentadas em nossos estudos de caso das comunidades sob ameaça no Brasil, no México, nas Filipinas, em Honduras e na Colômbia. Mas são todos parte de um movimento global para proteger o planeta.

Estão na linha de frente do combate às mudanças climáticas, da preservação dos ecossistemas e da proteção aos direitos humanos. Defendem causas que beneficiam a todos: sustentabilidade, biodiversidade e justiça.

E nós estamos com eles.

Pedimos às instituições poderosas e às organizações que ameaçam os interesses dos defensores, de suas comunidades e do planeta que reconheçam as suas responsabilidades, e usem seu poder para o bem. Porque embora sejam fonte de muitos dos problemas documentados neste relatório, os governos e as empresas também têm o poder – a força financeira, legislativa e executiva, bem como o dever legal – para fazer uma grande diferença.

ENTRE EM AÇÃO

Pedimos aos governos e às empresas que se responsabilizem, priorizem os defensores e:

- **Combatam as causas estruturais** da violência contra os defensores, especialmente a falta de consentimento livre, prévio e informado das comunidades para o uso de suas terras e recursos naturais.
- **Apoiem e protejam os defensores** em risco para que possam realizar seu ativismo com segurança.
- **Garantam a responsabilização** para que os causadores dos ataques aos defensores sejam levados à justiça, de tal forma que existam consequências para quem deixar de proteger os ativistas e para as empresas que não derem a devida atenção à sua cadeia de fornecedores.

Os consumidores podem desempenhar o seu papel também, exigindo garantias de que os produtos que compram não estejam associados à apropriação indevida de terra, a despejos forçados ou a ataques a defensores.

Apesar das dificuldades que enfrenta, a comunidade global de defensores do meio ambiente e da terra não está desistindo - está ficando cada vez mais forte. Vamos fazer campanha com eles, levando essa luta aos corredores do poder e às diretorias das corporações; não cansaremos de lutar pela garantia de que suas vozes sejam ouvidas.

AS 10 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- 1.** Pelo menos 207 defensores foram assassinados em 2017 – o **ano com o maior número de mortes** já registrado.
- 2.** O agronegócio foi o setor mais perigoso, superando pela primeira vez a mineração, com 46 defensores mortos protestando contra a forma como os bens que consumimos estão sendo produzidos.
- 3.** Houve **mais massacres** em 2017 do que nunca: a Global Witness documentou sete casos nos quais mais de quatro defensores foram mortos ao mesmo tempo.

4. Quase 60% dos assassinatos registrados em 2017 ocorreram na **América Latina**.

5. O Brasil teve o **maior número de mortes já registrado em um ano em qualquer país** (57), enquanto que as Filipinas viram mais assassinatos em 2017 do que nunca em um país asiático (48).

6. O México **piorou muito** em 2017, com um aumento de três para 15 assassinatos comparado com 2016.

7. Houve uma **grande diminuição nos assassinatos** de defensores da terra e do meio ambiente em Honduras, embora a repressão da sociedade civil em geral esteja pior do que nunca.

8. Houve um **aumento do reconhecimento e ações** foram tomadas por governos e empresas, mas muito mais precisa ser feito.

9. A impunidade generalizada torna difícil identificar os **agressores**, mas a Global Witness foi capaz de ligar as forças de segurança do governo à 53 dos assassinatos, e atores não-estatais a 90.

10. **Documentar e verificar** os casos, particularmente na África, continua sendo uma difícil tarefa.

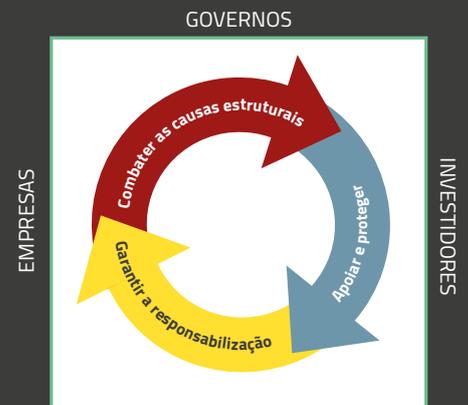
LEMBRANDO O QUE CADA UM PRECISA FAZER

Os Estados têm o dever principal, sob o direito internacional, de garantir que os defensores dos direitos humanos possam praticar seu ativismo com segurança. Entretanto, os defensores da terra e do meio ambiente enfrentam riscos específicos e elevados por desafiar interesses comerciais. Portanto, para mantê-los seguros, é necessária a ação de:

- > **Governos**
- > **Empresas**
- > **Investidores**
- > **Ajuda bilateral e parceiros comerciais**

Estes atores devem tomar medidas para:

- > **Combater as causas estruturais de risco** – Garantindo que as comunidades possam fazer escolhas livres e informadas sobre se e de que forma suas terras e recursos são utilizados.
- > **Apoiar e proteger os defensores** – Através de leis, políticas, práticas e recursos específicos.
- > **Assegurar a responsabilização por abusos** – Isso vai além do julgamento dos mandantes ou executores responsáveis pelos ataques e se estende em garantir que aqueles que falharam em apoiar e proteger os defensores enfrentem as consequências da sua falta de ação.



AJUDA BILATERAL E PARCEIROS COMERCIAIS

Para cada país descrito neste relatório, apresentamos três recomendações para os seus respectivos governos, cada uma delas, na mesma linha das medidas aqui apresentadas.

Leia o nosso conjunto completo de recomendações nas páginas 50-51

2017 – AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS

Novos padrões preocupantes

O ANO MAIS PERIGOSO CONFORME OS REGISTROS

Em 2017, a Global Witness documentou 207 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente – pessoas comuns assassinadas por defender suas florestas, rios e casas contra setores destrutivos. Foram seis assassinatos a mais do que em 2016, tornando-o o pior ano já registrado.¹

Com o aumento dos assassinatos, alguns governos, empresas e organizações intergovernamentais começaram a reconhecer a gravidade da situação. Mas suas promessas e sua retórica ainda não foram traduzidas em políticas convincentes e mudanças concretas, e os defensores continuam temendo por suas vidas.

O AUMENTO DE ASSASSINATOS NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO

Essa situação é, em parte, impulsionada por uma tendência lamentável: o número de pessoas mortas enquanto protestavam contra a agricultura em larga escala mais do que duplicou em comparação a 2016. Pela primeira vez, o agronegócio ultrapassou a mineração como o setor mais perigoso a se opor, já que 46 defensores que protestaram contra plantações de óleo de palma, café, frutas tropicais e cana-de-açúcar, bem como a pecuária, foram assassinados em 2017.

Oposição a operações de mineração e petróleo (40 assassinatos), caça ilegal (23 assassinatos) e extração de madeira (23 casos) foram as outras principais razões pelas quais os defensores foram mortos no ano passado.

UM ANO DE CHACINAS

Ligado ao aumento das mortes relacionadas ao agronegócio, a Global Witness observou um aumento de **assassinatos múltiplos** (7 incidentes no total) de defensores da terra e do meio ambiente, muitos dos quais estavam contestando projetos agrícolas de grande escala.² O Brasil foi palco de três terríveis chacinas, durante as quais 25 defensores morreram.³ Oito ativistas indígenas foram massacrados nas Filipinas,⁴ enquanto o México,⁵ o Peru⁶ e a República Democrática do Congo⁷ também tiveram incidentes em que mais de quatro defensores foram assassinados ao mesmo tempo.

Essas chacinas enviaram a mensagem que não apenas os líderes da comunidade serão alvos: ninguém está seguro. E têm um impacto enorme, já que comunidades inteiras – ou grande parte delas – estão frequentemente envolvidas em lutas para proteger suas terras da apropriação indevida.

O QUE É O AGRONEGÓCIO?

O termo “agronegócio” se destaca neste relatório como o setor mais ligado aos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente. Qualquer empresa que obtenha a maioria ou todos os rendimentos da agricultura é conhecida como “agronegócio”. Tendem a ser operações comerciais em grande escala, envolvidas no cultivo, no processamento e na fabricação, podendo ainda lidar com a embalagem e a distribuição dos produtos.⁸

Alguns produtos-chave do agronegócio incluem gado (carne e laticínios), algodão, óleo de palma, soja e cana-de-açúcar. O óleo de palma está em cerca de metade de todos os produtos embalados vendidos no supermercado, incluindo chocolate, margarina, sorvete, xampu e batom.⁹ O açúcar extraído da cana-de-açúcar é predominante em muitos dos alimentos que comemos e, cada vez mais, uma fonte de biocombustíveis e bioplásticos.¹⁰ A maior parte da carne bovina, do peixe, do frango e dos produtos lácteos produzidos comercialmente foi alimentada com soja, com 80% do cultivo de soja do mundo sendo direcionado à pecuária.¹¹

OS AGRESSORES E POR QUE ELES ESCAPAM IMPUNES

Uma cultura generalizada de **impunidade** dificulta a identificação dos responsáveis pelos assassinatos e envia um sinal aos possíveis agressores de que não serão obrigados a pagar por seus crimes. Pior ainda, os dados da Global Witness mostram que muitas vezes são as forças de segurança do governo que cometem esses crimes. Elas estavam ligadas a cerca de um quarto dos assassinatos no ano passado – 30 ligados ao exército e 23 à polícia.¹² Gangues criminosas, seguranças, proprietários de terras, caçadores ilegais e outros atores não-estatais eram suspeitos de realizar pelo menos 90 assassinatos.¹³



A demanda dos consumidores por produtos agrícolas como o óleo de palma e o café transformou a terra em uma mercadoria altamente valorizada pelas empresas, muitas vezes em detrimento das comunidades que vivem e trabalham lá há gerações. © Leo Plunkett

ASSASSINATOS DE 2017 POR PAÍS

O NÚMERO DE MORTOS: REGIÃO POR REGIÃO

Mais uma vez, a **América Latina** registrou o maior número de assassinatos, respondendo por quase 60% do total. De acordo com dados da Global Witness, o **Brasil** registrou mais assassinatos do que qualquer outro país com 57 pessoas mortas, 80% delas protegendo as riquezas naturais da Amazônia. Na **Colômbia**, 24 defensores foram assassinados em 2017, como consequência do alastramento dos conflitos por terra. O **México** e o **Peru** viram um salto nas mortes de três para 15 e de dois para oito, respectivamente. Houve menos assassinatos em **Honduras** – cinco em comparação com 14 em 2016 – mas a crescente repressão da sociedade civil restringiu o que os defensores podem dizer e fazer. A **Nicarágua** registrou o maior número de assassinatos per capita, com quatro defensores mortos.¹⁴

Na Ásia, os acontecimentos mais alarmantes ocorreram nas **Filipinas**, com 48 assassinatos – quase 50% de aumento em 2016 e o maior número de assassinatos já registrados na Ásia em um único ano. A agressiva postura anti-direitos humanos do Presidente Duterte e uma presença militar renovada em regiões ricas em recursos estão alimentando a violência. Quase metade dos assassinatos nas Filipinas esteve ligada a lutas contra o agronegócio.

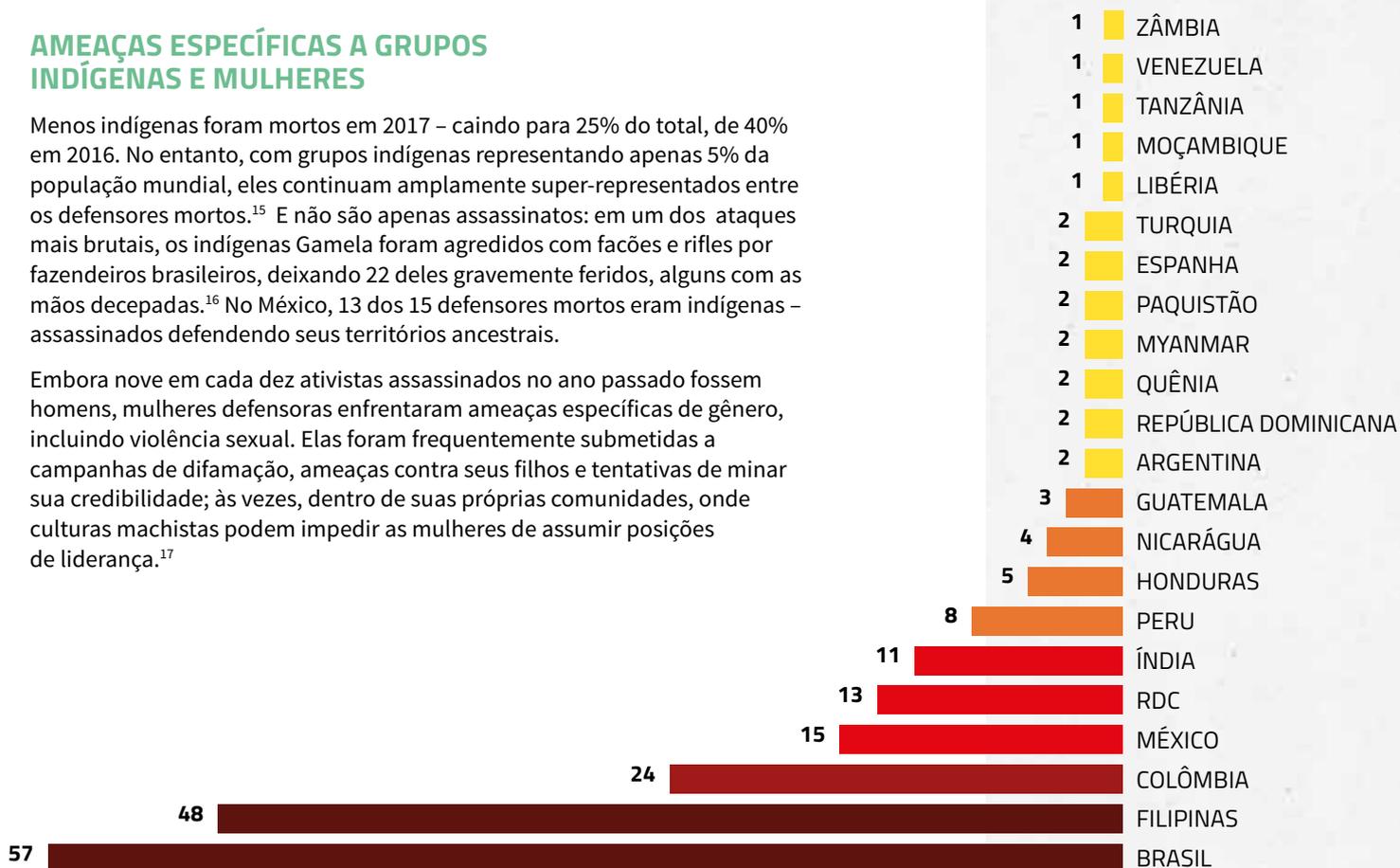
Dos 19 defensores da terra e do meio ambiente reportados mortos em toda a **África**, 17 perderam suas vidas enquanto defendiam áreas protegidas contra caçadores e garimpeiros ilegais – 12 somente na República Democrática do Congo.

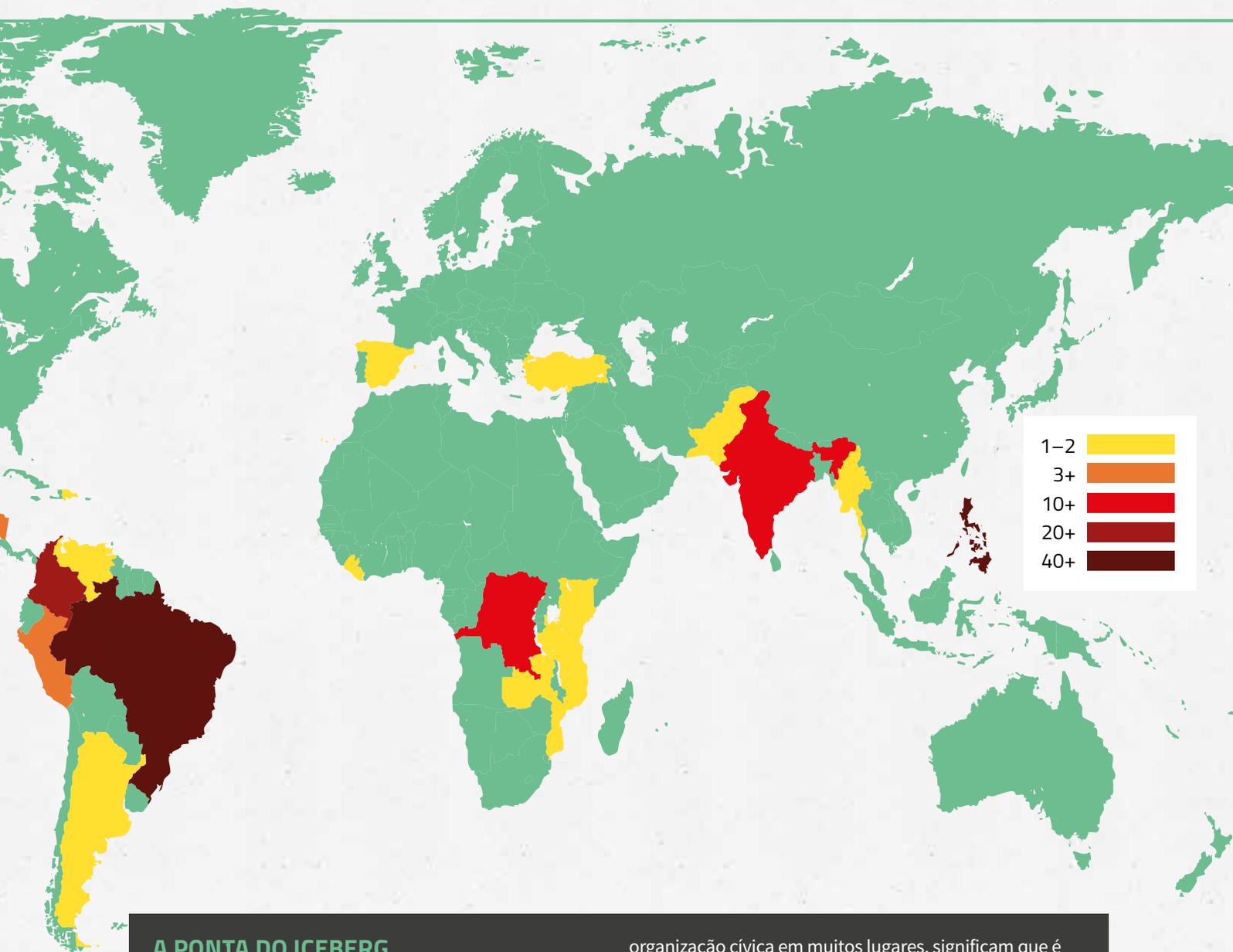
Naturalmente, muitos outros países e regiões poderiam estar sofrendo um número elevado de assassinatos que não foram documentados ou que não pudemos verificar.

AMEAÇAS ESPECÍFICAS A GRUPOS INDÍGENAS E MULHERES

Menos indígenas foram mortos em 2017 – caindo para 25% do total, de 40% em 2016. No entanto, com grupos indígenas representando apenas 5% da população mundial, eles continuam amplamente super-representados entre os defensores mortos.¹⁵ E não são apenas assassinados: em um dos ataques mais brutais, os indígenas Gamela foram agredidos com facões e rifles por fazendeiros brasileiros, deixando 22 deles gravemente feridos, alguns com as mãos decepadas.¹⁶ No México, 13 dos 15 defensores mortos eram indígenas – assassinados defendendo seus territórios ancestrais.

Embora nove em cada dez ativistas assassinados no ano passado fossem homens, mulheres defensoras enfrentaram ameaças específicas de gênero, incluindo violência sexual. Elas foram frequentemente submetidas a campanhas de difamação, ameaças contra seus filhos e tentativas de minar sua credibilidade; às vezes, dentro de suas próprias comunidades, onde culturas machistas podem impedir as mulheres de assumir posições de liderança.¹⁷





A PONTA DO ICEBERG

Nossos dados sobre as mortes provavelmente são subestimados, já que muitos assassinatos não são registrados, particularmente nas áreas rurais. Nossa metodologia requer que os casos sejam verificados de acordo com um conjunto estrito de critérios (ver Metodologia na página 52), que nem sempre conseguem ser atendidos revisando informações públicas, como relatórios de jornais ou documentos legais, nem por meio de contatos locais. Ter uma metodologia rigorosa significa que nossos números não representam a escala do problema, e estamos trabalhando para melhorar isso.

Em alguns países, a supressão da mídia, a falta de monitoramento e documentação por parte de governos e ONGs, ou o fato de que informações emergentes de zonas de conflito muitas vezes não são claras, chegando a ser contraditórias, podem dificultar a identificação de casos específicos. Estes desafios em relação à disponibilidade de informação, juntamente com a diminuição do espaço para a liberdade de expressão e

organização cívica em muitos lugares, significam que é muito provável que muito mais defensores sejam mortos do que documentamos. Também é importante notar que um número baixo de assassinatos documentados em um determinado país não significa necessariamente que os defensores não estejam enfrentando outras ameaças, como prisão ou assédio (ver seção 12).

Nossos dados podem diferir daqueles coletados por outras ONGs, e existem três razões prováveis para isso. Em primeiro lugar, diferentes grupos estão sendo monitorados: algumas ONGs documentam ataques contra todos os defensores dos direitos humanos. Os dados da Global Witness abrangem apenas uma categoria de defensores: os que trabalham em questões fundiárias ou ambientais. Em segundo lugar, algumas ONGs documentam todas as ameaças, ataques e restrições aos defensores. Nós documentamos somente os assassinatos. Em terceiro lugar, pode acontecer que diferentes ONGs utilizem diferentes metodologias para verificar e incluir casos em suas estatísticas.

AS QUESTÕES-CHAVE

QUEM SÃO OS DEFENSORES DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE?

Quando as comunidades têm suas terras retiradas, florestas derrubadas ou rios poluídos sem a sua permissão ou mesmo conhecimento, elas não têm outra escolha senão tomar uma posição. Assim que elas se manifestam, deixam de ser simplesmente comunidades afetadas: se tornam defensoras da terra ou do meio ambiente.

Um defensor da terra ou do meio ambiente é alguém que realiza ações pacíficas, voluntária ou profissionalmente, para proteger os direitos ambientais ou fundiários. São muitas vezes pessoas comuns e que talvez não se definam “defensoras”. Alguns são líderes indígenas ou

camponeses que vivem em montanhas afastadas ou florestas isoladas, protegendo suas terras ancestrais e meios de subsistência tradicionais de empreendimentos de mineração, agronegócios em grande escala, barragens e hotéis de luxo. Outros são guardas florestais, combatendo a caça ilegal e a extração ilegal de madeira. Eles também podem ser advogados, jornalistas ou funcionários de ONGs trabalhando para expor abusos ambientais e apropriação de terras.

Defensores da terra e do meio ambiente muitas vezes se opõem a interesses políticos, comerciais e criminosos, que conchavam para roubar seus recursos naturais. Essas forças poderosas geralmente procuram marginalizar os defensores, marcando suas ações como “antidesenvolvimentistas”. Muitos

defensores enfrentam anos de ameaças de morte, criminalização, intimidação e assédio, mas recebem pouca ou nenhuma proteção das autoridades.

Esses ativistas defendem os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, como o direito a um meio ambiente saudável,¹⁸ o direito de participar da vida pública,¹⁹ o direito de protestar²⁰ e o direito à vida.²¹ Como tal, são uma subcategoria de defensores dos direitos humanos que os governos são obrigados a proteger, conforme estabelecido na Declaração da ONU sobre Defensores dos Direitos Humanos.²² As empresas também devem respeitar os direitos deles, conforme os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.²³

QUE OUTRAS AMEAÇAS OS DEFENSORES ESTÃO ENFRENTANDO?



Assédio judicial



Ameaças e ataques a familiares

Uso de força em protestos pacíficos

Assédio sexual



Vigilância ilegal



Ameaças de morte

Ataques violentos

Chantagem

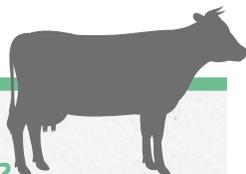
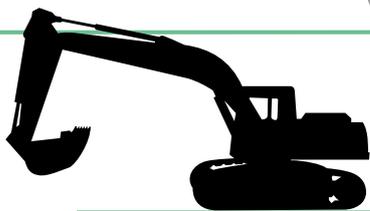
Desaparecimento forçado



Proibição de viajar



Fonte: Relator Especial da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos



QUAIS SETORES ESTÃO CONDUZINDO OS ATAQUES?

A maioria dos assassinatos documentados pela Global Witness estão ligados à luta por terras e recursos naturais, entre governos e empresas de um lado e comunidades locais do outro. Em alguns casos, pudemos identificar os setores específicos que os defensores haviam combatido antes de seu assassinato e, portanto, quais segmentos poderiam estar conduzindo os assassinatos.

Setor:

Agronegócio:	46
Mineração e extrativismo:	40
Caça ilegal:	23
Extração de madeira:	23
Água e barragens:	4

QUEM SÃO OS PROVÁVEIS AGRESSORES?

Assassinatos de defensores raramente resultam em ações penais, tornando difícil saber quem os executou ou ordenou o crime. No entanto, em alguns casos, podemos identificar o possível agressor.

Possível agressor:

Gangues criminosas:	32
Soldados:	30 ²⁴
Polícia:	23
Forças paramilitares:	13
Caçadores ilegais:	12
Outros:	36 ²⁵

QUAIS SÃO AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DAS AMEAÇAS AOS DEFENSORES?

A fim de evitar ameaças e ataques contra defensores, governos e empresas devem agir além das medidas de proteção para ativistas e atacar as causas fundamentais dessas ameaças e dos ataques.

Há uma série de fatores que acentuam e perpetuam os riscos que os defensores enfrentam – como a militarização da segurança pública e o fato de que muitas diretrizes que regem a extração de recursos naturais para governos e empresas continuam sendo voluntárias. No entanto, identificamos as cinco principais causas de ameaças contra os defensores:

➤ **A impunidade** em relação a ameaças e ataques contra defensores funciona como um sinal verde para os criminosos que veem que eles provavelmente não enfrentarão as consequências por atacar ativistas.

➤ **A corrupção** permite que funcionários do governo e empresas pactuem na apropriação de terras ou na imposição de projetos empresariais às comunidades, e também na facilitação da impunidade.

➤ **O fracasso em garantir e respeitar os direitos consuetudinários e coletivos à terra e outros títulos de propriedade** torna mais fácil a apropriação de terras e mais comuns os conflitos pela terra, forçando as comunidades a tomar uma posição.

➤ **A falta de respeito pelo consentimento livre, prévio e informado das comunidades em relação ao uso de suas terras e recursos naturais.** Quando as comunidades são excluídas da tomada de decisões desde o princípio, elas não têm outra escolha senão defender seus direitos, o que acaba as colocando em rota de colisão com interesses poderosos.

➤ **A exclusão de comunidades de outros processos de tomada de decisão,** incluindo avaliações do impacto ambiental, social e dos direitos humanos.

ONDE AS COISAS PIORARAM DRASTICAMENTE EM 2017

Nesta seção, analisamos dois casos emblemáticos de países que se destacam por causa do aumento chocante de assassinatos em 2017.

Em primeiro lugar, as Filipinas, que viram o maior número de defensores da terra e do meio ambiente assassinados até então documentado na Ásia. O pano de fundo para esse crescente número de mortos é um presidente abertamente anti-direitos humanos, a militarização das comunidades, os múltiplos grupos armados e o fracasso dos órgãos do governo no fornecimento de proteção aos defensores em risco.

Em segundo lugar, destacamos o **México**, onde o aumento do crime organizado, a impunidade continuada e o fracasso do governo em proteger os defensores levaram ao brutal silenciamento dos que se opunham à extração de madeira, à mineração e a outros setores do mercado em suas terras.

Em um cenário de violência, **Rene Pamplona** trabalhou incansavelmente ao lado de comunidades indígenas como o povo Taboli-manubo de Mindanao, que se opõe à expansão de uma plantação de café em suas terras ancestrais. Membro da “Convergência de Iniciativas de Justiça Ambiental” (CIEJ), ele enfrenta intimidação e vigilância e parece estar em uma lista de alvos militares. Apesar disso, continua documentando violações e exigindo justiça e respeito pelos direitos das comunidades locais.



Uma base do exército faz vista grossa para uma plantação de café em Mindanao, nas Filipinas. Oito membros da comunidade que se opuseram à plantação foram mortos em um ataque do exército em 2017 © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

LIGAÇÃO FATAL

O agronegócio e as forças armadas nas Filipinas

- Pelo menos 48 defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados em 2017 – o maior número já registrado na Ásia, um aumento de 71% no país desde 2016.
- A criminalização generalizada e a demonização dos defensores dos direitos humanos fizeram com que uma relatora especial da ONU fosse considerada terrorista²⁶ e o presidente ameaçasse lançar outros para os crocodilos.²⁷
- Suspeita do envolvimento do exército em 56% dos assassinatos. 67% dos assassinatos ocorreram na ilha de Mindanao, rica em recursos naturais, e 41% foram relacionados ao agronegócio.

“Quando eu cheguei lá, o local estava coberto de cartuchos de bala vazios, e isso me fez pensar: tudo que esses povos indígenas sempre quiseram foi ser capazes de recuperar suas terras ancestrais e viver em paz.”²⁸ – Defensor filipino Rene Pamplona, sobre o massacre de oito indígenas T’boli–Manobo na plantação de café da empresa Silvicultural Industries

Para o povo Taboli-manubo de Mindanao, a plantação de café da Silvicultural Industries, que de acordo com uma resolução do parlamento filipino é de propriedade do conglomerado DMCI,²⁹ só trouxe «pobreza», «dificuldades» e uma «violação de [seus] direitos humanos». Quando foram propostos planos de estender uma plantação que já cobria 300 hectares de suas terras ancestrais, a comunidade foi consultada e disse “não”.³⁰ Não é de se admirar, então, que eles decidiram se opor à expansão.³¹

“Esperamos”, disseram, “que o governo e a empresa[...] respeitem nossa decisão”.³²

No entanto, de acordo com Rene Pamplona, um defensor que trabalha em estreita colaboração com a organização de petionários Taboli-manubo - Taboli-manubo Sdaf Claimants Organization (TAMASCO), que está protestando contra a expansão, seus membros foram perseguidos e intimidados por funcionários da Silvicultural Industries e grupos armados, após se oporem à renovação do contrato de arrendamento da terra para a empresa.³³ Um ano após o contrato da empresa expirar, continuaram os rumores de que a empresa tinha realmente recebido um novo contrato, e a plantação seria ampliada.³⁴

Então, em 3 de dezembro de 2017, o exército filipino lançou um ataque perto da cidade de Lago Sebu. Pelo menos oito membros da comunidade foram mortos em consequência disso.³⁵ Uma missão de investigação constatou que mais de cinco pessoas ficaram feridas, 10 desapareceram e mais de 200 tiveram que evacuar a área.³⁶

ONDE AS COISAS PIORARAM DRASTICAMENTE EM 2017



Pelo menos 48 defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados em 2017 nas Filipinas – o maior número já registrado na Ásia e um aumento de 71% no país desde 2016. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

EXPULSÃO MILITAR, EXPANSÃO AGRÍCOLA

A chacina é emblemática da crescente ameaça que o agronegócio e os militares representam para os defensores da terra e do meio ambiente nas Filipinas. As oito pessoas que morreram no Lago Sebu estavam entre os 48 defensores do país que foram mortos em 2017 – o maior número já registrado lá até agora. Vinte desses assassinatos estavam ligados a lutas contra o agronegócio, e relatórios da sociedade civil sugerem que os militares estavam envolvidos em muitos deles.³⁷

A expulsão militar de pequenos agricultores e indígenas de suas terras para abrir caminho para a agricultura em larga escala não é novidade nas Filipinas. De acordo com um estudo, a imposição de um estado de sítio pelo presidente Ferdinand Marcos foi um catalisador para a aquisição em massa de terras para plantações de óleo de palma entre 1972 e 1981.³⁸ As comunidades foram deslocadas ou se sentiram compelidas a vender suas terras às empresas por uma ninharia para escapar de incursões militares e das atrocidades que costumavam advir dessas operações.³⁹

A história corre o risco de se repetir. Em 2017, o governo do presidente Duterte anunciou que pretende alocar 1,6 milhão de hectares de terra para plantações industriais.⁴⁰ A maior parte dessa expansão deverá se dar na ilha de Mindanao, onde ocorreram 67% dos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente.⁴¹

Em maio de 2017, Duterte decretou o estado de sítio em Mindanao, após confrontos envolvendo forças do governo, extremistas islâmicos e rebeldes de esquerda armados. Mas a imposição do estado de sítio tem promovido o ataque e o

bombardeio dos territórios dos povos indígenas pelas forças armadas, forçando-os a sair de suas terras – principalmente no lago Sebu.⁴²

LAGO SEBU: RAZÕES PARA DESCONFIAR

O exército afirma que o ataque ao Lago Sebu foi um ato de retaliação, alegando que rebeldes do Novo Exército Popular (NPA) – o braço armado do Partido Comunista das Filipinas – abriram fogo contra soldados que patrulhavam a área.⁴³ Mas nenhum membro do grupo comunista constava entre os mortos.⁴⁴ Em vez disso, Datu Victor Danyan, um dos principais opositores da expansão da plantação de café, e quatro membros de sua família foram mortos.⁴⁵

Ainda não está claro por que Datu Victor e sua família foram assassinados. No entanto, fontes anônimas próximas à questão disseram à Global Witness que membros da Special Civilian Armed Auxiliary (SCAA), uma unidade do exército do governo que fornece serviços de segurança para a Silvicultural Industries, podem estar envolvidos.⁴⁶ Vários grupos da SCAA nas Filipinas são acusados de vários abusos contra os direitos humanos contra comunidades que se opõem à mineração e a outros empreendimentos extrativistas.⁴⁷

Uma das fontes especulou que a SCAA poderia ter informado falsamente ao exército que o NPA estava presente entre a comunidade, de modo a incitar a violência contra aqueles que se opunham à plantação.⁴⁸ Outra fonte especulou que a SCAA poderia estar tentando dar o exemplo com a TAMASCO para dissuadir outras pessoas de seguirem seus passos, especialmente depois que a decisão da organização

comunitária de rejeitar a renovação da concessão inspirou outras comunidades opostas à plantação de café.⁴⁹

Enquanto o exército agiu consistentemente no apoio aos interesses da Silvicultural Industries na questão da terra, e existem relatos de primeira mão de atos de intimidação por parte dos empregados da empresa, não existem provas concretas de que a Silvicultural Industries planejou ou solicitou uma intervenção militar ou agressão por parte de seus funcionários .

FOCO SISTEMÁTICO NOS DEFENSORES?

Independentemente de a SCAA estar ou não envolvida no Lago Sebu, a campanha militar de Duterte contra o NPA e seus simpatizantes supostamente custou a vida de muitos civis inocentes, afetando desproporcionalmente as comunidades indígenas em Mindanao.⁵⁰ Relatórios da ONU e de organizações locais dizem que os militares mataram defensores dos direitos humanos em Mindanao.⁵¹ O exército nega as alegações e diz que só mata os rebeldes do NPA,⁵² mas o grande número de mortos entre os líderes comunitários e indígenas envolvidos em disputas de terras sugere que o exército possa estar sistematicamente visando os defensores da terra e do meio ambiente.⁵³

Uma coisa é certa: o número de defensores mortos desde que Duterte se tornou presidente aumentou drasticamente. No ano anterior à sua eleição, a Global Witness registrou o assassinato de 30 defensores. O número de homicídios aumentou para 44 entre julho de 2016 e junho de 2017, o primeiro ano do governo de Duterte, sendo que 24 foram assassinados apenas nos primeiros seis meses de seu segundo ano no cargo. Além disso, alguns presumivelmente assassinados por soldados haviam recebido ameaças de morte, sugerindo que suas mortes não foram aleatórias nem acidentais.⁵⁴

O presidente tem uma abordagem de tolerância zero para aqueles que vê como obstáculos ao seu programa. Em agosto de 2017, Duterte ameaçou matar ativistas de direitos humanos que considerava “obstrutores da justiça”.⁵⁵ Chamou Victoria Tauli-Corpuz, a relatora especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, e outros ativistas de direitos, de “comunistas” e “terroristas”⁵⁶ depois que eles tiveram a ousadia de criticar o seu regime. Ele ameaçou jogar outros investigadores da ONU aos crocodilos.⁵⁷

O presidente e o exército foram cruéis em sua resposta à oposição. Duterte anunciou, por exemplo, que pagará uma recompensa de US \$ 500 por cada rebelde comunista morto por suas forças.⁵⁸ Prometeu armar e treinar grupos indígenas para perseguir os rebeldes.⁵⁹ Até ordenou que seus soldados atirassem em mulheres rebeldes “na vagina”.⁶⁰

Neste contexto violento, as comunidades indígenas e aqueles que defendem os direitos à terra, ou fazem oposição a setores econômicos como o agronegócio, estão em extremo risco. Se a Global Witness consegue identificar esse risco, então os investidores do agronegócio também devem

poder e deveriam evitar fazer negócios nas Filipinas, até que o governo dê passos concretos no enfrentamento das queixas das comunidades afetadas e na proteção dos defensores.

Investir em agronegócio atualmente nas Filipinas de Duterte é investir irresponsavelmente. Poderia significar contribuir para o assassinato de inúmeras pessoas comuns que lutam para viver de suas terras pacificamente.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DAS FILIPINAS

Combater as causas estruturais. Fortalecer as instituições para a proteção dos direitos indígenas e da terra, inclusive reformando e mobilizando recursos para a NCIP (Comissão Nacional dos Povos Indígenas), ampliando o seu mandato e fortalecendo a responsabilização da força-tarefa interagencial dos povos indígenas.

Apoiar e proteger os defensores. Aprovar e implementar uma lei para o reconhecimento e a proteção dos defensores dos direitos humanos, incluindo a contribuição da sociedade civil.

Garantir a responsabilização. Garantir que todo o pessoal militar e quaisquer grupos armados que trabalhem em nome dos interesses estatais ou privados, acusados de assassinatos extrajudiciais de civis, sejam julgados por tribunais civis.



Os Taboli-manobo estão exigindo que o governo respeite seu direito à autodeterminação. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment



“Eu recebo proteção do governo, mas não me sinto totalmente protegida. As medidas de proteção não são implementadas corretamente. O botão de pânico e os telefones via satélite não funcionam em áreas remotas. Mesmo se funcionassem, a delegacia de polícia mais próxima fica a quilômetros de distância.”⁶¹

- Isela González, coordenadora da Aliança Sierra Madre, uma organização que defende os direitos indígenas na Sierra Tarahumara há 20 anos.

Contando que os agressores de defensores raramente são punidos no México, ativistas como Isela Gonzalez Diaz, presidente da Alianza Sierra Madre, consideram seu trabalho limitado devido à ameaça de ataques © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

ONDA CRESCENTE DE VIOLÊNCIA

O crime organizado e as comunidades ameaçadas no México

- Pelo menos 15 defensores foram mortos em 2017, em comparação a três no ano anterior. Quase 75% eram indígenas.
- O crime organizado está se expandindo em um contexto de impunidade, levando ao aumento da violência contra os defensores, especialmente em áreas onde as gangues de traficantes estão presentes.
- Leis sobre a administração de recursos naturais, direitos indígenas e do meio ambiente, assim como medidas para proteger os defensores, não estão sendo implementadas adequadamente pelo governo.

Isidro Baldenegro sabia que sua vida estava em risco. Ele defendeu, de uma poderosa aliança entre homens fortes locais, traficantes de drogas e madeireiros, as florestas da cordilheira de Sierra Tarahumara – trabalho que o levou a ganhar o Goldman Environment Prize de 2005, um prêmio mundial por ativismo. Depois de receber ameaças, ele deixou sua comunidade no norte do México. Mas quando Isidro retornou em 15 de janeiro de 2017, foi baleado e morto por um pistoleiro.⁶² A história se repetiu tragicamente: o pai de Isidro também foi brutalmente assassinado 30 anos antes, também por se opor à atividade madeireira.⁶³



Isidro Baldenegro, recebendo o seu prêmio durante a cerimônia do Goldman Environment Prize de 2015. © Goldman prize

Isidro foi vítima do grande aumento da violência contra defensores do meio ambiente e da terra no México no ano passado. A Global Witness relatou três assassinatos em 2016, mas em 2017 esse número aumentou para 15. Como Isidro, a grande maioria desses defensores eram indígenas lutando para manter suas terras ancestrais perante indivíduos, grupos criminosos e empresas que querem controlar a terra e explorar seus recursos naturais.

Algumas das razões para esse aumento da violência podem ser encontradas no caso de Isidro: a disseminação do crime organizado, a impunidade persistente, o fracasso do governo em fornecer proteção e – fundamentalmente – a falta de consentimento livre, prévio e informado (ver Anexo II) das comunidades para o uso de suas terras ou a exploração de seus recursos naturais.⁶⁴

O AUMENTO DO CRIME ORGANIZADO

A Sierra Tarahumara, uma área montanhosa perto da fronteira com os EUA, é a casa de povos indígenas há séculos. Mas nas últimas décadas, suas terras ancestrais foram ameaçadas pela chegada de projetos de infraestrutura e extrativismo, concessões madeireiras e aumento do crime organizado em torno do cultivo e do transporte de substâncias ilícitas.⁶⁵ As comunidades indígenas foram forçadas a abandonar suas terras.⁶⁶

“Eles têm que deixar seu território por causa de uma decisão do governo de outorgar concessões para mineração ou para exploração de florestas, ou por causa de uma ocupação na prática por traficantes de drogas”.⁶⁷

– Isela González, coordenadora da Aliança da Sierra Madre

O aumento dos assassinatos de defensores mexicanos coincidiu com um aumento maciço de assassinatos decorrentes do crime organizado.⁶⁸ Em 2017, grupos criminosos foram supostamente responsáveis por quase 19.000 execuções – fazendo desse ano o pior já registrado.⁶⁹ O CEMDA,⁷⁰ uma organização que apoia defensores do meio ambiente no México, observou que a violência contra defensores da terra e do meio ambiente estava piorando em áreas onde o crime organizado tinha bastante presença. Esta organização constatou que o crime organizado foi responsável por vários ataques contra os defensores.⁷¹

O aumento do crime organizado intensifica o conflito por terras – necessárias para os cartéis realizarem o tráfico de drogas e outras atividades criminosas⁷² – e disponibiliza pistoleiros aos madeireiros, aos traficantes de drogas e a outros grupos criminosos que os acabam empregando para proteger seus interesses, inclusive ameaçando e atacando defensores.⁷³

IMPUNIDADE: NENHUMA CONSEQUÊNCIA PARA O CRIME

Espantosamente, 98% de todos os crimes no México nunca são resolvidos.⁷⁴ Isidro Baldenegro era um defensor famoso e premiado que o Estado sabia estar correndo risco, mas isso não foi empecilho para seus assassinos, que provavelmente tinham a convicção de que jamais teriam que enfrentar a justiça.

Durante uma visita ao México em janeiro de 2017, o relator especial da ONU sobre a situação dos defensores dos direitos humanos disse: “A falha em investigar e sancionar os perpetradores [de crimes contra defensores dos direitos humanos] envia a perigosa mensagem de que tais crimes estão livres de consequências, criando um ambiente propício a violações em série.”⁷⁵

A “PROTEÇÃO” GOVERNAMENTAL QUE NÃO PROTEGE

As comunidades de Coloradas de la Virgen e Choreachi, em Sierra Tarahumara, estiveram envolvidas em uma longa disputa legal contra a atribuição a madeireiras dos direitos de exploração em suas terras ancestrais. De acordo com Isela González, coordenadora da Aliança Sierra Madre – uma organização local que defende os direitos indígenas – sete membros dessas duas comunidades foram mortos entre 2013 e 2016.⁷⁶ Nenhum dos assassinos foi levado à justiça.⁷⁷

Após esses ataques, o governo mexicano foi instruído pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos a trabalhar com essas comunidades para definir e implementar medidas para sua proteção. No entanto, a eficácia dessas medidas, que nunca foram adequadamente implementadas, é questionável.⁷⁸

Os membros da comunidade ainda recebem ameaças e não confiam no governo para protegê-los. Um líder comunitário recebeu proteção governamental, mas – após o assassinato brutal de um de seus colegas ativista, Juan Ontiveros Ramos, em fevereiro de 2017⁷⁹ – ficou tão assustado que deixou sua comunidade para se esconder em uma caverna.⁸⁰ Onze dias antes de seu assassinato, Juan se reuniu com representantes do governo mexicano para pedir proteção a ele e a toda a sua comunidade, mas isso não impediu que fosse assassinado.⁸¹

A própria Isela González recebeu ameaças de morte em 2014, depois de seu envolvimento na campanha legal contra o corte de madeira nas Coloradas de la Virgen.⁸² Ela também recebeu proteção do Estado, que incluía medidas como um botão do pânico e a possibilidade de solicitar escoltas. No entanto, disse à Global Witness que não se sente protegida.⁸³



Mesmo quando os defensores mexicanos recebem proteção do Estado, a implementação é muitas vezes limitada, significando que eles ainda não conseguem realizar seu trabalho sem medo. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment



Governos e empresas têm o dever de garantir que as comunidades possam dar ou negar seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso de suas terras ou recursos naturais. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

O México é um dos poucos países do mundo com uma lei e um mecanismo específicos para proteger os defensores dos direitos humanos, mas eles não estão funcionando de maneira eficaz. Um estudo recente realizado por uma coalizão de ONGs mexicanas concluiu que uma política governamental abrangente é necessária para complementar a lei existente: uma política que homenageie os defensores ao invés de estigmatizá-los, que combata a impunidade e garanta a vontade política necessária de resolver o problema.⁸⁴

A FALTA DE CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

A imposição de empreendimentos em comunidades sem que haja seu consentimento livre, prévio e informado é a principal causa de ataques aos defensores mexicanos. Quando a extração de madeira, a mineração ou outros projetos prosseguem antes que a comunidade local seja consultada, e sem o seu consentimento, as sementes do conflito são semeadas.

Desde 2007, a Autoridade Ambiental Mexicana⁸⁵ concedeu concessões a madeiras em mais de 24.000 hectares de território indígena em Coloradas de la Virgen. No entanto, não consultou as comunidades indígenas afetadas,⁸⁶ conforme exigido pelo direito internacional.⁸⁷ Muitos povos indígenas foram forçados a deixar suas casas para dar lugar aos madeireiros.⁸⁸ Aqueles que se opuseram às concessões – por meio de ações legais ou protestos – foram vítimas de ameaças de morte, ataques e homicídios.⁸⁹ Desde 2016, seis membros da comunidade foram mortos, incluindo Isidro Baldenegro.⁹⁰

No entanto, isso não é um problema apenas confinado à Serra Tarahumara ou à extração de madeira. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2013 muitas das cerca de 2.600 concessões de mineração no México estavam operando em territórios ancestrais sem o consentimento dos povos indígenas que ali vivem.⁹¹

Para acabar com a violência contra defensores da terra e do meio ambiente, o governo mexicano deve combater as causas estruturais do conflito e implementar suas obrigações internacionais para garantir que as comunidades possam dar ou negar seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso de suas terras e seus recursos naturais.⁹² Também precisa combater a impunidade, encontrar uma maneira eficaz de combater o crime organizado e priorizar a implementação de políticas abrangentes para a proteção dos defensores dos direitos humanos. Caso contrário, os assassinatos de ativistas continuarão a se intensificar.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO MÉXICO

Combater as causas estruturais. Aprovar o projeto de lei sobre a proteção dos direitos indígenas, incorporando contribuições de organizações da sociedade civil e de grupos indígenas.

Apoiar e proteger os defensores. Implementar as recomendações do relatório de 2018 pela coalizão do Espaço da Sociedade Civil sobre como fortalecer a implementação da Lei para a Proteção de Jornalistas e Defensores dos Direitos Humanos.

Garantir a responsabilização. Garantir que todas as investigações sobre crimes contra defensores considerem adequadamente os possíveis motivos ligados à defesa do ativismo pelos direitos humanos.

— INFRATORES PERSISTENTES

Em números absolutos, o Brasil tem sido o país mais perigoso para os defensores da terra ou do meio ambiente na última década, com uma média de 42 mortes por ano desde 2012. Honduras tem sido o pior país per capita, com 128 defensores assassinados desde 2010. A Colômbia, por sua vez, está entre os três piores países desde que a Global Witness começou a rastrear assassinatos em 2002.

Nesta seção, analisamos as razões que mantêm esses países entre os lugares mais perigosos para os defensores ano após ano. Os principais fatores identificados são algumas das principais causas de ataques contra os defensores em todo o mundo: o enfraquecimento da legislação, das regulamentações e das instituições; a corrupção e a impunidade.

O **Brasil** presenciou o pior ano registrado entre todos os países, com 57 defensores mortos. O presidente Temer sistematicamente enfraqueceu a legislação, as instituições e os orçamentos que poderiam apoiar os povos indígenas, prevenir conflitos de terra e proteger os defensores dos direitos humanos. Ele distorceu ainda mais o equilíbrio de poder em favor dos grandes negócios e deixou os ativistas mais vulneráveis do que nunca.

Uma eleição problemática em **Honduras** entregou ao presidente Hernández um segundo mandato, levando a uma repressão da sociedade civil ainda maior. A corrupção continuou a aparecer, como ficou claro no caso da morte da defensora Berta Cáceres, no qual o Ministério Público não deu atenção para evidências importantes sobre o caso.

A impunidade na **Colômbia** incentivou os que assassinaram 24 defensores da terra e do meio ambiente em 2017. A Global Witness, juntamente com o Vance Center, descobriu novas evidências de como e por que os casos de assassinato não estão avançando no sistema judicial colombiano.

A grande defensora brasileira **Maria do Socorro Costa da Silva** é alvo de ameaças de morte, invasões em sua casa, e já teve arma apontada na cara. Apesar dessas ameaças, ela lidera Cainquiama, uma coalizão de milhares de comunidades indígenas e outras comunidades que estão entre as mais perseguidas da Amazônia. Trabalhando juntas no Pará, o estado mais perigoso do Brasil para os defensores do meio ambiente, essas comunidades exigem o reconhecimento de seus direitos à terra e o direito a um meio ambiente limpo frente a projetos de "desenvolvimento" em larga escala e à poluição de fontes de água.

INSTITUCIONALIZANDO O DESEQUILÍBRIO DE PODER:

No Brasil, a situação vai de mal a pior

- 57 defensores mortos – o pior ano já registrado em qualquer país.
- Reformas legislativas e orçamentárias severas a favor das grandes empresas ameaçam deixar os povos indígenas e ativistas do direito à terra mais vulneráveis do que nunca.
- Um poderoso lobby do agronegócio está enfraquecendo as instituições responsáveis pela proteção do direito à terra.

Ano após ano, numa luta cruel pela terra, mais ambientalistas e defensores da terra são mortos no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo. Os dados da Global Witness mostram que, em 2017, 57 defensores foram assassinados, 25 deles durante três assassinatos em massa.

No primeiro massacre do ano, assassinos contratados torturaram e mataram nove trabalhadores rurais no estado

Claro, eu estou correndo risco de vida. Sou ameaçada 24 horas de morte, porque não vou calar a boca diante dessa atrocidade. *Maria do Socorro Costa da Silva, defensora da terra e do meio ambiente*⁹³

do Mato Grosso no dia 19 de abril.⁹⁴ Um exportador de madeira, que queria extrair madeira da terra onde viviam os camponeses, foi acusado de haver ordenado os assassinatos para permitir o acesso de madeireiros à terra.⁹⁵ Num segundo massacre, em 24 de maio, cerca de 30 policiais atiraram contra um grupo de agricultores sem terra no estado do Pará, matando 10 deles.⁹⁶ Os agricultores haviam ocupado pacificamente a fazenda Santa Lúcia no dia anterior, para exigir o seu direito de permanecer naquela terra.⁹⁷

Ao invés de tomar medidas para acabar com esses terríveis ataques contra os defensores, o presidente Michel Temer está enfraquecendo as leis e as instituições destinadas a proteger essas pessoas.⁹⁸ Ele facilitou, mais do que nunca, que indústrias, como o agronegócio – associado a pelo menos 12 dos assassinatos no Brasil em 2017, de acordo com as estatísticas da Global Witness, – imponham seus projetos sem consultar as comunidades afetadas.

Maria do Socorro faz campanha junto a comunidades contra usinas hidrelétricas, pelo visto responsáveis pelo envenenamento da água na cidade de Barcarena.
© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment





Os interesses dos pequenos agricultores e das comunidades indígenas são muitas vezes negligenciados, com os governos favorecendo os interesses das grandes empresas. © Leo Plunkett

CORTE DE VERBAS, ENFRAQUECIMENTO DE DIREITOS

Cortes orçamentários maciços para as principais agências governamentais responsáveis pela proteção dos direitos humanos e do meio ambiente significam que os defensores correm mais riscos do que nunca.

Em 2017, o INCRA – órgão estatal responsável pela redistribuição de terras para pequenos agricultores e afrodescendentes⁹⁹ – teve seu orçamento reduzido em 30%.¹⁰⁰ O orçamento da FUNAI, a agência responsável pela proteção dos direitos dos povos indígenas, caiu quase pela metade, obrigando-a a fechar algumas de suas bases regionais.¹⁰¹

Uma dessas bases se encontrava na terra indígena do Vale do Javari, onde supostamente garimpeiros ilegais exterminaram 10 membros de um grupo de índios isolados em agosto de 2017.¹⁰² O fechamento das bases da FUNAI no rio Vale do Javari pode ter facilitado o acesso não monitorado dos mineiros a essa área remota, provocando tensões com o grupo indígena isolado.¹⁰³ Os corpos das vítimas nunca foram encontrados e seus nomes nunca foram verificados, por isso não os adicionamos à nossa base de dados.

Enquanto isso, o Programa Nacional para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos continua subfinanciado,¹⁰⁴ muitas vezes restringindo a proteção oferecida a defensores de todo país a contato telefônico de funcionários situados na distante capital federal, Brasília, para avaliar se os defensores se encontram bem.¹⁰⁵ Além disso, o mecanismo que permite que graves violações dos direitos humanos – incluindo assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente – sejam investigadas e julgadas no âmbito federal, ao invés de no nível local, tem sido pouco utilizado.¹⁰⁶ A “federalização”, como é conhecido este mecanismo, permite que o Ministério Público Federal solicite uma mudança de jurisdição, quando existe evidência de que as instituições estaduais não são capazes de investigar e julgar adequadamente graves violações dos direitos humanos, devido a inação, negligência, falta de vontade política ou escassos recursos materiais e humanos.¹⁰⁷

SABOTAGEM DO DIREITO À TERRA PELO AGRONEGÓCIO

Além de haverem sofrido cortes em suas verbas, a FUNAI e o INCRA também tiveram as suas reputações agredidas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁰⁸ criada para investigar irregularidades em demarcações de terra – o processo pelo qual a terra é oficialmente concedida para indígenas, afrodescendentes e pequenos produtores rurais que a habitam.¹⁰⁹ O relatório final da CPI acusa funcionários da FUNAI e do INCRA de endossarem reivindicações de terra fraudulentas, e solicita o indiciamento de 67 pessoas.¹¹⁰

No entanto, essa parece ser uma tentativa consciente de enfraquecer as instituições encarregadas de proteger o direito das pessoas à terra por parte de um órgão que está longe de ser imparcial. A investigação foi iniciada pelos poderosos ruralistas, um grupo de lobby do agronegócio que se opõe às demarcações de terras.¹¹¹ Os ruralistas controlam mais da metade do Congresso brasileiro¹¹² e mantêm uma ligação estreita com o presidente Temer,¹¹³ havendo ajudado a mantê-lo no poder depois de alegações do seu envolvimento em corrupção.¹¹⁴

UM PERIGOSO DESEQUILÍBRIO DE PODER

Há uma óbvia assimetria de poder entre o agronegócio e seus apoiadores políticos de um lado e os povos indígenas, afrodescendentes e pequenos agricultores de outro. Existem também muitas coisas em jogo nessa luta unilateral pela terra: quase 90% dos defensores assassinados em 2017 morreram tentando proteger a Amazônia – uma área da qual dependem para sua subsistência e que tem importância fundamental na captura de emissões de carbono e no combate às alterações climáticas globais.

Esse desequilíbrio de poder poderá ser exacerbado por uma série de leis ambientalmente regressivas que atualmente tramitam no Congresso. O governo – que está atolado em um dos maiores escândalos de corrupção da história –¹¹⁵ aparentemente não está fazendo nada para travar essas iniciativas. Entre eles, há um projeto de lei¹¹⁶ que visa a ajudar

INFRATORES PERSISTENTES

os investidores estrangeiros a comprar enormes áreas de terra, permitindo inevitavelmente que a agricultura em larga escala invada ainda mais as terras indígenas.¹¹⁷ Outro projeto de lei¹¹⁸ tem como objetivo converter uma área da Amazônia, três vezes maior que Hong Kong, que atualmente é designada como ‘floresta nacional’, naquilo que é paradoxalmente chamado de ‘área protegida’. Enquanto ‘florestas nacionais’ somente podem ser utilizadas de uma maneira sustentável pelas comunidades que nelas residem, ao serem designadas ‘áreas protegidas’, essas áreas passam a poder ser exploradas, abrindo assim as portas para a agricultura em grande escala, mineração e extração de madeira.¹¹⁹

Se o governo brasileiro continuar a favorecer os interesses das grandes empresas em detrimento dos pequenos agricultores e dos povos indígenas, a destruição ambiental e os conflitos pela terra aumentarão. Uma vez que 2017 foi o ano para o Brasil com o maior número de mortes registrado, mais do que em qualquer outro lugar, os investidores devem evitar investir nos setores associados a assassinatos no país. Também está claro que apoiar os defensores deve ser uma prioridade urgente para quem vencer as eleições presidenciais deste ano. O aumento da vontade política, a reversão dos cortes orçamentários para as principais

instituições e o fim dos projetos de leis regressivas são os passos fundamentais para frear essa epidemia e proteger o pulmão do mundo.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO BRASIL:

Combater as causas estruturais. Fortalecer a alocação orçamentária e a capacidade institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Apoiar e proteger os defensores. Priorizar a implementação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, garantindo sua eficácia em todos os estados do país.

Garantir a responsabilização. Estimular que o Ministério Público Federal solicite a “federalização” de casos emblemáticos de assassinatos de defensores de direitos humanos, cujas investigações não estejam progredindo de forma adequada no âmbito local, a fim de aumentar a imparcialidade, criar um ambiente seguro para testemunhas e reduzir a taxa de impunidade.

ENFRENTANDO OS ATAQUES ARMADOS E OS CIBERNÉTICOS

Defender os direitos das comunidades à sua terra e ao meio ambiente é um negócio muito arriscado no Brasil hoje – e poucas organizações entendem isso melhor do que a Comissão Pastoral da Terra (CPT).*

Desde 1975, a CPT tem apoiado comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos agricultores em sua luta pelos direitos à terra, o que frequentemente os coloca contra empresas do agronegócio, da mineração e da extração de madeira.¹²⁰ Atualmente, a organização conta com mais de 700 pessoas trabalhando em todo o país, a maioria deles voluntários.¹²¹ A CPT documenta rigorosamente os conflitos fundiários em todo o Brasil,¹²² revelando a verdadeira escala do problema e fornecendo informações de valor inestimável a organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, incluindo a Global Witness.

O trabalho deles não é isento de perigos. No dia 9 de agosto de 2017, por exemplo, quatro membros da CPT

estavam se dirigindo a uma reunião com uma comunidade em Formosa da Serra Negra, quando foram emboscados por um pistoleiro. Eles ficaram sabendo mais tarde que o pistoleiro havia sido contratado por um criador de gado que queria expulsar membros da comunidade de suas terras.¹²³

Felizmente, a polícia não demorou a chegar e prendeu o pistoleiro, após uma troca de tiros.¹²⁴ Contudo, esse evento abalou a agente da CPT, Márcia Palhano. “Eu já tinha recebido ameaças antes, mas naquele dia senti medo”, disse ela. “Se a polícia não tivesse reagido tão rápido, provavelmente não estaríamos aqui hoje”.¹²⁵ No entanto, com uma milícia armada ainda operando na área, composta por pistoleiros, grileiros e funcionários públicos, a CPT ainda teme pelo pior.¹²⁶

Até mesmo o trabalho de documentação de conflitos da terra da CPT foi ameaçado - por um hacker que provocou um ataque virtual contra eles em 2017.¹²⁷

Mas a CPT continuará resistindo – o seu trabalho é muito importante para ser interrompido agora.

* A CPT documentou 71 assassinatos de indivíduos – incluindo defensoras e defensores da terra e do meio ambiente – devido a conflitos de terra no Brasil em 2017. Dos 57 assassinatos de defensores brasileiros que incluímos neste relatório, 56 deles foram documentados pela CPT. A metodologia utilizada pela CPT não é idêntica à da Global Witness, uma vez que, ao mesmo tempo que documenta os assassinatos de defensoras e defensores da terra e do meio ambiente, ela também inclui trabalhadores rurais assassinados devido ao seu ativismo trabalhista e sindical. Da mesma maneira, a CPT registra os assassinatos de indivíduos em conflitos de terras gerados pela falta de ação governamental para resolver as causas estruturais da violência no campo. No entanto, esses indivíduos nem sempre se encaixam na definição de defensores da terra e do meio ambiente da Global Witness. Para mais informação sobre a metodologia da CPT, consulte: Comissão Pastoral da Terra (2017), Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p. 16 and 24, <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016> (acesso em: 12 jul. 2018). Para mais informação sobre as estatísticas da CPT sobre assassinatos em 2017, consulte: Comissão Pastoral da Terra (2018), “SUGESTÃO DE PAUTA: CPT irá lançar o relatório Conflitos no Campo Brasil 2017 na próxima semana”, <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4368-sugestao-de-pauta-cpt-ira-lancar-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2017-naproxima-semana>, (acesso em: 12 jul. 2018).



“A grande maioria dos defensores dos direitos humanos em Honduras não consegue operar num ambiente seguro e favorável ... Eles estão em risco na maior parte do país e não se sentem seguros devido a inúmeros ataques e ameaças, criminalização de suas atividades e falta de acesso à justiça.” – Michel Forst, relator da ONU sobre a situação dos defensores de direitos humanos¹²⁸

Para dissuadir futuros ataques contra defensores da terra e do meio ambiente, tanto os mandantes quanto os executores de violência passada devem ser levados à justiça. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

CUSTE O QUE CUSTAR

Corrupção e repressão em Honduras

- Cinco defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados, nove a menos do que em 2016.
- No entanto, a repressão aos defensores dos direitos humanos em geral piorou, com ativistas enfrentando criminalização, ameaças de morte, brutalidade policial e assassinatos durante protestos.
- A corrupção continua a ser um problema, com insinuações de que promotores não atuaram frente a evidências no caso emblemático de Berta Cáceres.

A corrupção está na raiz de grande parte da violência perpetrada contra defensores da terra e do meio ambiente. Quando as pessoas têm interesse em garantir que um projeto avance, elas tendem a não demonstrar muitos escrúpulos para garantir que isso aconteça – como mostra o caso da barragem de Agua Zarca, em Honduras.

A barragem, de propriedade da Desarrollo Energético SA (DESA), fica no rio Gualcarque, considerado sagrado pelo povo indígena Lenca, no oeste de Honduras. Berta Cáceres, líder indígena, se opôs ferozmente à represa e recebeu ameaças de morte durante anos. Ela acabou sendo brutalmente assassinada em março de 2016.¹²⁹

Os donos da barragem usaram ações legais para intimidar aqueles que exigiram uma investigação adequada sobre

seu assassinato. Por exemplo, em 28 de fevereiro de 2017, Suyapa Martínez, defensora dos direitos das mulheres, foi intimada a comparecer a um tribunal, acusada de divulgar informações imprecisas e prejudiciais sobre a DESA.¹³⁰ O caso foi posteriormente arquivado pelo tribunal.¹³¹

NEGLIGÊNCIA OU OMISSÃO DELIBERADA?

Foi necessária a intervenção de um grupo independente de advogados internacionais, o GAIPE,¹³² para que finalmente se esclarecesse quem foi o responsável pelo assassinato de Berta. A investigação do GAIPE concluiu que havia provas irrefutáveis de que altos executivos e funcionários da DESA, juntamente com agentes do Estado, estavam envolvidos no planejamento, na execução e no encobrimento do assassinato de Berta.¹³³ O diretor executivo da DESA, David Castillo, foi acusado de planejar a morte dela e, desde a publicação do relatório, foi preso – evolução positiva em um panorama sombrio.¹³⁴

Na melhor das hipóteses, a investigação também expôs um nível chocante de negligência ou, na pior das hipóteses, omissões deliberadas por parte dos investigadores oficiais do estado. O GAIPE examinou 40.000 páginas de evidências que estavam na posse dos promotores hondurenhos há pelo menos 18 meses – informações cruciais que poderiam ter sido usadas mais cedo para investigar Castillo e seus cúmplices como suspeitos do assassinato de Berta.¹³⁵

Existem ligações claras entre o governo e a DESA que sugerem um possível encobrimento: na hierarquia da empresa aparecem vários ex-funcionários do governo¹³⁶ – por exemplo, o próprio Castillo trabalhou para a inteligência militar – enquanto quatro dos que estão sendo julgados pelo assassinato de Berta têm ligações com as forças armadas.¹³⁷

INFRATORES PERSISTENTES

O governo, juntamente com a DESA, inclusive lançou acusações legais contra a organização dela, o COPINH, e não protegeu seus membros quando eles foram ameaçados.¹³⁸ Além disso, a MACCIH¹³⁹ – um grupo internacional anticorrupção em Honduras – está investigando ligações suspeitas entre membros do partido no poder e empresas que ganharam licitações para construir empreendimentos hidrelétricos,¹⁴⁰ incluindo a barragem de Agua Zarca.¹⁴¹ O chefe da MACCIH, Juan Jiménez Mayor, renunciou em fevereiro de 2018, alegando persistente resistência do governo às suas investigações.¹⁴²



Apesar do protesto internacional que se seguiu ao assassinato de Berta Cáceres, o governo de Honduras continua falhando em seu dever de proteger os defensores da terra e do meio ambiente. © Goldman Prize

A DESA insiste que Agua Zarca não está ligada a nenhum ato de violência, que o projeto sempre agiu de acordo com a legislação hondurenha e que o relatório do GAIFE é uma invenção que contém falsas interpretações baseadas em conversas selecionadas que foram retiradas de contexto.¹⁴³

MAIS REPRESSÃO DO QUE NUNCA

O assassinato de Berta e a busca por justiça ocorreram em meio a um tumulto político crescente e chocantes níveis de violência contra defensores da terra e do meio ambiente. Em nosso relatório de janeiro de 2017, “Honduras: o lugar mais perigoso para defender o planeta”,¹⁴⁴ revelamos que mais de 120 pessoas foram mortas entre 2010 e 2016 – mais do que em qualquer outro lugar per capita durante o mesmo período. Demonstramos como a situação se agravou no contexto de impunidade, corrupção e “negócios a qualquer custo”, que caracterizam o regime do presidente Juan Orlando Hernández.¹⁴⁵ O relatório provocou uma reação hostil das autoridades em Honduras, que ameaçaram nossa equipe com a prisão em meio a uma sofisticada campanha on-line para desacreditar o nosso trabalho e o de muitos outros ativistas.¹⁴⁶

Enquanto o número de defensores da terra e do meio ambiente assassinados em Honduras parece ter caído em 2017, os defensores dos direitos humanos em geral estão enfrentando mais repressão. A Rede Nacional de Defensores dos Direitos Humanos de Honduras documentou 1.232 ataques contra defensores dos direitos humanos em 2016 e 2017, um aumento significativo em relação a anos anteriores.¹⁴⁷

As eleições do ano passado ofereceram a possibilidade de mudança – mas a esperança acabou quando os protestos sobre alegadas fraudes eleitorais deixaram mais de 30 mortos.¹⁴⁸ A ONU descobriu que pelo menos 16 deles foram mortos pelas forças de segurança do governo.¹⁴⁹ O Presidente Hernández foi declarado vencedor em 17 de dezembro de 2017.¹⁵⁰ Mas o resultado foi contestado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que solicitou novas eleições, afirmando que o “processo eleitoral foi caracterizado por irregularidades e deficiências [...] e [teve] falta de integridade”.¹⁵¹

“A GENTE VAI TER QUE TE MATAR”

Ameaças e ataques contra defensores da terra e do meio ambiente continuaram sendo rotina em 2017. Por exemplo, Martín Fernández, coordenador do MADJ,¹⁵² uma organização que trabalha sobre direitos à terra e corrupção, foi agredido por homens armados em 4 de agosto de 2017.¹⁵³ Ele estava inspecionando os danos ambientais causados por um projeto hidrelétrico no norte de Honduras.¹⁵⁴ Outro membro do MADJ, Luis Mejía, recebeu uma nota sob sua porta depois de sua casa ser atingida por uma rajada de balas em 12 de outubro de 2017.¹⁵⁵ A nota dizia:

“Luis, não queremos, mas se você não desaparecer em três dias, vamos te matar.”¹⁵⁶

Grande opositor da extração ilegal de madeira em sua terra ancestral, Luis deixou sua casa temendo por sua vida.¹⁵⁷

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DE HONDURAS:

Combater as causas estruturais. Garantir que a MACCIH (Missão de Apoio à Corrupção e à Impunidade em Honduras) opere de forma efetiva e independente e que suas recomendações sejam implementadas integralmente.

Apoiar e proteger os defensores. Garantir que o Mecanismo para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos tome medidas para prevenir ataques aos defensores e que suas medidas de proteção sejam determinadas de acordo com uma análise completa dos riscos, avaliando plenamente as necessidades do defensor em risco.

Garantir a responsabilização. Estabelecer uma comissão internacional independente para investigar abusos dos direitos humanos no contexto das eleições presidenciais de 2017 e suas consequências.

ASSASSINANDO SEM PUNIÇÃO

A impunidade na Colômbia

- 24 defensores foram assassinados em 2017 – todos os anos, a Colômbia está entre os três piores países do mundo.
- Recente pesquisa da Global Witness e do Cyrus R. Vance Center for International Justice (Vance Center)¹⁵⁸ mostra como a impunidade ainda está alimentando a violência: os perpetradores de ataques passados aos defensores ficam livres, já que a maioria dos casos não consegue avançar além do estágio de inquérito.
- A situação piorou desde o processo de paz: os membros das comunidades deslocadas são atacados quando voltam para casa, enquanto seus rivais lutam para preencher o vazio de poder e controlar os recursos naturais.

Na Colômbia, o padrão de impunidade e a história se repetem: com sete anos de intervalo, dois homens corajosos, provenientes da mesma região, morreram lutando pelo direito de permanecer em suas terras. Uma nova pesquisa da Global Witness e do Vance Center mostra o real impacto da impunidade sobre os defensores da terra e do meio ambiente.

Os membros da comunidade se reúnem no local onde o ativista colombiano Hernán Bedoya foi baleado quinze vezes. Ele foi morto depois de protestar contra as plantações de óleo de palma e banana em terras que foram roubadas de sua comunidade e que ameaçam a biodiversidade da área.
© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

Em 30 de julho de 2010, Jhon Jairo Palacios telefonou para sua família de Ríosucio, capital do departamento de Chocó, para onde ele viajou de barco de sua comunidade, dizendo que voltaria para casa no dia seguinte.¹⁶⁰ Quando ele acabou não aparecendo, sua família ligou para o seu celular. Um homem que afirmava pertencer a um grupo paramilitar atendeu, dizendo: “Diga a sua família que ele já está morto.”¹⁶¹

Jhon era membro de uma comunidade afrodescendente na bacia do rio Cacarica, em Chocó. Os membros da comunidade se opuseram à construção de uma importante estrada na região – uma estrada que traria consigo desmatamento, influxo de colonos e a destruição do modo de vida da comunidade.¹⁶² Até hoje, o assassinato de Jhon continua sem solução. A investigação está paralisada, os assassinos estão em liberdade e a mensagem enviada é clara: ninguém vai sofrer consequências por assassinar defensores aqui.

Sete anos depois, no dia 8 de dezembro de 2017, Hernán Bedoya – outro líder afrodescendente de Chocó – estava voltando para casa a cavalo para sua comunidade. Um novo grupo paramilitar o interceptou em uma ponte e o assassinou com 14 tiros.¹⁶³ Hernán se opunha às plantações de palmeiras para produção de óleo e de banana e às fazendas de gado que se expandiam pelo território de sua comunidade e desmatavam a floresta.¹⁶⁴ Tinha sido expulso à força de suas terras por um grupo paramilitar em 1996, mas decidiu voltar apesar dos riscos que corria.¹⁶⁵



“Esta [impunidade] é a pior mensagem que o Estado pode enviar para aqueles que cometem [estes] crimes, uma vez que isso os incentiva em vez de puni-los, porque eles verão que não há consequências para suas ações.”¹⁵⁹ – Somos Defensores, ONG colombiana



Em 2017, o número de defensores mortos enquanto protestavam contra a expansão da agricultura em larga escala mais do que dobrou em comparação a 2016.
© Leo Plunkett

Ele começou a receber ameaças de grupos armados ilegais em 2015. Conforme grupos da sociedade civil local, o governo colombiano tinha dado a Bedoya um celular e um colete à prova de balas para proteger sua vida.¹⁶⁶ No entanto, Hernán foi assassinado. Aqueles que queriam silenciá-lo presumiam que, como no caso de Jhon, não enfrentariam consequências pelos seus crimes.

VAZIO DE PODER

Hernán foi apenas um dos 24 defensores mortos em 2017 na Colômbia, que é um dos países mais perigosos do mundo para se defender a terra e o meio ambiente.¹⁶⁷

Há várias razões para isso, embora a luta pela terra seja a principal delas. Segundo o Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas, a assinatura do acordo de paz entre o governo e o grupo guerrilheiro FARC¹⁶⁸ produziu um “vazio de poder”.¹⁶⁹ Com a desmobilização das FARC, novas milícias surgiram, competindo com grupos paramilitares para controlar a terra que pertence às comunidades indígenas, afro-colombianas e outras comunidades rurais que tiveram que abandoná-la durante a guerra civil e agora estão voltando para casa após a assinatura do acordo de paz.¹⁷⁰ Este cenário é ainda mais complicado à medida que os grupos criminosos se movem para áreas que as FARC ocuparam, para realizar extração ilegal de madeira, mineração e pecuária.¹⁷¹ A pressão do governo para investimentos estrangeiros¹⁷² também intensificou essa disputa por terras.¹⁷³

Esses fatores levaram à intensificação dos conflitos pela terra e à destruição ambiental. As comunidades foram forçadas a se manifestar, tornando-se defensoras na linha de frente dessa luta.¹⁷⁴ O perigo é exacerbado porque os programas governamentais de proteção permanecem limitados em sua efetividade¹⁷⁵ e, fundamentalmente, os autores de ataques anteriores contra os defensores raramente são processados.

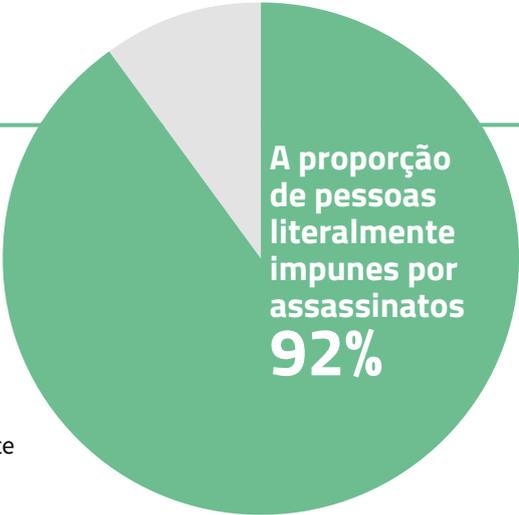
MATANDO IMPUNEMENTE

Talvez o fator mais decisivo por trás da terrível taxa de mortalidade na Colômbia seja a cultura da impunidade, a qual é persistente e parece não ter solução. Os assassinatos de Jhon e Hernán são somente dois dos muitos assassinatos não resolvidos na Colômbia. Enquanto os crimes anteriores contra os defensores ficarem impunes, aqueles que desejarem silenciar os ativistas vão sentir-se encorajados a agir.

Para tentar entender a escala do problema, a Global Witness reuniu esforços com o Vance Center. Juntos, analisamos os assassinatos de todos os 122 defensores da terra e do meio ambiente colombianos registrados pela Global Witness entre julho de 2010 e junho de 2016,¹⁷⁶ e a resposta do Judiciário colombiano a cada um deles.

As conclusões do estudo foram surpreendentes: em 102 casos uma investigação foi lançada, mas apenas nove casos levaram a um veredito, oito dos quais resultaram em uma condenação. Outros dez casos não estavam

sendo investigados porque o Ministério Público não tinha nenhuma informação para prosseguir. Isso faz com que a taxa de impunidade – a proporção de pessoas literalmente se livrando do assassinato – seja de 92%.¹⁷⁷



Fundamentalmente, 61 das 102 investigações ainda estavam em fase de inquérito, o que significa que os promotores não tinham reunido informações suficientes nem para determinar a existência de um crime. Significa que a investigação não poderia prosseguir para a próxima fase. Sugere que a falha do Ministério Público em coletar as evidências de que precisam neste estágio inicial é um dos fatores-chave nos altos níveis de impunidade,¹⁷⁸ conclusão também tirada pela ONG colombiana Somos Defensores. Para acabar com a cultura da impunidade da Colômbia, concluiu o estudo, os promotores precisam receber treinamento e recursos para investigar casos e, talvez mais importante, combater a corrupção endêmica que impede que os assassinatos de defensores sejam investigados.¹⁷⁹ O governo prometeu recentemente combater a impunidade pelos assassinatos de defensores, afirmando que montou uma força policial de elite e uma unidade de investigação para dismantlar grupos criminosos e investigar ataques contra ativistas.¹⁸⁰ Recursos adequados e garantias de independência são necessários para fazer seu trabalho e prevenir futuros ataques.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DA COLOMBIA:

Combater as causas estruturais. Priorizar e garantir a implementação, em todos os departamentos do país, dos processos de restituição de terras das demais cláusulas pertinentes do acordo de paz.

Apoiar e proteger os defensores. Garantir a implementação de medidas de proteção apropriadas a defensores em risco, incluindo medidas para: garantir a participação do defensor na sua análise de risco; oferecer proteção coletiva, e não somente individual; e para diferenciar o tipo de proteção, em função do perfil do defensor e do contexto e tipo de ameaças que ele recebe.

Garantir a responsabilização. Fornecer recurso suficiente à força-tarefa independente e à unidade de investigação para ataques contra ativistas.

Na Colômbia, a cultura da impunidade alimentada pela corrupção deixa os defensores em risco quando as investigações de ataques anteriores não avançam.
© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment





Ramón Bedoya assumiu a luta pela proteção da zona de biodiversidade que custou a vida de seu pai. Ele tentava proteger a área das imensas plantações de palmeiras e bananeiras que ocupavam as terras ao redor de sua fazenda © © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment



— VOZES NÃO OUVIDAS —

Esta seção contém duas análises curtas adicionais:

Em primeiro lugar, avaliamos por que a África pode estar sub-representada em nosso banco de dados sobre assassinatos de defensores em comparação aos outros continentes.

Em segundo lugar, e em colaboração com a Just Associates (JASS), analisamos os riscos específicos enfrentados pelas **mulheres que defendem os direitos à terra e o meio ambiente**.



Nonhle Mbuthuma lidera o Comitê de Crise de Amadiba, que se opõe à escavação de dunas e planícies ao longo da costa selvagem da África do Sul por meio de empreendimentos de mineração. O medo que as comunidades tem de despejos forçados e danos à ecologia da região é exacerbado pelo aumento da violência e das ameaças e pelo estranho assassinato do ex-líder do grupo, Sikhosiphi “Bazooka” Rhadebe. Nonhle foi avisada que ela é a próxima da lista. No entanto, ela está levando adiante um desafio legal que visa garantir o direito ao consentimento livre, prévio e informado para os grupos indígenas locais.



O assassinato representa o ponto nevrálgico de uma série de táticas usadas para silenciar os defensores, incluindo ameaças de morte, prisões, agressões sexuais, sequestros e intensos ataques judiciais. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

UM PANORAMA?

Por que as nossas estatísticas sobre a África podem não fechar

Muitos países africanos sofrem com altos níveis de violência, corrupção e impunidade. Conflitos pela terra e por recursos naturais são frequentes e bem documentados. O terrível assédio e a criminalização de ativistas são muito comuns também.

É isso que tornam confusas as nossas estatísticas sobre a África. Relatamos que 19 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos na África em 2017, um número significativamente menor do que na América Latina e na Ásia. A Front Line Defenders, que acompanha os assassinatos de todos os defensores dos direitos humanos, também registrou um pequeno número de casos em toda a África em 2017.¹⁸¹

O que explica um número relativamente baixo de mortes? Isso merece maior análise, pois existem várias hipóteses. Será que os defensores da terra e do meio ambiente são realmente menos ativos e, portanto, não tão visados nos países africanos quanto em outros lugares? Será que os padrões de assédio são diferentes, significando que raramente terminam em assassinato?

Talvez simplesmente uma falta de denúncias esteja subestimando a verdadeira extensão do problema.

Nós ainda não temos essas respostas, mas há sinais que apontam para a falta de evidências, levando alguns

assassinatos de defensores na África a não serem documentados.

FALTA DE EVIDÊNCIAS?

Em comparação com a América Latina e o sudeste da Ásia, existem menos organizações da sociedade civil e jornalistas que documentam ataques especificamente contra defensores da terra e do meio ambiente, e talvez se sintam menos livres para falar com medo de represálias. Talvez haja também menos informações e denúncias em áreas rurais isoladas onde os assassinatos estariam ocorrendo, em comparação com outras regiões.

Portanto, é difícil obter as evidências de muitos países africanos. Como há menos documentação local, não temos uma rede de contatos tão forte na África quanto nos outros lugares, e a maioria da nossa informação acaba vindo da International Ranger Federation¹⁸² e de seu braço filantrópico, a Thin Green Line Foundation,¹⁸³ que apoiam uma subcategoria de defensores da terra e do meio ambiente: os guardas florestais. Dezesete dos 19 assassinatos que documentamos em 2017 foram de pessoas que lutavam contra a caça ilegal e pela proteção da vida selvagem – geralmente em áreas protegidas – então nossas fontes podem estar influenciando as nossas estatísticas.

Pode ser difícil separar as diferentes razões pelas quais alguém foi morto: podemos saber que um defensor foi assassinado, mas não ter provas suficientes para mostrar que foi por causa de seu trabalho como defensor. Para incluir casos de assassinatos, precisamos de um certo



O guarda selvagem Samuel Loware arriscou sua vida protegendo a vida selvagem e os ecossistemas no Parque Nacional Kidepo Valley, que fica perto da fronteira de Uganda com o Sudão. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

nível de informação para preencher os nossos critérios de verificação (ver Metodologia), que muitas vezes falta no contexto africano. Por exemplo, precisamos dos nomes dos mortos – o que se provou impossível ao tentar verificar quem foi assassinado durante os protestos de 2015 contra os planos de derrubar florestas na região central da Etiópia.¹⁸⁴

ASSASSINATOS RELACIONADOS À CONSERVAÇÃO

Uma questão relativamente bem relatada na África é seu problema de longa data com o crime contra a vida selvagem – uma das maiores e mais lucrativas formas de crime organizado em todo o mundo.¹⁸⁵ O tráfico de animais selvagens ajuda a financiar milícias e grupos terroristas¹⁸⁶ e é realizado pelas mesmas pessoas,¹⁸⁷ usando as mesmas redes ilegais¹⁸⁸ que traficam drogas, armas e pessoas.

Como mencionado acima, 17 dos 19 assassinatos que documentamos na África são de indivíduos que estavam defendendo áreas protegidas. Na República Democrática do Congo (RDC), 12 guardas florestais foram mortos

enquanto protegiam a vida selvagem. Todos exceto dois dos assassinatos foram atribuídos aos Mai Mai (grupos armados locais), que são conhecidos por estarem envolvidos em atividades ilegais de caça e mineração.¹⁸⁹ O Parque Nacional de Virunga, onde cinco guardas florestais foram mortos, é tradicionalmente considerado o local mais perigoso no mundo para guardas florestais.¹⁹⁰ Segundo o chefe do parque, Emmanuel de Merode, há cerca de 1.500 a 2.000 combatentes armados de diferentes grupos rebeldes que operam na área,¹⁹¹ e representam um risco para a vida selvagem e para aqueles que a defendem.

Embora não tenhamos conseguido atribuir ao tráfico de animais selvagens os ataques contra defensores da terra e do meio ambiente, sabemos que dois dos conservacionistas mais importantes, que dedicaram sua vida para combater o comércio de marfim, foram mortos nos últimos 12 meses em circunstâncias suspeitas.¹⁹²

Enquanto os motivos para a ocorrência dessas mortes ainda não estiverem claros, esses assassinatos merecem uma análise mais criteriosa por parte das autoridades policiais.

AS MULHERES

em defesa da terra, da vida e da igualdade

Embora a maioria dos defensores mortos em 2017 fossem homens, as mulheres defensoras estão na vanguarda de muitas lutas pela terra e pelo meio ambiente em todo o mundo. Elas correm riscos distintos – e às vezes maiores.

Pedimos à Just Associates (JASS) para escrever o seguinte trecho, que é baseado no feedback de centenas de mulheres defensoras dos direitos humanos em mais de 26 países em todo o mundo, muitas das quais estão lutando por direitos fundiários e ambientais. Também incorpora investigações de redes de proteção como a Iniciativa Mesoamericana dos Defensores dos Direitos Humanos das Mulheres (Mesoamerican Women Human Rights Defenders Initiative) e de outras organizações feministas, como a Associação pelos Direitos da Mulher no Desenvolvimento (Association for Women's Rights in Development - AWID) e o Fundo de Ação Urgente (Urgent Action Fund - UAF).

As mulheres muitas vezes estão na vanguarda das lutas para proteger suas terras ancestrais e o meio ambiente. Por isso elas estão frequentemente em rota de colisão com indústrias que devastam os recursos naturais em nome do “desenvolvimento”.¹⁹³ O papel crítico de liderança que desempenham tem um preço alto, muitas vezes invisível.

Muitas mulheres estão em clara desvantagem desde o início de seu ativismo pela terra e pelo meio ambiente. São frequentemente excluídas da propriedade da terra,¹⁹⁴ bem como das negociações da comunidade sobre o futuro de suas terras e recursos naturais. Quando dedicam tempo

ao ativismo, às vezes são criticadas por negligenciar seus filhos e seus deveres domésticos. Por outro lado, o impacto combinado dos cuidados domésticos e comunitários, juntamente com o ativismo, pode criar uma enorme carga física e emocional.

“Existem aqueles que continuam a acreditar que lugar de mulher é na cozinha. Os assuntos da comunidade são discutidos em círculos que são de domínio exclusivo dos homens e as mulheres não têm acesso. Eles usam isso como uma razão para excluir as mulheres das conversas sobre recursos.” – Angeline Leguuto, Quênia¹⁹⁵

Mulheres defensoras muitas vezes têm que lutar em duas frentes: a luta pública para proteger os recursos naturais e a luta velada para defender seu direito de falar dentro de suas próprias organizações e famílias. Mulheres defensoras raramente recebem o mesmo nível de apoio que seus colegas homens porque suas comunidades são frequentemente dominadas pela cultura machista patriarcal. Isso significa que o papel que as defensoras desempenham muitas vezes não é reconhecido, e suas comunidades, organizações e famílias às vezes até ocultam ativamente a violência que essas mulheres podem enfrentar.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO DA VIOLÊNCIA

Embora sejam assassinados mais defensores da terra e do meio ambiente do sexo masculino, as mulheres acabam



Maria Leite (Brasil), Maria Salestiana Cardoso (Colômbia) e um membro da comunidade Taboli-Manubo (Filipinas). As mulheres defensoras são uma força poderosa para as comunidades que fazem campanha contra projetos extrativistas, muitas vezes tendo que arcar com o peso das expectativas familiares e da liderança da comunidade frente às ameaças específicas de gênero © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

sentindo o impacto de forma marcante. Quando os defensores do sexo masculino são mortos ou presos por seu ativismo, as mulheres assumem mais responsabilidades familiares, muitas vezes enquanto buscam justiça pelo assassinato e ajudam na reorganização de suas comunidades.

As próprias mulheres defensoras são alvos de múltiplas formas de violência, tanto por defenderem seu território quanto por desafiar as atitudes patriarcais em suas comunidades, organizações e famílias. Uma série de atores estatais e não-estatais com poderosos interesses econômicos e políticos tem usado historicamente a violência contra as mulheres para espalhar o medo e silenciar a busca por justiça.¹⁹⁶

“Com a expansão da mineração e da extração de petróleo, forças militares e policiais se instalaram aqui para apoiar as empresas. Eles usam violência e violência sexual para intimidar mulheres e meninas locais e reprimir a resistência. Em alguns casos, soldados ou policiais estupram as mulheres como forma de punição, [por exemplo] por ‘invasão de propriedade’ em campos de diamantes que antes eram suas terras ancestrais.”

– Winnet Shamuyarira, Zimbábue¹⁹⁷

Ameaças de estupro e violência historicamente fazem parte da repressão às mulheres que se opõem a projetos extrativistas,¹⁹⁸ além dos insultos misóginos, como serem rotuladas de “prostitutas” ou “mães ruins”. A discriminação de gênero é uma das muitas linhas exploradas para exacerbar conflitos familiares ou comunitários por meio de táticas de “dividir para conquistar”.

A criminalização também tem um impacto distinto. Aumenta a vulnerabilidade financeira e social das mulheres, pois suas famílias muitas vezes se afastam delas se forem encarceradas.

“Duas defensoras de terras grávidas – Andrea e Maria Miradel – foram presas por supostamente ‘participarem de atividades criminosas’. Ambas as mulheres foram negadas de atenção médica imediata, levando à morte da filha de dois dias de Andrea.” –

Testemunho das Filipinas¹⁹⁹

Claro que mulheres defensoras também são assassinadas.²⁰⁰ Isto não acontece apenas para silenciar os defensores; trata-se de silenciar as mulheres, e envia uma forte mensagem de que as mulheres não devem ser líderes, inibindo outras de se envolverem.²⁰¹

PROTEJA MULHERES DEFENSORAS, PROTEJA O PLANETA

Apesar dos obstáculos que enfrentam, as mulheres defensoras assumem cada vez mais papéis de liderança em batalhas contra a mineração, a extração da madeira, o agronegócio e outras indústrias destrutivas. Várias ONGs e redes produziram recursos inestimáveis em relação ao papel e à proteção das mulheres defensoras que trabalham em questões fundiárias e ambientais (ver nota ao final para acessar a lista).²⁰² Essas mulheres são fundamentais para a promoção da proteção ambiental e dos direitos à terra. Elas estão nos conduzindo para um futuro melhor e mais sustentável para o nosso planeta.

O poder das mulheres é um poder coletivo que promove comunidade; é isso que impressiona os defensores das políticas de extração. Nós nos organizamos não apenas em nossos territórios, mas também em nossa própria vida, em nossa cama, em nossa casa e comunidade. Precisamos declarar nossos territórios livres de violência, livres da mineração; queremos ser capazes de celebrar a água, a terra e o ar como vitais e repletos de vida, não como mercadorias à venda. –

Lolita Chávez, Guatemala.²⁰³

Nonhle Mbuthuma defende as dunas ricas em titânio do Cabo Oriental da África do Sul de projetos de mineração, protegendo as casas de centenas de pessoas que dependem da terra, da água potável e do acesso ao mar para sua subsistência.

© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment



TEMPO DE MUDANÇA: GOVERNOS E NEGÓCIOS RESPONSÁVEIS

Esta seção analisa como melhorar a situação, garantindo que os negócios no setor de recursos naturais sejam executados com responsabilidade.

Em primeiro lugar, avaliaremos **como os Estados e as empresas podem interromper os ataques contra os defensores**: revendo exatamente quais atores precisam tomar quais ações, recapitulando o arcabouço legal que os obriga a fazê-lo, avaliando porque as empresas responsáveis são bons negócios e observando o que os consumidores podem fazer.

Em segundo lugar, analisamos mais profundamente o setor mais associado aos assassinatos de defensores em 2017: o **agronegócio**. Avaliamos como essa indústria está impactando os direitos humanos e a segurança dos defensores e como o setor precisa mudar.

Com vários defensores da terra e do meio ambiente assassinados na Sierra Tarahumara, **Isela González** sabe que os riscos que enfrenta são reais. Mas ela continua a apoiar as comunidades indígenas locais em sua luta contra a extração de madeira, a mineração e o tráfico de drogas, responsáveis pela apropriação de suas terras no México sem o consentimento da comunidade. Ela lidera a Alianza Sierra Madre, uma organização que defende os direitos indígenas na região há 20 anos.

COMO E POR QUE

Estados e empresas podem e devem impedir ataques contra os defensores

Os defensores da terra e do meio ambiente estão na linha de frente da luta para salvar nosso planeta das mudanças climáticas, salvaguardar os direitos humanos e proteger as comunidades vulneráveis de danos. Defendem causas que beneficiam a todos: sustentabilidade, biodiversidade e justiça. Eles chamam a atenção para a corrupção e pressionam por mudanças nas leis, nas políticas e nas práticas para garantir que os direitos ambientais e fundiários sejam mantidos.

Ainda assim, pouca gente enfrenta tantas ameaças. Mais uma vez, como parte de uma grande tendência, o número de defensores assassinados aumentou em 2017. Duzentos e sete ativistas foram mortos, deixando comunidades sem seus corajosos porta-vozes e guardiões.

É principalmente da responsabilidade dos Estados (através de seus governos)²⁰⁴ garantir que todos os defensores dos direitos humanos possam realizar seu ativismo com segurança.²⁰⁵ No entanto, os defensores que trabalham com questões de terra e meio ambiente enfrentam riscos específicos e elevados porque são vistos como uma ameaça ao lucro e ao poder. Na grande maioria dos casos, eles são mortos porque questionam ou se opõem a uma empresa – geralmente ligada à extração de recursos naturais, como mineração, agricultura em larga escala ou extração de madeira.

Com grande parte da violência sendo impulsionada pela sede de lucro, aqueles que detêm o controle sobre as despesas têm o poder – assim como a responsabilidade legal – de ser uma força para o bem.

QUEM É RESPONSÁVEL?

Uma gama de atores influencia projetos de negócios. Esses mesmos atores podem garantir que os defensores da terra e do meio ambiente realizem seu trabalho sem medo de ser atacados ou mortos:

Atores estatais

- Os **governos** dos países onde os defensores estão em risco. Políticos, funcionários do Estado e forças de segurança – em nível nacional e local – devem tomar medidas para proteger os direitos dos defensores.
- **Ajuda bilateral e parceiros comerciais** – políticos e oficiais de países que fazem negócios ou fornecem ajuda a lugares onde os defensores estão em risco.

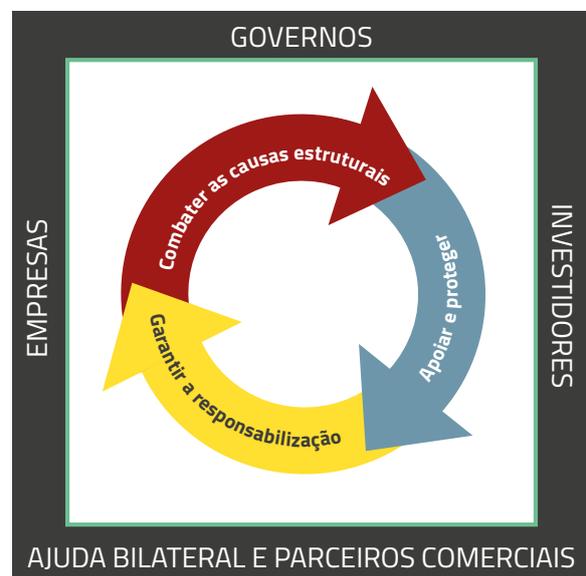
Atores comerciais

- **Empresas** – Sejam grandes ou pequenas, e operando ou comprando mercadorias e produtos de áreas onde os defensores estão em risco, as empresas podem desempenhar um papel importante no apoio aos defensores e no respeito de seus direitos.
- **Investidores** que fornecem financiamento para empresas e projetos. Eles incluem bancos privados, bancos de desenvolvimento, fundos de pensão e private equity, entre outros.

Os bancos de desenvolvimento são uma espécie de anomalia. Eles têm o poder de um investidor, mas – dado que seus acionistas são Estados – possuem o dever de um governo. Em nosso relatório de 2017 *Defenders of the Earth* (Defensores da Terra), a Global Witness explorou o papel dos bancos de desenvolvimento na proteção de defensores.²⁰⁶

O QUE DEVE SER FEITO?

Em *Defenders of the Earth*, a Global Witness publicou uma série de recomendações gerais (ver págs. 50-51),²⁰⁷ que podem ser interpretadas e implementadas pelos atores estatais e empresariais descritos acima. Em 2017, foram tomadas medidas por alguns atores a fim de implementarem estas recomendações (ver págs. 45-48), que são formuladas em três diretrizes:



- **Combater as causas estruturais:** A única prevenção eficaz se dá a longo prazo. Isso significa combater a corrupção, garantir títulos de propriedade, respeitar os direitos coletivos e consuetudinários da terra e garantir o direito das comunidades afetadas de dar ou negar seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso de suas terras e recursos naturais.²⁰⁸

➤ **Apoiar e proteger:** As empresas e os Estados podem tomar uma série de medidas para reconhecer o papel dos defensores, assegurar sua proteção, fornecer-lhes as ferramentas necessárias para realizar seu ativismo de maneira eficaz e garantir sua segurança.

➤ **Garantir a responsabilização:** Para evitar futuras ameaças, os responsáveis pelos ataques aos defensores devem ser levados à justiça, enquanto aqueles que não os apoiam e os protegem deverão enfrentar consequências políticas, financeiras e judiciais. Assegurar a responsabilização é um passo fundamental para dissuadir futuros ataques, atacando uma de suas principais causas: a impunidade.

OBRIGAÇÕES LEGAIS PARA COM OS DEFENSORES

No cerne do problema está uma maneira irresponsável de fazer negócio. Em muitas ocasiões, a busca pelo lucro impulsiona as decisões de negócios, alimenta a corrupção e divide as comunidades, desencadeia conflitos e prejudica o meio ambiente. Os defensores da terra e do meio ambiente têm conhecimento, experiência e uma compreensão de seu contexto local, o que poderia ajudar a resolver estes problemas.

Se os ativistas realizam seu trabalho com segurança e são defensores do meio ambiente e de suas comunidades, os Estados e as empresas devem cumprir seu dever legal de proteger e respeitar os direitos desses ativistas. Como veremos mais adiante, também é de seu interesse agir dessa maneira.

O DEVER DO ESTADO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

A obrigação legal de proteger os direitos humanos cabe principalmente ao Estado. Os **Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos** articulam como o direito internacional existente deve ser aplicado na esfera dos negócios e dos direitos humanos.²⁰⁹ Constituem o padrão mundial na prevenção e abordagem ao risco de impactos adversos sobre os direitos humanos ligados aos negócios, estabelecendo uma estrutura internacionalmente aceita para melhorar os padrões e as práticas. Os Princípios Orientadores baseiam-se em três pilares: o dever do Estado de proteger os direitos humanos, a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos e o acesso a soluções para as vítimas de abusos relacionados aos negócios. O Princípio Um diz que, dentro de seu território ou jurisdição, os Estados devem proteger as pessoas contra abusos de direitos humanos por parte de terceiros, incluindo empresas comerciais. Portanto, se uma empresa infringe os direitos dos defensores, o governo tem a obrigação legal de impedi-la.

Os Estados também devem ser guiados pela **Declaração da ONU sobre os Defensores dos Direitos Humanos**.²¹⁰ Ela define como a legislação de direitos humanos existente deve ser aplicada para apoiar e proteger os defensores dos



As comunidades devem ter a garantida de participação e contribuição significativas em todas as etapas do desenvolvimento de um projeto. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

direitos humanos, dos quais os defensores da terra e do meio ambiente são uma subcategoria. A Declaração destaca os direitos que os Estados devem proteger para que os defensores possam realizar seu ativismo com segurança, como por exemplo, o direito à liberdade de expressão e o direito à vida.²¹¹ O relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos expandiu a Declaração, destacando nove condições – incluindo a necessidade de estruturas jurídicas favoráveis e políticas de proteção eficazes – que os Estados devem estabelecer para que os defensores operem em um “ambiente seguro e propício”.²¹²

Os riscos enfrentados pelos defensores da terra e do meio ambiente muitas vezes resultam da falta de oportunidade para as comunidades em dar ou recusar seu consentimento. Os Estados podem evitar a escalada de conflitos, que podem resultar em ataques, implementando convenções internacionais existentes que salvaguardam o direito das comunidades de participar e dar seu consentimento livre, prévio e informado sobre decisões que afetam, entre outras coisas, sua terra e o meio ambiente. Essas convenções incluem a **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho**, o Artigo 25 do **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos** e a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**.²¹³

Existe também um crescente corpo de jurisprudência estabelecendo o **dever extraterritorial dos governos** de proteger os direitos dos cidadãos em outros países onde suas empresas atuam.²¹⁴ Isso significa que não são apenas os governos dos países onde os defensores enfrentam maiores riscos que têm o dever de proteger os ativistas, mas também a ajuda bilateral e os parceiros comerciais que operam nesses países. As políticas governamentais sobre empresas e direitos humanos devem, portanto, impulsionar ações positivas para apoiar os defensores localmente, mas também no exterior.²¹⁵

As embaixadas, portanto, têm um enorme papel a desempenhar. A UE,²¹⁶ o Canadá,²¹⁷ a Noruega,²¹⁸ a Suíça,²¹⁹ o Reino Unido²²⁰ e os EUA²²¹ têm **diretrizes** sobre como os seus



Após o assassinato de seu pai, Ramón Bedoya seguiu seus passos como ativista dos direitos da terra, impelindo o governo federal a disponibilizá-lo dois guarda-costas. A cada ano, o governo reavalia o risco e decide se o aparato de segurança ainda é necessário. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

governos e embaixadas devem apoiar os defensores dos direitos humanos em risco, o que poderia ser aplicado por outros Estados também.

Em setembro de 2016, o **Tribunal Penal Internacional** ampliou sua competência para que políticos e outros indivíduos, incluindo empresários, possam agora ser responsabilizados criminalmente sob a lei internacional por crimes ligados à apropriação de terras e à destruição ambiental, crimes aos quais os defensores arriscam suas vidas para se oporem.²²²

O DEVER DAS EMPRESAS À LUZ DO DIREITO E DAS DIRETRIZES INTERNACIONAIS

Os **Princípios Orientadores da ONU** estabelecem que “as empresas devem respeitar os direitos humanos”. Explicam em seguida: “Como as empresas comerciais podem ter um impacto em praticamente todo o espectro de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, sua responsabilidade de respeitar aplica-se a todos esses direitos.” Isso inclui, portanto, o respeito a todos os direitos que se aplicam aos defensores da terra e do meio ambiente, conforme estabelecido na **Declaração da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos**.²²³

Significa que as empresas devem respeitar os direitos dos defensores e das comunidades de expressar seus pontos de vista e protestar contra atividades comerciais.²²⁴ Significa abster-se de prejudicar os defensores, de restringir seus direitos ou de interferir em suas atividades, e se estende a consultar e dialogar com os defensores para identificar, mitigar e remediar quaisquer impactos adversos das operações comerciais aos direitos humanos.²²⁵

Os Princípios Orientadores obrigam as empresas a respeitar os direitos humanos, independentemente da disposição ou capacidade do Estado para protegê-los.²²⁶ Significa que as empresas que operam em países onde há um débil Estado de direito ou altos níveis de corrupção são responsáveis por defender os mais altos padrões de direitos humanos. Se elas não podem garantir que as comunidades afetadas possam

participar de decisões relativas a seus negócios, ou se são incapazes de mitigar quaisquer riscos para os defensores decorrentes de seus projetos, então elas não podem operar ou negociar em esses lugares.

Usar deferência às leis locais como uma desculpa para não proteger os direitos das comunidades e defensores é inaceitável, porque essas leis talvez não contenham proteções suficientes. As empresas e os investidores devem garantir que empresas de segurança privada, empreiteiros, subsidiárias ou qualquer pessoa ao longo de sua cadeia de fornecimento não estejam impedindo os direitos dos defensores e comunidades locais, mas sim envolvendo-os apropriadamente, conforme recomendado pelos Princípios Orientadores.²²⁷

Como tais, não são apenas empresas com projetos em lugares onde os defensores estão em risco que devem mudar suas práticas. Os investidores que financiam essas empresas e outras empresas que compram delas também têm responsabilidades. Por exemplo, um banco nunca deve apoiar um projeto se não tiver certeza de que não prejudicará ou restringirá os direitos das pessoas locais. Enquanto isso, nenhuma empresa deve usar madeira em seus móveis ou óleo de palma em seus alimentos até estar convencida de que os direitos das comunidades afetadas estão sendo protegidos ao longo da cadeia de fornecimento.

As **Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais** definem uma estrutura prática de diligência prévia para empresas em todos os setores.²²⁸ Elas reconhecem que as empresas podem causar ou contribuir para impactos adversos nos direitos humanos por meio de ações e omissões e, portanto, têm o dever de prevenir, cessar e mitigar tais impactos.²²⁹ Isso incluiria aqueles que afetam os defensores. As Diretrizes enfatizam uma gama de ações que as empresas podem adotar para alavancar mudanças nas práticas de qualquer entidade envolvida em seus projetos, incluindo parceiros de negócios, entidades em sua cadeia de fornecimento e “qualquer outra entidade não estatal ou estatal diretamente ligada a operações comerciais, produtos ou serviços”.²³⁰

Outro documento da OCDE - “**Conduta Empresarial**

Responsável para Investidores Institucionais: Principais Considerações para a Diligência Prévia nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais” - descreve como os investidores devem implementar as diretrizes.²³¹ Deixa claro que os investidores, “mesmo aqueles com participações minoritárias”, têm a responsabilidade de considerar os riscos “ao longo de seu processo de investimento” e usar seu poder para com as empresas em que investem “para influenciar essas empresas a evitar ou mitigar impactos adversos”, que incluiria ameaças contra os defensores.²³²

A MOTIVAÇÃO COMERCIAL PARA APOIAR, E NÃO ATACAR, OS DEFENSORES²³³

As empresas e os investidores não apenas têm o dever legal de respeitar os direitos e apoiar os defensores, isso também acaba sendo bom para os negócios.

O conhecimento local das comunidades afetadas e dos defensores é essencial para ajudar as empresas a identificar, prevenir e mitigar os abusos dos direitos humanos, o que, por sua vez, serve para minimizar os riscos legais, de reputação, operacionais e regulatórios.

Seu conhecimento local pode ajudar as empresas a entender as leis e a compreender contextos locais, estabelecer procedimentos de gerenciamento de riscos e elaborar políticas de reclamações, estratégias de mitigação e mecanismos de correção efetivos, construindo bases sólidas para a segurança e a eficácia do projeto a longo prazo. Ao envolver defensores e comunidades locais, as empresas estão melhor preparadas para prevenir e mitigar os impactos negativos nos direitos humanos e construir relacionamentos com as partes interessadas locais.

Essa abordagem pode minimizar o risco de conflitos na comunidade e de conflitos sociais, o qual poderia levar à interrupção da produção, custos com segurança, gerenciamento de crise, litígios e danos à reputação. Em outras palavras, aumenta a probabilidade de sucesso e de sustentabilidade dos projetos. As evidências mostram que o fracasso das empresas em evitar conflitos de terra pode aumentar significativamente seu risco financeiro, aumentando o custo do empreendimento ou até mesmo, em alguns casos, colocando em risco o futuro da empresa. The Rights and Resources Initiative, por exemplo, constatou que um determinado investimento que enfrenta problemas de posse da terra pode ter o custo de seus projetos aumentado em até 29 vezes.²³⁴

Os negócios éticos e o gerenciamento dos riscos ambientais, sociais e de governança são muitas vezes recompensados tanto pelos consumidores quanto pelos mercados.²³⁵ Mais ainda, um contexto em que os defensores estão seguros é um contexto propício à estabilidade e ao sucesso dos negócios também. Ambos se beneficiam da transparência, do Estado de direito e das liberdades cívicas. O que é bom para os defensores é bom para os negócios.

O QUE AS EMPRESAS DEVEM FAZER?

Em 2015, um grupo inter-regional de 39 organizações de direitos humanos delineou os seguintes princípios de como os negócios podem desempenhar um papel positivo proativo para envolver e apoiar os defensores dos direitos humanos.²³⁶ Esses princípios devem ser incorporados em qualquer política corporativa sobre direitos humanos e defensores ambientais. Veja o Anexo III para detalhes de como esses princípios podem ser colocados em prática.

- Respeite e envolva os defensores
- Suporte e associe-se aos defensores
- Defenda e busque soluções para os defensores em risco, e posicione-se contra as leis e políticas que os restringem
- Faça esforços adicionais e tome medidas específicas para envolver e proteger as mulheres defensoras e outros grupos que enfrentam riscos especiais

O PAPEL DOS CONSUMIDORES E O QUE VOCÊ PODE FAZER

Este relatório revelou como é importante responsabilizar as empresas e os governos quando se trata de ataques a defensores da terra e do meio ambiente, e como é importante lembrá-los de sua responsabilidade e de seu papel em acabar com esses crimes cruéis.

Seu papel também é crucial. É importante garantir que as empresas e os políticos saibam que estão em jogo a reputação deles, os votos e os lucros, que sofrerão se não fizerem mais para ajudar. Mas também é fundamental que você use a sua voz para ampliar a voz dos defensores e dar visibilidade aos desafios que eles enfrentam.

Quando você olha novamente para os setores que geram ataques contra os defensores, tudo parece mais próximo. Agricultura em grande escala, mineração, caça ilegal, extração de madeira, todos produzem itens domésticos que usamos e consumimos. Óleo de palma para o xampu que usamos. Soja para a carne que comemos. Madeira para nossos móveis.

Use este relatório e se expresse nas mídias sociais, fale com o seu representante político e adicione seu nome à nossa campanha [globalwitness.org/DefendersVoices]. Onde quer que você esteja e o que você faça, apoie os defensores do meio ambiente e da terra e garanta que sua voz seja ouvida.



O pai e o marido de Mirivic “Tarsila” Danyan foram mortos pelo exército em dezembro de 2017 por defenderem terras comunitárias contra a expansão das plantações de café nas Filipinas. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

AGRONEGÓCIO:

Negócio irresponsável em 2017

- Em 2017, nenhum setor foi mais letal do que o agronegócio.
- Para alimentar o crescente consumo global, empreendimentos agrícolas destrutivos – de óleo de palma e plantações de frutas tropicais a fazendas de gado – estão sendo impostos às comunidades sem o seu consentimento. Aqueles que se posicionam a favor de suas comunidades e do meio ambiente estão sendo cruelmente silenciados.
- Quase 25% dos defensores da terra e do meio ambiente assassinados em 2017 protestavam contra empreendimentos agrícolas. Um aumento de 100% em relação ao ano anterior, passando uma imagem assustadora das consequências de se fazer negócios irresponsáveis.

Em setembro de 2017, em uma aldeia na Amazônia peruana, seis agricultores indígenas foram emboscados por homens mascarados e armados. Na manhã do dia seguinte, seus corpos foram encontrados jogados em um riacho próximo. Alguns tinham as mãos e os pés atados, a maioria apresentava ferimentos de espingarda no pescoço. Ao parecer, eles foram assassinados, um por um.²³⁷

Moradores locais sugerem que os fazendeiros foram alvos de gangues criminosas rivais, que estavam avaliando suas terras para o plantio de monoculturas como arroz, cacau ou óleo de palma.²³⁸ Após os assassinatos, comunidades vizinhas que reclamaram de uma plantação de palma e da extração ilegal de madeira em suas terras foram ameaçadas.²³⁹

Esse é só mais um registro sombrio num catálogo global de assassinatos e ameaças ligadas ao agronegócio em 2017. Nas Filipinas, oito ativistas indígenas foram mortos depois de se oporem à expansão de uma plantação de café (ver pág. 14-17). Na República dos Camarões, o ativista premiado²⁴⁰ Nasako Besingi foi preso após liderar a oposição a uma plantação de óleo de palma de 73.000 hectares

localizada numa floresta tropical de rica biodiversidade e de propriedade da norte-americana Herakles Farms.²⁴¹ No Brasil, cinco membros da comunidade indígena de Gamelas foram baleados, dois tiveram seus braços decepados e outros seis foram esfaqueados, presumidamente por protestarem contra a invasão de suas terras por parte de poderosos fazendeiros e madeireiros.²⁴²

Em 2017, a Global Witness documentou 46 assassinatos associados a empreendimentos agrícolas, colocando-os acima da mineração como a indústria mais ligada ao assassinato de ativistas da terra e do meio ambiente.²⁴³ O Business and Human Rights Resource Centre, por sua vez, identificou o agronegócio como o setor associado ao maior número de assassinatos de todos os defensores dos direitos humanos, bem como alguns dos mais altos números de ameaças e ataques contra eles.²⁴⁴

CONSUMO EM MASSA DAS TERRAS E FLORESTAS DE OUTROS POVOS

A agricultura industrial atende às nossas demandas por frutas produzidas em massa: a soja que engorda os animais que comemos e o óleo de palma usado em tudo, de xampu a margarina e bolos e biscoitos. Mas os preços dos supermercados frequentemente mascaram o custo muito mais alto suportado pelas pessoas do outro lado da cadeia de suprimentos. Juntamente com a agricultura de subsistência, a agricultura industrial foram responsáveis por 80% do desmatamento de 2000 a 2010 em países tropicais e subtropicais.²⁴⁵ Essas plantações consomem grandes quantidades de água e esgotam os solos tropicais, enquanto os produtos químicos nelas aplicados, poluem os suprimentos locais de água.²⁴⁶ Muitas comunidades afetadas queixam-se de corrupção, devastação ambiental, desrespeito cultural e – acima de tudo – apropriação de terras.²⁴⁷

A apropriação de terras impulsionada pelo agronegócio vai muito além do confisco das fazendas locais. Em muitos casos, comunidades locais e indígenas perdem o acesso a terras coletivas e consuetudinárias, tradicionalmente não usadas para assentamento ou agricultura permanentes, mas para atividades como caça, pesca e pastoreio – vitais para os meios de subsistência locais²⁴⁸ – ou territórios sagrados do ponto de vista cultural e religioso.²⁴⁹ A destruição ou a perda de acesso a florestas, que para milhões de pessoas são sua principal fonte de sustento, nutrição e trabalho, pode ser particularmente avassaladora.²⁵⁰

A corrida global por terra – impulsionada pela crescente demanda por combustível, alimentos, matérias-primas e especulação financeira²⁵¹ – está causando estragos sociais e ambientais em todo o mundo. E a terra é finita. Desde 2000, pelo menos 70 milhões de hectares de terra em países em desenvolvimento foram vendidos ou arrendados a empresas, ou estão atualmente em negociação, de acordo com o banco de dados on-line sobre ofertas de terras, a Land Matrix.²⁵² Uma área de terra próxima a duas vezes o tamanho da Alemanha ou da Malásia.²⁵³

FINANCIANDO A DESTRUIÇÃO

Os investimentos agrícolas em grande escala tendem a não ter transparência, dificultando a quantificação precisa de sua grandeza ou impacto.²⁵⁴ No entanto, organizações da sociedade civil documentaram como o número de transações de terras continua a crescer ano após ano, impulsionadas pela expansão do agronegócio e financiadas por fundos de pensão estatais e bancos de desenvolvimento.²⁵⁵ Num mundo que está experimentando uma demanda sem precedentes por alimentos e recursos, a tendência de transformar ainda mais a superfície do globo em agricultura comercial de larga escala provavelmente só se intensificará.²⁵⁶

UM SETOR QUE PRECISA SE POSICIONAR

O legado assassino de 2017 deve servir como um alerta para o agronegócio.

Para frear os assassinatos, os governos devem regulamentar o agronegócio a fim de garantir que as empresas envolvidas ajam de acordo com o direito internacional, e que aqueles que violarem a lei sejam processados.

Por sua vez, os consumidores podem desempenhar o seu papel também, exigindo garantias de que os produtos que compram não estejam associados a ataques a defensores.

Mas paladinos na própria indústria do agronegócio, e entre eles os que garantem e facilitam suas atividades, são necessários com urgência. Empresas que implementam, investem, garantem ou usam produtos cultivados por meio de empreendimentos de agronegócios devem garantir que os direitos das comunidades e dos defensores sejam protegidos, inclusive pela implementação de nossas recomendações (ver págs. 50-51).

O setor também faria bem em priorizar a implementação de suas próprias diretrizes voluntárias (ver Anexo I), em particular:

- Garantir a consulta e a participação adequadas das comunidades afetadas e o direito ao consentimento prévio, livre e informado;
- Garantir a transparência em todas as áreas de negócios e uma política de tolerância zero em relação à corrupção;
- Garantir adequada diligência prévia ao longo das cadeias de suprimentos;
- Garantir que estas diretrizes sejam implementadas adequadamente em todos os momentos do ciclo do empreendimento;
- Garantir mecanismos adequados de reclamações e acesso a soluções.

— POLÍTICAS E AÇÕES

Esta seção analisa alguns **passos dados na direção certa**, revisando algumas ações tomadas por governos, parceiros bilaterais de ajuda e comércio, empresas, investidores e organizações intergovernamentais nos últimos dois anos.

Em nossa conclusão, resumimos as conclusões gerais de nosso relatório e o que precisa mudar.

Também apresentamos nossas recomendações sobre o que os governos, as empresas e os investidores podem fazer para prevenir e responder aos ataques contra defensores.

Quando os paramilitares assassinaram seu pai em dezembro de 2017, **Ramón Bedoya**, de dezoito anos, herdou a luta contra as plantações de óleo de palma interessadas em desenvolver uma área que cobre a terra de sua família e uma zona de biodiversidade. A Colômbia registrou um aumento nos assassinatos de ativistas de direitos humanos e ambientais após o acordo de paz de 2016 entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo. Desde então, outros grupos armados ocuparam o vazio de poder com consequências letais para ativistas e grupos indígenas que se opõem a projetos comerciais de exploração.

PASSOS NA DIREÇÃO CERTA

Exemplos recentes de ações de Estados, empresas e outros

É apenas um começo, mas algumas políticas e ações tomadas nos últimos 24 meses mostram algum progresso. Em muitos casos, essas mudanças ocorreram após campanhas diretas da Global Witness e de outras organizações da sociedade civil.

Quase quatro defensores da terra e do meio ambiente morrem a cada semana, e muitos outros são ameaçados, presos ou atacados,²⁵⁷ porque governos e empresas não estão conseguindo implementar as políticas e ações necessárias para mantê-los seguros.

No entanto, esta seção do relatório documenta exemplos onde governos, empresas e instituições intergovernamentais deram passos positivos nos últimos dois anos. Esses exemplos não representam necessariamente as melhores práticas, mas nos dão uma ideia do que pode ser feito e onde podemos ganhar impulso.

GOVERNOS

Os governos têm o dever primário de proteger os direitos de seus cidadãos. No entanto, muitas vezes soldados e policiais atacam e prendem defensores; os políticos os estigmatizam como antidesenvolvimentistas, oposição política ou mesmo terroristas; os juízes os sentenciam e as legislaturas votam para impor restrições ao trabalho dos defensores. Em 2017, os serviços de segurança do governo estiveram envolvidos em cerca de um quarto dos assassinatos registrados pela Global Witness. Houve ameaças contra os defensores em todos os países mencionados abaixo – mas pelo menos alguns passos positivos foram dados.

Em 2017, **Burkina Faso**²⁵⁸ e **Mali**²⁵⁹ adotaram leis nacionais para proteger os defensores dos direitos humanos. É importante ressaltar que as leis de ambos os países se comprometem a proteger não apenas os defensores em risco, mas também seus familiares. A legislação maliana reconhece explicitamente o direito de defender um meio ambiente saudável. No entanto, nenhuma das leis dos dois países estabeleceu um mecanismo dedicado a tornar a proteção dos defensores uma realidade operacional. Ambos os governos devem corrigir essa omissão.²⁶⁰

O **presidente do Equador, Lenin Moreno**, começou a reverter a repressão draconiana à defesa ambiental, à defesa dos indígenas e à liberdade de expressão adotada por seu antecessor, Rafael Correa. Várias organizações fechadas por Correa ganharam permissão para operar novamente, incluindo a renomada organização ambiental Fundación Pachamama.²⁶¹ É imperativo que Moreno siga os resultados do referendo deste ano, cancelando concessões de mineração em terras indígenas e conduzindo consultas

apropriadas com as comunidades locais.²⁶² Isso ajudaria a evitar ameaças contra defensores da terra e do meio ambiente.

O **Supremo Tribunal Federal brasileiro** provou que o judiciário pode enfrentar as causas estruturais das ameaças contra os defensores, mesmo quando outros ramos do governo fazem o contrário. Em agosto de 2017, o tribunal revogou elementos da regra “marco temporal”, que obrigava os reivindicantes de terras indígenas a provar que sua comunidade estava ocupando a terra em 1988, quando o Brasil ratificou sua constituição atual. Dado que muitos grupos indígenas foram expulsos de suas terras muito antes dessa data, seja durante o colonialismo ou durante a ditadura militar, a regra era claramente discriminatória e um catalisador para conflitos de direitos à terra que levaram a ataques a defensores. Em fevereiro de 2018, o tribunal também determinou que a regra não deveria ser aplicada à demarcação de terras de afrodescendentes.²⁶³

AJUDA BILATERAL E PARCEIROS COMERCIAIS

Os governos têm o dever de garantir que as ações de seus funcionários e empresas no exterior não tenham um impacto negativo sobre os direitos dos cidadãos estrangeiros. Especialmente quando estão negociando ou fornecendo ajuda, e quando seu poder pode ser usado para apoiar os defensores locais.

Em dezembro de 2016, o **Canadá** publicou diretrizes definindo a gama de ações que seu governo e seus diplomatas podem tomar para apoiar os defensores em risco.²⁶⁴ Essas diretrizes permitem que embaixadas neguem apoio comercial a empresas associadas a ameaças contra defensores – um passo importante, dados os abusos frequentemente relatados por ativistas que se opõem aos interesses de mineração canadenses.²⁶⁵ No entanto, ainda não há evidências de sua implementação. Além disso, enquanto o Canadá não estabelecer uma estrutura obrigatória para responsabilizar suas empresas no exterior e continuar priorizando a “diplomacia econômica” – que direciona os diplomatas a priorizar os interesses das empresas canadenses que operam no exterior – as autoridades canadenses podem estar colocando os defensores em maior perigo, ao mesmo tempo que dizem apoiá-los.²⁶⁶

Em 2017, o **Reino Unido** também criou suas próprias diretrizes a respeito dos defensores, embora não tenha conseguido acompanhar o compromisso canadense de remover o apoio comercial a empresas com histórico ruim no tratamento a defensores.²⁶⁷ É importante ressaltar que as diretrizes do Reino Unido reconhecem os riscos adicionais enfrentados pelos defensores da terra e do meio ambiente e incentivam os funcionários das embaixadas a apoiar os defensores, especialmente se empresas do Reino Unido, suas cadeias de suprimentos ou prestadores de serviços estiverem operando em áreas de alto risco ou afetadas por conflitos. O Reino Unido deve agora divulgar suas diretrizes – enquanto não o faça, os defensores não saberão da sua existência e não terão como pedir apoio.

O Departamento de Estado dos EUA tem consistentemente infringido o seu mandato, conferido pelo Congresso, ao conceder ajuda a Honduras, a qual só deveria ser autorizada, se a condição de que a sociedade civil “opere sem interferência” fosse cumprida. Isso é especialmente preocupante, porque mais defensores foram mortos em Honduras per capita do que em qualquer outro lugar do mundo na última década. No entanto, o **Congresso dos EUA** mostrou como as legislaturas podem se manifestar em favor dos defensores, mesmo quando não acompanhadas pelo executivo. Em abril de 2017, quase 80 legisladores escreveram ao Departamento de Estado para apoiar os defensores em Honduras e exigir ação do governo dos EUA.²⁶⁸ Uma parte da ajuda para o governo central hondurenho está atualmente suspensa devido às preocupações atuais do Congresso sobre violações de direitos humanos, impunidade e o processo eleitoral presidencial.²⁶⁹

Um desenvolvimento positivo no **Departamento de Estado dos EUA**, no entanto, foi a criação de um grupo de trabalho informal interinstitucional (IAWG) para monitorar a violência contra defensores ambientais em todo o mundo e envolver uma ampla gama de partes interessadas para substanciar políticas focadas na redução desse tipo de violência.²⁷⁰ O impacto desta importante iniciativa seria reforçado se o IAWG obtivesse mais recursos humanos e financeiros.

A **Comissão Europeia**²⁷¹ e o **Parlamento Europeu**²⁷² estão considerando medidas que exijam aos bancos europeus, aos fundos de cobertura e aos fundos de pensão a diligência prévia para garantir que não invistam poupanças e pensões europeias em projetos que causem violações de direitos humanos e destruição ambiental ao redor do mundo. Este Plano de Ação Europeu para as Finanças Sustentáveis é uma oportunidade única para a Europa alinhar o seu setor financeiro com o direito internacional em matéria de direitos humanos, com o acordo de Paris sobre as alterações climáticas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

EMPRESAS

As empresas têm o dever de respeitar os direitos humanos e envolver as comunidades afetadas por suas operações. Elas ocupam uma posição de influência no apoio a defensores e no encorajamento de seus pares e contrapartes governamentais a fazerem o mesmo. Muitas vezes, no entanto, elas fazem o oposto: desafiam e restringem o trabalho dos defensores. Os paladinos dos negócios são extremamente necessários para garantir que, ao longo de suas cadeias de suprimentos e em todas as suas operações, os defensores sejam apoiados e tenham seus direitos e os da comunidade afetada respeitados.

Em novembro de 2017, a empresa de mineração anglo-australiana **BHP Billiton** desafiou as tentativas do órgão da indústria Conselho de Mineraias da Austrália de impedir que grupos ambientalistas pressionassem por mudanças na política do governo.²⁷³ O Conselho de Mineraias havia proposto uma lei para impedir que organizações ambientais

usassem mais de 10% de suas despesas com advocacy.²⁷⁴ Com mais de 120 leis, que restringem o ativismo da sociedade civil, introduzidas em todo o mundo desde 2012,²⁷⁵ outras empresas também devem se opor à legislação que deixa os defensores de mãos atadas. Sinais de que a BHP Billiton está disposta a proteger os defensores são bem-vindos e evidenciam seus esforços para melhorar suas operações, que vêm sendo polêmicas, como por exemplo, o colapso da represa Samarco em 2015 – o maior desastre ambiental do Brasil.²⁷⁶

Quando os representantes do mercado questionam e diminuem a importância do trabalho dos defensores, eles colocam esses ativistas em maior risco. Por outro lado, declarações positivas, que reconhecem o papel legítimo desempenhado pelos defensores, podem ajudar a mantê-los seguros. Por exemplo, no ano passado Nicky Black, representando o **Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM)**, enfatizou publicamente que assédio, ameaças e ataques contra defensores de direitos humanos não são aceitáveis para empresas de mineração responsáveis. Em uma reunião de milhares de profissionais de mineração na África do Sul, ela pediu que as empresas se manifestassem e que os governos tomassem medidas.²⁷⁷ Ela pediu que eles levassem em consideração as críticas de oponentes da mineração reunidos em um fórum alternativo no mesmo dia.²⁷⁸

INVESTIDORES

Os investidores têm o poder de apoiar os defensores e abordar as causas dos problemas que levam à necessidade de ativismo. No entanto, mesmo os bancos de desenvolvimento não estão conseguindo identificar os riscos de direitos humanos em suas avaliações de pré-investimento e estão respondendo – na melhor das hipóteses – de forma insuficiente quando os defensores são ameaçados.²⁷⁹ Os investidores devem executar uma diligência prévia rigorosa antes de investir em um projeto e devem implementar políticas para identificar e mitigar os riscos para a sociedade civil, monitorar a segurança das comunidades e dos defensores e reagir quando ocorram ameaças.

Em 2017, um grupo de investidores estabeleceu a **Aliança de Investidores para os Direitos Humanos (IAHR)**.²⁸⁰ No início de 2018, eles se manifestaram publicamente para expressar preocupação com a situação dos defensores de direitos humanos em geral, e nas Filipinas em particular. Eles expuseram suas expectativas em relação ao que as empresas e as instituições financeiras deveriam fazer para apoiar os defensores. Os membros da IAHR devem implementar essas expectativas nos projetos que financiam, e outros investidores devem seguir essa prática.²⁸¹

Uma das coisas mais significativas que os investidores podem fazer é evitar apoiar ou mesmo retirar seu dinheiro de projetos que possam ter um impacto negativo sobre os direitos das comunidades. O grupo de investimento privado **Blackstone Group**, por exemplo, optou por não investir no



Há um incentivo comercial para que empresas, investidores e parceiros bilaterais de ajuda e comércio trabalhem mais de perto com as comunidades locais, respeitem seus direitos e tomem medidas junto aos governos nacionais para proteger os defensores. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

NSO Group, cujo software de vigilância havia sido usado pelo governo mexicano para espionar organizações de direitos humanos, incluindo aquelas que trabalham com direitos à terra.²⁸² No futuro, investidores como a Blackstone deveriam tomar essas decisões com base em suas próprias análises, em vez de esperar que a pressão se acumule nos protestos públicos.

Conforme descrito na página 25, a represa de Agua Zarca, em Honduras, estava ligada a inúmeras ameaças, ataques e assassinatos de ativistas indígenas. Após uma campanha sustentada pela sociedade civil, os bancos de desenvolvimento holandeses e finlandeses - FMO e Finnfund - acabaram retirando seus investimentos no projeto em



O direito a um ambiente saudável é frequentemente um dos direitos humanos pelo qual os defensores batalham. Os investidores devem evitar projetos que estão potencialmente relacionados a abusos de direitos humanos.

© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

julho de 2017.²⁸³ Desde então, a **FMO** revisou suas políticas de direitos humanos e está desenvolvendo um “sistema de alerta antecipado para risco de opressão ou violência para defensores de direitos humanos e ambientais e aqueles que se opõem a projetos nos quais a FMO investe”.²⁸⁴ É vital que o banco agora trabalhe com a sociedade civil para terminar de elaborar um sistema efetivo, que garanta que ele opere de forma transparente e permita à FMO evitar que os riscos ligados aos seus projetos surjam, e responder de forma eficaz se tais ameaças ocorrerem. Outros bancos de desenvolvimento deveriam estar fazendo o mesmo.

Vários mecanismos independentes de prestação de contas, incluindo o PAINEL DE INSPEÇÃO DO **BANCO MUNDIAL**²⁸⁵ e a Corporação Financeira Internacional (IFC) do CAO (Compliance Advisor Ombudsman)²⁸⁶ – que tratam de reclamações de comunidades impactadas – adotaram diretrizes para prevenir e responder a represálias contra indivíduos ou grupos que apresentam queixas com esses mecanismos. Embora essas mudanças sejam bem-vindas, são extremamente limitadas. Globalmente, os bancos de desenvolvimento não utilizam a devida diligência prévia para abordar os riscos aos defensores e os riscos aos direitos humanos em geral. Sobretudo, eles ainda precisam desenvolver protocolos eficazes para garantir que as comunidades tenham voz ativa nos projetos que as afetam. A maioria das instituições de desenvolvimento tem políticas que exigem consulta significativa no planejamento e na implementação. Porém, essas instituições não abordam o fato de que, em contextos onde as comunidades sofrem marginalização ou onde as liberdades fundamentais como a liberdade de expressão são atacadas, consultas significativas e participação efetiva não são possíveis.



Datu Dande Dinyan é membro da organização Taboli-manubo TAMASCO, protestando contra a expansão da plantação de café das Silvicultural Industries em Mindanao, nas Filipinas. © Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

A cada ano, o quadro internacional para a proteção dos defensores da terra e do meio ambiente se fortalece, refletindo a crescente conscientização e preocupação com o tema. Resoluções, orientações e jurisprudência são emitidas em nível internacional e regional, as quais – quando combinadas com relatórios de ONGs – dão aos governos e às empresas mais ferramentas para guiar suas ações. Nos últimos dois anos, os seguintes pontos se destacam.

Em outubro de 2016, o **relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos** publicou um relatório com foco na proteção dos defensores do meio ambiente, com recomendações concretas sobre como os Estados e as empresas podem protegê-los melhor. O relatório enfatizou uma abordagem preventiva, salientando a importância de consultar adequadamente as comunidades sobre o uso de suas terras e recursos naturais.²⁸⁷

O relator forneceu mais orientações em 2017, analisando as ameaças enfrentadas por todos os defensores que trabalham com empresas e direitos humanos, dos quais os defensores da terra e do meio ambiente são uma subcategoria significativa. Ele pediu aos investidores que desenvolvam sistemas de alerta antecipado para responder aos riscos enfrentados pelos ativistas, e defendeu o uso de critérios de investimento para excluir países e empresas com extensos registros de ameaças e ataques contra defensores. Ele disse que os bancos de desenvolvimento e investidores privados precisam reformar suas práticas, e ressaltou o fato de que as empresas se beneficiam quando os ativistas podem falar livremente e apontar os riscos aos direitos humanos em seus projetos.²⁸⁸

O **relator especial sobre direitos humanos e meio ambiente** lançou um portal de recursos sobre defensores ambientais em 2017,²⁸⁹ que deve facilitar o acesso a ferramentas on-line. Enquanto isso, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos está produzindo orientações para negócios envolvendo e apoiando os defensores dos direitos humanos, incluindo os defensores da terra e do meio ambiente, em conformidade

com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. O grupo de trabalho realizou consultas às partes interessadas em 2017 e pretende publicar o documento no final de 2018.²⁹⁰

O **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** (PNUMA) lançou uma “Política para Promover Maior Proteção aos Defensores Ambientais” em março, comprometendo-se a falar contra ataques, pressionar por maior responsabilidade e trabalhar com governos, empresas e investidores para melhor proteção. A política estabelece um mecanismo de resposta rápida que permite que ativistas ambientais denunciem ameaças ou ataques, para que o PNUMA possa responder e tomar ações de apoio ou de proteção.²⁹¹

A defesa do meio ambiente foi fortalecida quando a **Corte Interamericana de Direitos Humanos** considerou que “um ambiente limpo é um direito fundamental para a existência da humanidade”.²⁹² A Corte firma claramente que os Estados têm a obrigação de prevenir danos ambientais severos²⁹³ e que o público deve ser devidamente informado e incluído quando uma atividade ou decisão puder afetar o meio ambiente.²⁹⁴ Fundamentalmente, o tribunal declarou de forma explícita que os Estados também são responsáveis por qualquer dano ambiental causado a pessoas fora de suas fronteiras.²⁹⁵

Em março de 2018, após seis anos de negociações, **24 países das Américas** fortaleceram o trabalho dos defensores ao chegar a um consenso sobre a redação do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe, conhecido como LAC P10.²⁹⁶ Esse pode ser o primeiro acordo juridicamente vinculante da região sobre direitos ambientais e exige que os governos garantam que seus cidadãos possam participar de forma significativa nas decisões ambientais que os afetam. Abarca compromissos para proteger os defensores, bem como para melhorar o acesso à informação e à justiça em questões ambientais. Os Estados poderão assinar e ratificar o acordo a partir de setembro de 2018, e ele entrará em vigor no momento em que 11 Estados o tenham ratificado.

CONCLUSÃO

Este relatório mostrou o alto preço que comunidades em todo o mundo estão pagando pelas ações irresponsáveis de governos, empresas e investidores. Elas sofrem as piores consequências, e muitas vezes pagam com suas vidas pela coragem de se oporem aos projetos devastadores impostos a suas comunidades.

Há um desequilíbrio gritante de poder no centro dessa luta pela terra e pelos recursos. De um lado estão os interesses das grandes empresas, com seus inescrupulosos apoiadores do governo e as forças militares, paramilitares e criminosas que podem convocar para impor sua vontade. De outro, estão algumas das comunidades mais pobres e vulneráveis do mundo, tentando desesperadamente manter suas terras e recursos naturais.

Os defensores da terra e do meio ambiente têm que mostrar uma incrível coragem e resistência diante desses adversários assustadores. Não deveriam ter que enfrentá-los sozinhos.

Não quando muito está em jogo: suas comunidades, suas terras, o planeta que todos compartilhamos.

Nós estamos com eles. Vamos levar sua luta aos corredores do poder e às diretorias das corporações multinacionais. Vamos garantir que suas vozes sejam ouvidas.

Exigiremos que as políticas sejam implementadas e que medidas sejam tomadas pelas empresas e pelo governo no sentido de garantir que as comunidades possam dar ou reter seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso de suas terras; e além disso, que apoiem os defensores e garantam sua segurança, e possam responsabilizar os autores quando ataques ocorrerem.

Porque embora sejam fonte de muitos dos problemas documentados neste relatório, os governos e as empresas também têm o poder para fazer uma grande diferença.

O Parque Nacional Kidepo, no norte de Uganda, é um destino desejado pelos caçadores ilegais que procuram marfim, carne de búfalo e penas de avestruz.
© Thom Pierce / Guardian / Global Witness / UN Environment



RECOMENDAÇÕES

O que precisa ser feito?

Os defensores da terra e do meio ambiente só serão capazes de realizar seu ativismo com segurança quando vários atores tomarem medidas para prevenir ataques contra eles, protegerem os defensores que estão em risco e reagirem quando as ameaças ocorrerem.

Tendo isso em conta, organizamos as nossas recomendações com base nas seguintes orientações:

- **Combater as causas estruturais:** A única prevenção eficaz se dá a longo prazo. Isso significa combater a corrupção e a impunidade, garantir e respeitar títulos de propriedade, e garantir o direito das comunidades afetadas de dar ou negar seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso de suas terras e recursos naturais.
- **Apoiar e proteger:** Uma série de medidas podem ser tomadas por empresas e governos a fim de reconhecer o papel dos defensores, defender sua proteção, fornecer-lhes as ferramentas necessárias para realizar seu ativismo de maneira eficaz e garantir sua segurança.
- **Garantir a responsabilização:** Para evitar futuras ameaças e dissuadir possíveis agressores, os responsáveis pelos ataques aos defensores devem ser levados à justiça, e aqueles que não apoiarem e protegerem os defensores deverão enfrentar consequências políticas, financeiras e judiciais.

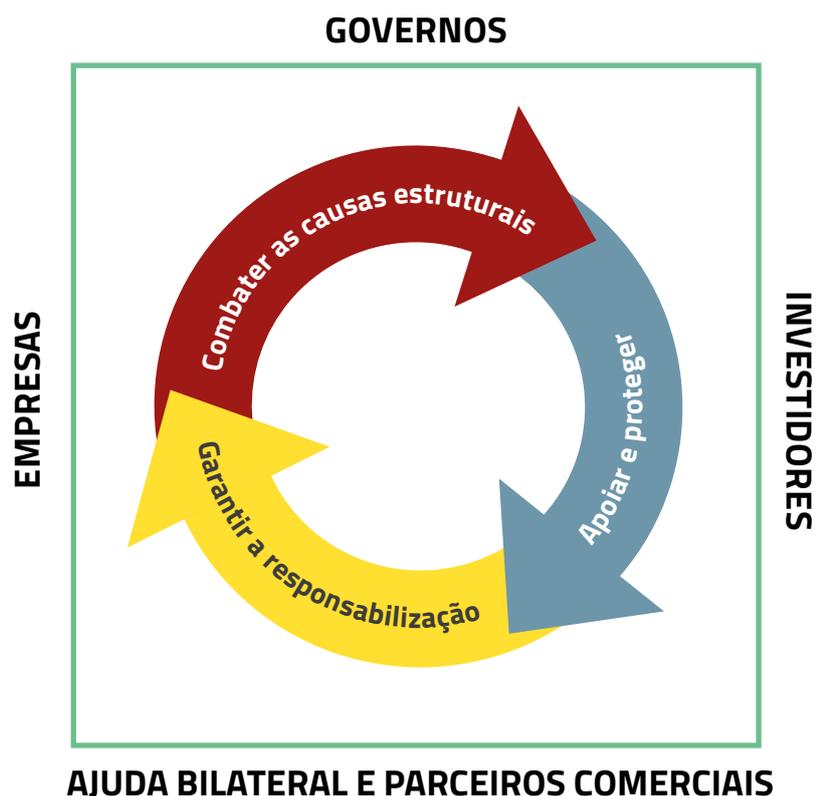
QUEM É RESPONSÁVEL?

Os Estados (através de seus governos) têm o dever fundamental de garantir, com base no direito internacional, que todos os defensores dos direitos humanos possam realizar seu ativismo com segurança. No entanto, os defensores da terra e do meio ambiente enfrentam riscos específicos e elevados porque estão desafiando interesses comerciais.

Uma gama de atores podem influenciar projetos de negócios. Portanto, há uma gama de atores que podem – e devem – agir para manter os defensores em segurança.

As **empresas**, os **investidores** e os parceiros **bilaterais de ajuda e comércio** têm a responsabilidade – bem como um incentivo empresarial – de agir ao lado dos governos nacionais e locais para proteger os defensores e respeitar seus direitos.

Na página ao lado, há uma série de recomendações gerais; cada uma delas pode e deve ser interpretada e implementada por governos, empresas, investidores e parceiros bilaterais e comerciais.



Combater as causas estruturais

- Garantir que nenhum projeto empresarial vá adiante sem que o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas seja dado em todos os estágios de andamento do projeto.
- Garantir a participação informada e significativa das comunidades afetadas nas avaliações de impacto ambiental, social e de direitos humanos, bem como em outros processos relacionados ao planejamento e à implementação de empreendimentos.
- Sancionar e erradicar a corrupção, particularmente no que diz respeito à atribuição de licenças no setor dos recursos naturais.
- Garantir que os direitos à terra sejam protegidos e respeitados, particularmente no que diz respeito à titulação de terras indígenas e comunitárias.

Apoiar e proteger

- Implementar leis, políticas e práticas específicas para o reconhecimento, o apoio e a proteção dos defensores dos direitos humanos e garantir os recursos humanos e financeiros necessários para sua efetiva implementação.
- Fazer declarações públicas incisivas reconhecendo o papel importante e legítimo dos defensores da terra e do meio ambiente, comprometendo-se com a sua proteção.
- Pronunciar-se para condenar ameaças e ataques contra os defensores onde quer que eles ocorram.
- Suspender especificamente aqueles projetos de negócios onde os defensores foram ameaçados, até que sejam tomadas medidas sólidas para evitar mais ameaças contra aqueles que estão em risco.
- Implementar medidas de proteção para defensores em risco que sejam compatíveis com os riscos, o contexto, a identidade e as solicitações específicos de cada indivíduo.
- Criar espaços de diálogo entre empresas, investidores, funcionários públicos, comunidades afetadas e defensores.

Garantir a responsabilização

- Levar à justiça os responsáveis por ordenar ou executar qualquer ameaça ou ataque contra um defensor da terra ou do meio ambiente.
- Realizar a diligência prévia para avaliar se os defensores da terra e do meio ambiente podem operar com segurança em setores e países específicos e, quando isso não ocorrer, deixar de promover, implementar ou apoiar projetos (diretamente ou por meio de intermediários), até que as garantias de segurança dos defensores tenham sido alcançadas.
- Ajudar os países e investir em projetos, com a condição de que medidas específicas para a segurança dos defensores da terra e do meio ambiente sejam tomadas.
- Garantir responsabilização, compensação e reparações aos defensores, organizações e comunidades.

METODOLOGIA

Este relatório é baseado em pesquisas sobre os assassinatos e desaparecimentos forçados de defensores da terra e do meio ambiente, que definimos como pessoas que tomam medidas pacíficas para proteger os direitos à terra ou ao meio ambiente, seja em sua capacidade pessoal ou profissional. O período abrangido por este relatório é de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Como nos relatórios anteriores, os casos foram identificados através da pesquisa e da revisão de fontes confiáveis de informações on-line disponíveis publicamente, através do seguinte processo:

> Oportunista: Identificamos conjuntos de dados de fontes internacionais e nacionais com informação sobre defensores dos direitos humanos mortos em 2017, como o relatório anual do Frontline Defenders 2017 e o relatório anual do Programa Somos Defensores sobre a Colômbia, e pesquisamos cada caso.

> Sistemática: Configuramos alertas de mecanismo de pesquisa usando palavras-chave e realizamos outras pesquisas on-line para identificar casos relevantes em todo o mundo.

> Verificada: Sempre que possível ou necessário, contatamos parceiros nacionais ou regionais para obter mais informações sobre os casos. Os seguintes critérios precisam ser atendidos para que um caso seja incluído:

- > Fontes de informação on-line credíveis, publicadas e atuais.
- > Detalhes sobre o tipo de ato e método de violência, incluindo a data e a localização.
- > Nome e algumas informações biográficas sobre a vítima.
- > Conexões claras e documentadas do envolvimento do defensor com uma questão ambiental ou fundiária/territorial.

Em alguns casos, o critério da fonte on-line é descartado porque organizações locais respeitadas conseguem fornecer à Global Witness os resultados de sua própria investigação e verificação de casos.

Registramos dados sobre os casos utilizando os Formatos Padrão de Eventos do HURIDOCS e Micro-Thesauri, uma abordagem amplamente utilizada para gerenciar e analisar materiais dessa natureza. Embora tenhamos feito todos os esforços para identificar e investigar casos de acordo com a metodologia e os critérios, é importante acrescentar que nossa pesquisa depende principalmente de informações públicas e que não conseguimos realizar pesquisas detalhadas em nível nacional em todos os países. A língua é outra limitação; além do inglês, os principais idiomas em que pesquisamos são o espanhol e o português. Devido ao grande número de países e fontes potenciais, concentramos nossas pesquisas nos países onde os alertas iniciais indicaram que havia casos

potencialmente relevantes para investigar. Nosso contato com organizações locais também é fragmentado; A Global Witness tem ligações bem estabelecidas em alguns países, mas ausente em outros. Ter uma metodologia rigorosa significa que nossos números não representam a escala do problema e estamos trabalhando para melhorar isso.

Em resumo, os números apresentados neste relatório devem ser considerados apenas como um retrato parcial da extensão dos assassinatos de defensores do meio ambiente e da terra em todo o mundo em 2017. Casos relevantes foram identificados em 22 países em 2017, mas é possível que também tenham ocorrido em outros países onde as violações dos direitos humanos são generalizadas e provavelmente também tenham afetado os defensores da terra e do meio ambiente. As razões pelas quais podemos não ter sido capazes de documentar tais casos de acordo com nossa metodologia e critérios incluem:

> Presença limitada de organizações da sociedade civil, ONGs e outros grupos que monitoram a situação no campo.

> Supressão da mídia e de outras fontes de informação.

> Conflitos mais amplos e/ou violência política, inclusive entre comunidades, que dificultam a identificação de casos específicos.

Deve-se notar que, à medida que a Global Witness desenvolve novos contatos em diferentes países – ou quando a capacidade de documentação dos parceiros da Global Witness aumenta ou diminui – pode ocorrer um impacto no número de casos que conseguimos capturar em nossos dados.

Deve-se notar também que incluímos em nosso banco de dados amigos, colegas e familiares de defensores assassinados se a) eles parecem ter sido assassinados como uma represália pelo trabalho do defensor, ou b) eles foram mortos em um ataque que também matou o defensor.

Finalmente, a Global Witness está comprometida em combater a impunidade que afeta a maioria dos assassinatos de defensores. Excluiremos casos da nossa base de dados somente quando um processo bem-sucedido concluir que o motivo do assassinato do indivíduo não foi seu território ou ativismo ambiental, e quando a organização do indivíduo e/ou sua família acreditar que houve julgamento adequado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que estão trabalhando arduamente, com frequência em grande risco e, às vezes, com poucos recursos, para apoiar os defensores. No entanto, sem a documentação diligente das seguintes organizações, seria simplesmente impossível para a Global Witness manter sua base de dados e produzir este relatório. Este ano, estamos particularmente gratos pela assistência prestada por:

- > Comissão Pastoral da Terra (CPT), Brasil
- > Conectas Direitos Humanos, Brasil
- > Justiça Global, Brasil
- > Terra de Direitos, Brasil
- > Instituto Socioambiental, Brasil
- > Programa Somos Defensores, Colômbia
- > Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Colômbia
- > Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos (UDEFEQUA), Guatemala
- > Diakonia, Honduras
- > Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), México
- > Comité Cerezo, México
- > Centro por la Justicia y Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua (CEJUDHCAN), Nicarágua
- > Convergence of Initiatives for Environmental Justice (CIEJ), Filipinas
- > Kalikasan, Filipinas
- > Karapatan, Filipinas
- > Anistia Internacional
- > Business and Human Rights Resource Centre
- > Coalition for Human Rights in Development
- > Forest Peoples Programme
- > Front Line Defenders
- > Human Rights Watch
- > International Ranger Federation
- > Just Associates (JASS)
- > Peace Brigades International
- > Pesticide Action Network Asia and the Pacific (PANAP)
- > Thin Green Line Foundation

A equipe da campanha Land e Environmental Defenders da Global Witness também gostaria de reconhecer seus colegas incríveis. Sem o trabalho árduo dos departamentos de comunicações, desenvolvimento, instalações, finanças, recursos humanos, TI, jurídico e gerencial da GW – assim como todos os que mantêm a organização funcionando – a Global Witness não seria capaz de apoiar os corajosos defensores na linha de frente da luta pelos direitos humanos e pelo futuro do nosso planeta. Obrigado. #DreamTeam

ANEXO I:

Diretrizes facultativas para o agronegócio e sua importância para os defensores

Existe uma série de diretrizes voluntárias para o agronegócio que, se adequadamente interpretadas e implementadas, garantiria que empresas e investidores não apenas evitassem prejudicar os defensores, mas os apoiassem e protegessem, facilitando a participação da comunidade na tomada de decisões. Muitos de seus princípios também poderiam ser executados por outras empresas no setor de recursos naturais.

Muito útil na prática é a orientação produzida pelo Interlaken Group²⁹⁷ sobre como as empresas devem implementar as **Orientações Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Florestas e Pescas e Florestas - no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT)**, que são o resultado de extensas consultas com representantes governamentais, do setor privado e da sociedade civil, e são endossadas por 193 governos.²⁹⁸

A orientação do Grupo Interlaken, intitulada “Respeitando os Direitos da Terra e da Floresta” (**a Orientação Interlaken**), é singular por ser a única diretriz para o agronegócio confiável que foi escrita por representantes do setor privado, juntamente com a sociedade civil e com governos.²⁹⁹ Estabelece o que as empresas precisam fazer para cumprir o VGGT, como podem ser os indicadores de conformidade e quais recursos existem para apoiar os esforços em direção à conformidade. A orientação abrange uma gama de tipos de projetos: investimentos em projetos greenfield, investimentos projetos brownfield, holdings existentes, joint ventures ou fusões e aquisições, além de compras e cadeias de suprimentos.

Muitos dos princípios fundamentais da Orientação Interlaken podem ajudar a prevenir ameaças contra defensores da terra e do meio ambiente, e incluem:

➤ **Garantir a consulta e a participação adequadas das comunidades afetadas e o direito ao consentimento prévio, livre e informado (CPLI):** *A falta de consulta e consentimento da comunidade para projetos de negócios é uma das causas do conflito que leva a ameaças e ataques contra os defensores.*³⁰⁰

A Orientação Interlaken incentiva as empresas a recorrer a robustos processos de consulta e a garantir o CPLI dos povos indígenas antes de tomar decisões de investimento, bem como a consultar significativamente todas as comunidades vizinhas e anfitriãs antes que mudanças sejam feitas em um projeto.

➤ **Garantir a transparência em todas as áreas de negócios e uma política de tolerância zero em relação à corrupção:** *As comunidades e os ativistas só podem ser eficazes na defesa de seus direitos e no seu envolvimento*

*com os empreendimentos se tiverem as informações necessárias para tanto. Por outro lado, a corrupção alimenta os ataques aos defensores, facilitando a imposição de projetos e promovendo a impunidade no caso de ameaças.*³⁰¹

A Orientação Interlaken exige que as empresas garantam transparência em todas as interações com autoridades e comunidades e evitem negócios com “pessoas politicamente expostas”.³⁰² Os detalhes do projeto devem estar disponíveis para as comunidades nos idiomas locais. Análises ambientais, sociais, de direitos humanos e segurança alimentar devem ser participativas, publicadas e conduzidas antes que as decisões de investimento sejam tomadas.

➤ **Garantir adequada diligência prévia ao longo das cadeias de suprimentos:** *Investidores e empresas têm o dever de garantir que suas políticas de aquisições não afetem negativamente os defensores, e que os mais altos padrões de direitos humanos sejam mantidos ao longo das cadeias de suprimentos.*

A Orientação Interlaken lembra às empresas que a conformidade com o VGGT requer engajar e encorajar os fornecedores nas mesmas questões que eles devem estar enfrentando. As empresas devem garantir total rastreabilidade, codificar suas expectativas sobre os fornecedores, auditar a conformidade e, potencialmente, mudar de fornecedor se os padrões não forem cumpridos.

➤ **Garantir que as VGGT sejam implementadas adequadamente em todos os momentos do ciclo do empreendimento:** *As empresas devem tomar medidas para consultar as comunidades e garantir os direitos dos defensores antes de tomar decisões de investimento e durante todo o progresso de qualquer projeto.*

A Orientação Interlaken é clara de que, se uma empresa adotar um projeto existente – seja por meio de joint ventures ou de fusões e aquisições – deve revisar as avaliações de impacto ambiental e social existentes, avaliações de impactos de direitos humanos e quaisquer contratos em vigor, consultando comunidades afetadas e deve garantir que o VGGT seja aplicado adequadamente.

➤ **Garantir mecanismos adequados de reclamações e acesso a soluções:** *Quando os defensores enfrentam ameaças, é imperativo que eles possam alertar as empresas com rapidez e segurança. As empresas têm a responsabilidade de corrigir quaisquer violações ocorridas e a responsabilidade reduzirá a possibilidade de aumento ou reincidência das ameaças. Da mesma forma, se forem implementados mecanismos eficazes de reclamações, prestação de contas e recursos para queixas referentes à posse da terra ou FPIC, é menos provável que as reclamações se transformem em conflitos e, em última análise, em ataques aos defensores.*

A Orientação Interlaken é clara quanto ao dever das empresas de se afastarem dos investimentos ou operações se estes puderem levar a despejos forçados,

e define que os projetos devem ser abandonados se as comunidades despejadas à força desejarem retornar à área. Consequências similares podem ser esperadas se os projetos levarem a ameaças ou ataques a defensores.

Duas outras orientações facultativas reiteram vários desses pontos e devem orientar o agronegócio na prevenção de ameaças contra os defensores: as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (ver página 41) e a Orientação da OCDE para Cadeias de Suprimento Responsáveis para a Agricultura, que traduzem em passos práticos as responsabilidades de diligência prévia em direitos humanos por parte das empresas.³⁰³ Define situações que representam “sinais vermelhos” e garantem diligência prévia. Ameaças contra defensores e restrições à sociedade civil devem ser incluídas como sinais vermelhos ao avaliar áreas, produtos e parceiros de negócios.

Finalmente: os dados indicam que orientação apenas não é suficiente. Empresas e investidores devem desenvolver políticas concretas para garantir sua implementação, e os Estados devem legislar e processar para garantir a responsabilização quando o agronegócio viola os direitos humanos.

ANEXO II:

Consentimento Livre, Prévio e Informado³⁰⁴

Leis, orientações e práticas internacionais protegem o princípio de que todas as comunidades devem poder fazer escolhas livres e informadas quanto às suas terras e seus recursos naturais, podendo escolher se estes serão utilizados e desenvolvidos e de que forma, com os indivíduos tendo o direito de dizer “não” aos projetos de negócios que afetam seus direitos, sua terra ou seu meio ambiente.

Especialistas internacionais desenvolveram uma série de ferramentas examinando de que forma o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) deve ser na prática, mas os princípios fundamentais incluem:

➤ **LIVRE** - ninguém deve ser coagido, intimidado ou manipulado para dar sua aprovação a um projeto. Sendo assim, em locais onde os defensores estão sob ameaça, as condições para o CLPI não existem.

➤ **PRÉVIO** - deve ser dado tempo suficiente para a tomada de decisões antes da licitação de licenças e de terras, e antes de cada estudo, mudança ou fase significativos de um projeto.

➤ **INFORMADO** - as comunidades devem ter todas as informações necessárias. A informação deve ser objetiva, precisa e acessível em sua língua nativa.

➤ **CONSENTIMENTO** - o direito de veto deve ser garantido. Consulta não é consentimento.

No direito internacional, o direito de dar ou reter o CLPI é melhor entendido como uma expressão do direito à autodeterminação. Pode ser interpretado como aplicável a todos os povos autoidentificados que mantêm relações consuetudinárias (isto é, administradas sob sistemas e costumes tradicionais) com suas terras e recursos naturais, particularmente os povos indígenas. Isso está consagrado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e reiterada por uma série de orientações especializadas.

Essas proteções específicas adicionais concedidas aos povos indígenas no direito internacional são claras e os Estados têm o dever de replicá-las e implementá-las em nível nacional. No entanto, há um crescente reconhecimento de que o princípio do CLPI deve ser aplicado a todas as comunidades cujas terras, recursos ou direitos possam ser afetados por um projeto empresarial. O direito de cada cidadão de participar nos assuntos públicos foi delineado há muito tempo no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, enquanto a Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento é clara: todos os indivíduos devem poder participar livremente e significativamente no desenvolvimento e em seus benefícios.

O Programa ONU-REDD, que visa preservar as florestas para reduzir as emissões de carbono, afirma que o CLPI é um meio para garantir “a participação plena e efetiva de partes interessadas relevantes [incluindo...] comunidades locais”. As convenções regionais reiteraram a necessidade de garantir a participação pública, e o Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação afirmou que “quaisquer mudanças no uso da terra só podem ocorrer com o consentimento livre, prévio e informado das comunidades locais envolvidas.” A Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) concorda que o CLPI é um requisito para todas as comunidades potencialmente afetadas, um princípio reforçado pela Michelin Pneus, pelo Tribunal Constitucional da Colômbia e pelas agências governamentais da Indonésia, entre outros.

Assim como os governos, as empresas também têm a responsabilidade de assegurar que o CLPI esteja garantido antes de os projetos serem implementados. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos não apenas ressaltam o dever empresarial de respeitar as leis internacionais de direitos humanos, independentemente da capacidade ou da vontade do Estado de aplicá-las, mas também de ressaltar a importância das consultas significativas com grupos potencialmente afetados. O Padrão de Desempenho 7 da IFC também articula as expectativas dos investidores em relação ao consentimento necessário das comunidades que possuem relações consuetudinárias com suas terras.

ANEXO III:

O que exatamente as empresas podem fazer para os defensores

Em 2015, um grupo inter-regional de 39 organizações de direitos humanos aproveitou a ocasião do Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para descrever, como segue, de que forma as empresas podem desempenhar um papel proativo e positivo no engajamento e no apoio aos defensores dos direitos humanos.³⁰⁵

As empresas devem respeitar e se envolver com os defensores de direitos humanos, por exemplo:

- Abstendo-se de ataques físicos ou legais contra os defensores de direitos humanos, incluindo aqueles que exercem seus direitos à liberdade de expressão, associação, reunião pacífica e protesto contra a empresa ou seus interesses;
- Consultar significativamente os defensores de direitos humanos na concepção, implementação e avaliação de projetos e nos processos de diligência prévia e na avaliação de impacto nos direitos humanos;
- Assessorar e educar os clientes, os fornecedores e os pares quanto ao seu compromisso em relação aos defensores de direitos humanos.

As empresas devem respeitar e se envolver com os defensores de direitos humanos, por exemplo:

- Incentivando os governos dos países de origem e do país anfitrião a consultarem os defensores dos direitos humanos na elaboração de planos de ação nacionais sobre negócios e direitos humanos (PANs) e a incluir medidas concretas e compromissos para apoiar os defensores dos direitos humanos nesses PANs; a acusação de assassinatos, ataques e atos de intimidação contra defensores e defensores de direitos humanos que fazem campanha contra os efeitos adversos das operações das empresas extrativistas e as alegações relacionadas ao impacto de projetos de mineração e hidrelétricas sobre povos indígenas.
- Incentivando os governos locais a falar em apoio aos defensores dos direitos humanos por meio de suas representações diplomáticas nos Estados em que a empresa opera e os defensores dos direitos humanos sofrem restrições.

As empresas podem defender e buscar soluções para os defensores de direitos humanos em risco e ir contra leis e políticas que os restringem, por exemplo:

- Participando ou apoiando, de maneira apropriada, uma campanha ou coalizão em apoio aos defensores dos direitos humanos e contra ataques e restrições contra eles;

- Falando em termos gerais em apoio aos defensores dos direitos humanos e um ambiente seguro e favorável para a sociedade civil;

- Falando em casos individuais de ataques ou restrições contra os defensores dos direitos humanos ou em relação a leis ou políticas propostas ou promulgadas que os restrinjam ou criminalize;

- Defendendo casos, leis ou políticas específicos perante os governos.

As empresas devem fazer esforços adicionais e tomar medidas específicas para apoiar e proteger as mulheres defensoras dos direitos humanos e outros grupos que enfrentam riscos específicos:

- Reconhecendo e abordando o fato de que mulheres defensoras de direitos humanos podem enfrentar aumento da exclusão e riscos específicos;

- Tomando ações positivas adicionais para consultar e proteger mulheres defensoras dos direitos humanos, defensores indígenas e minorias;

- Assegurando que uma resposta às situações particulares das mulheres defensoras dos direitos humanos, dos defensores indígenas e de grupos minoritários seja incluída em todas as ações empresariais relacionadas aos defensores dos direitos humanos.

Notas finais

1 O último relatório anual da Global Witness, *Defensores da Terra*, documentou o assassinato de 200 defensores da terra e do meio ambiente em 2016. No entanto, pudemos verificar mais um caso, elevando o número total de assassinatos documentados nesse ano para 201. Para obter estatísticas atualizadas sobre os assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, veja nossa colaboração em tempo real com o jornal The Guardian em www.globalwitness.org/guardian

2 Global Witness documentou 7 incidentes de múltiplos assassinatos em 2017, dos quais 3 foram associados ao agronegócio. Um total de 43 defensores foram assassinados nesses massacres, 24 dos quais se opuseram a um empreendimento do agronegócio.

3 Colniza / Brasil: “Nine dead in Amazon’s worst land-related killings in decades”, *The Guardian*, 10 mai. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/10/nine-dead-in-amazons-worst-land-related-killings-in-decades> (acesso em: 8 jun. 2018); “Massacre em assentamento no Mato Grosso mata dez”, *Carta Capital*, 21 abr. 2017, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/chacina-em-assentamento-do-mt-ma-ta-10> (acesso em: 8 jun. 2018).

Pau d’Arco / Brasil: “Brazil police killing of 10 Amazon region land activists under probe”, *Reuters*, 25 mai. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-brazil-massacre-idUSKBN18L2FM> (acesso em: 8 jun. 2018); “IML de Marabá e Parauapebas periciam corpos de vítimas de confronto em Pau d’Arco”, *G1*, 25 mai. 2017, <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/iml-de-maraba-e-parauapebas-periciam-corpos-de-vitimas-de-confronto-em-pau-darco.ghtml> (acesso em: 8 jun. 2018).

Colniza / Brasil: “Nota da CPT sobre apuração dos assassinatos de quilombolas na Bahia em 2017”, *CPT*, 20 abr. 2018, <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4327-nota-publica-nota-da-cpt-sobre-apuracao-dos-assassinatos-de-quilombolas-na-bahia-em-2017> (acesso em: 8 jun. 2018); “Chacina em comunidade quilombola deixa seis trabalhadores rurais mortos na Bahia”, *Carta Capital*, 9 ago. 2017, Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/09/chacina-em-comunidade-quilombola-deixa-seis-trabalhadores-rurais-mortos-na-bahia/> (acesso em: 8 jun. 2018).

4 Cotabato do Sul / Filipinas: “8 ‘lumad’ slain in Cotabato clash not rebels, says leader”, *Inquirer*, 7 dez. 2017, <http://newsinfo.inquirer.net/950425/8-lumad-slain-in-cotabato-clash-not-rebels-says-leader> (acesso em: 8 jun. 2018); “10 activists, Lumad killed a week before Human Rights Day”, *Davao Today*, 6 dez. 2017, <http://davaotoday.com/main/human-rights/10-activists-lumad-killed-a-week-before-human-rights-day/> (acesso em: 8 jun. 2018).

5 Michoacán / México: “MÉXICO: La comunidad indígena de Arantepacua víctima de la violencia del gobierno de Michoacán”, *Resumen Latinoamericano*, 6 abr. 2017, <http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/04/06/mexico-la-comunidad-indigena-de-arantepacua-victima-de-la-violencia-del-gobierno-de-michoacan/> (acesso em: 8 jun. 2018); “MEXICO police kill 4 indigenous campesino land activists”, *Telesur*, 6 abr. 2017, <http://www.telesur.tv/english/news/Mexico-Police-Kill-4-Indigenous-Campesino-Land-Activists-20170406-0028.html> (acesso em: 8 jun. 2018).

6 Ucayali / Peru: “Six farmers shot dead over land rights battle in Peru”, *The Guardian* 6 set. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/06/six-farmers-shot-dead-over-land-rights-battle-in-peru> (acesso em: 8 jun. 2018); “Ucayali: seis agricultores fueron asesinados por aparente conflicto de tierras”, *El Comercio*, 6 set. 2017, <http://elcomercio.pe/peru/ucayali/ucayali-alerta-asesinado-seis-agricultores-madereros-noticia-456058> (acesso em: 8 jun. 2018).

7 Okapi Wildlife Reserve / DRC: “Five park rangers killed in DRC in tragic weekend for wildlife defenders”, *The Guardian*, 17 jul. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/jul/17/five-park-rangers-killed-in-drc-in-tragic-weekend-for-wildlife-defenders> (acesso em: 8 jun. 2018); “Five park rangers killed in DRC in tragic weekend for wildlife defenders”, *The Guardian*, 16 jul. 2017, http://www.huffingtonpost.com/entry/congo-journalist-rescue_us_596bc476e4b0d6341fe9cc8e (acesso em: 8 jun. 2018);

8 Definição de agronegócio (agribusiness), *Business Dictionary*, <http://www.businessdictionary.com/definition/agribusiness.html> (acesso em: 19 abr. 2018).

9 “Quais Produtos de Uso Diário Contêm Óleo de Palma?” *World Wildlife Fund*, <https://www.worldwildlife.org/pages/which-everyday-products-contain-palm-oil> (acesso em: 19 abr. 2018).

10 “Overview Sugarcane”, *World Wildlife Fund*, <https://www.worldwildlife.org/industries/sugarcane> (acesso em: 21 mai. 2018).

11 “Solving the Soy Problem”, *World Wildlife Fund*, http://wwf.panda.org/our_work/food/agriculture/soy/ (acesso em: 21 mai. 2018).

12 A Global Witness conseguiu identificar os atores governamentais como os supostos perpetradores de 56 assassinatos no total, 53 dos quais pertenciam às forças de segurança do Estado: Soldados: 30, Polícia: 23, Entidades governamentais nacionais: 2, funcionários do governo local: 1.

13 Gangues criminosas: 32, Forças paramilitares: 13, Caçadores ilegais: 12, Milícias armadas: 10, Proprietários de terra: 9, Segurança privada: 8, Pistoleiros: 5, Guerrilheiros: 1.

14 “Quando calculados em termos de assassinatos per capita, os países mais atingidos seriam os seguintes: 1. Nicarágua (0.67 assassinatos por 1 milhão de habitantes); 2. Honduras (0.56 assassinatos por um milhão); 3. Colômbia (0.49); 4. Filipinas (0.46); 5. Brasil (0.27); 6. Peru (0.25); 7. Libéria (0.21); 8. República Dominicana (0.20); 9. Guatemala (0.18); 10. República Democrática do Congo (0.16). Fonte para a população de cada país: UN Data, <http://data.un.org/> (acesso em: 09 jul. 2018).

15 Existem aproximadamente 370 milhões de indígenas em todo o mundo, em mais de 90 países. “Indigenous Peoples”, Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/en/topic/indigenouspeoples> (acesso em: 27 dez. 2017).

16 “The genocide of Brazil’s Indians”, *New York Times*, 29 mai. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/05/29/opinion/the-genocide-of-brazils-indians.html> (acesso em: 27 dez. 2017);

“Brazil 2017: environmental and indigenous rollbacks, rising violence”, *Mongabay*, 27 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/brazil-2017-environmental-and-indigenous-rollbacks-rising-violence/> (acesso em: 27 dez. 2017).

17 Nini Johanna Cardenas Rueda, *Business and Human Rights Resource Centre*, [https://www.business-humanrights.org/en/10122017-nini-johanna-c%C3%A1rdenas-rueda?attack_types\[\]=3918](https://www.business-humanrights.org/en/10122017-nini-johanna-c%C3%A1rdenas-rueda?attack_types[]=3918) (acesso em: 18 abr. 2018);

“Women Human Rights Defenders Confronting Extractive Industries”, AWID, https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/whrds-confronting_extractive_industries_report-eng.pdf (acesso em: 18 abr. 2018).

18 Mais de 90 Estados reconheceram o direito a um ambiente saudável em suas constituições, embora usando linguagem diferente para fazê-lo: “Human Rights and the Environment: Regional Consultation on the Relationship Between Human Rights Obligations and Environmental Protection, with a Focus on Constitutional Environmental Rights”, *United Nations Environment Programme (UNEP)*, 2014, p. 4 <http://srenvironment.org/wp-content/uploads/2014/11/Johannesburg-consultation-report-final1.pdf> (acesso em: 17 mai. 2018).

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos reconhece o direito dos povos a “um ambiente geral satisfatório que seja favorável ao seu desenvolvimento”: Artigo 24 em “The Banjul Charter: The African Charter on Human and Peoples’ Rights”, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 25 jan. 2005, <http://www.achpr.org/instruments/achpr/#a24> (acesso em: 17 mai. 2018).

O Protocolo de San Salvador (PSS) institui esse direito a um ambiente saudável. Afirma que “todos devem ter o direito de viver em um ambiente saudável”, com as partes do Estado concordando em “promover a proteção, a preservação e a melhoria do meio ambiente”. O PSS foi assinado por 19 Estados e ratificado por 16: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai: Artigo 11 em “Additional Protocol to the American Convention on Human Rights in the Area of Economic, Social and Cultural Rights ‘Protocol of San Salvador’”, Organização dos Estados Americanos (OEA), <http://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-52.html> (acesso em: 17 mai. 2018).

O artigo 12 da Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) estabelece que os Estados devem providenciar “a melhoria de todos os aspectos da higiene ambiental e industrial”, a fim de garantir o direito à saúde: Artigo 12 em “International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”, Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR), <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx> (acesso em: 17 mai 2018).

Além disso, o relator especial da ONU sobre direitos humanos e meio ambiente, John Knox, pediu o reconhecimento internacional do direito humano a um ambiente saudável, afirmando que “não pode haver mais dúvidas de que os direitos humanos e o meio ambiente são interdependentes”: “UN expert calls for global recognition of the right to safe and healthy environment”, OHCHR, 5 mar. 2018, <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22755&LangID=E> (acesso em: 17 mai. 2018).

19 Artigo 25 em “International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”, Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR), <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/ccpr.pdf> (acesso em: 17 mai 2018).

20 Artigo 21 em “International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”, Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR), <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/ccpr.pdf> (acesso em: 17 mai 2018).

- 21** Artigo 6 em “International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”, Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR), <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/ccpr.pdf> (acesso em: 17 mai 2018).
- 22** Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/53/144 (1998), “UN Declaration on Human Rights Defenders”, OHCHR, <http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx> (acesso em: 19 abr. 2018).
- 23** “Guiding Principles on Business and Human Rights”, OHCHR, 2011, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acesso em: 19 abr. 2018).
- 24** 90% dos quais estavam nas Filipinas.
- 25** Milícias armadas 10, Proprietários de terras 9, Segurança privada 8, Pistoleiros 5, Entidades governamentais nacionais 2, Guerrilheiros 1, Funcionários do governo local 1.
- 26** “Philippines seeks ‘terrorist’ tag for 600 alleged communist guerrillas”, *Reuters*, 8 mar. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-philippines-rebels/philippines-seeks-terrorist-tag-for-600-alleged-communist-guerrillas-idUSKCN1GK0DO> (acesso em: 17 mai. 2018); “Philippine president Duterte needs psychiatric evaluation, says UN chief”, *The Guardian*, 9 mar. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/09/philippines-lists-un-special-rapporteur-on-terrorist-hit-list-rodrigo-duterte> (acesso em: 17 mai. 2018); “The trouble with Duterte’s new terror list”, *The Diplomat*, 3 abr. 2018, <https://thediplomat.com/2018/04/the-trouble-with-dutertes-new-terror-list/> (acesso em: 17 mai. 2018); “Green Activists to DOJ: withdraw proscription lost, defend environment instead”, *Bulatlat*, 22 abr. 2018, <http://bulatlat.com/main/2018/04/22/green-activists-doj-withdraw-proscription-list-defend-environment-instead/> (acesso em: 8 jun. 2018).
- 27** “Duterte goes to war with UN as he threatens to throw rights team to the crocodiles”, *The Telegraph*, 12 mar. 2018, <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/03/12/duterte-goes-war-un-threatens-throw-rights-team-crocodiles/> (acesso em: 25 mai. 2018); “Duterte: Throw UN experts to the crocodiles”, *Sunstar Philippines*, 11 mar. 2018, <http://www.sunstar.com.ph/article/423023/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 28** Entrevista da Global Witness com Rene Pamplona (27 mar. 2018).
- 29** “Position Paper against the Integrated Forest Management Agreement (IFMA) N.º 18-2007 (Oficialmente IFMA N.º 022)”, TAMASCO, p. 1; “Chronology of Events and the Taboli-Manubo S’daf Claimants Organization (TAMASCO) Struggle for the Ancestral Domain”, TAMASCO, p. 1; “Datu Victor Danyan: the ‘thorn’ in the coffee plantation”, *Mindanews*, 13 dez. 2017, <http://www.mindanews.com/mindaviews/2017/12/advocacies-datu-victor-danyan-the-thorn-in-the-coffee-plantation/> (acesso em: 17 mai. 2018). República das Filipinas, Câmara dos Representantes, Resolução 1550, 11 de dezembro de 2017.
- 30** “Position Paper against the Integrated Forest Management Agreement (IFMA) N.º 18-2007 (Oficialmente IFMA No. 022)”, TAMASCO, pp. 3–4.
- 31** TAMASCO Resolution, A Resolution Declaring Our Opposition to the Renewal of the Integrated Forest Management Agreement (IFMA) 22, TAMASCO, 22 dez. 2015.
- 32** TAMASCO Resolution, A Resolution Declaring Our Opposition to the Renewal of the Integrated Forest Management Agreement (IFMA) 22, TAMASCO, 22 dez. 2015.
- 33** Entrevista da Global Witness com Rene Pamplona, 28 fev. 2018.
- 34** Entrevista da Global Witness com Rene Pamplona, 28 fev. 2018.
- 35** “Probe concludes killing of Mindanao tribesmen was massacre”, *UCA News*, 16 jan. 2018, <https://www.ucanews.com/news/probe-concludes-killing-of-mindanao-tribesmen-was-massacre/81250> (acesso em: 17 mai. 2018); “Fact sheet”, Convergence of Initiatives for Environmental Justice (CIEJ), pp. 1–2; “‘Terrorism’: soldiers kill 8 Lumad in South Cotabato”, *Bulatlat*, 6 dez. 2017, <http://bulatlat.com/main/2017/12/06/terrorism-soldiers-kill-8-lumad-south-cotabato/> (acesso em: 17 mai. 2018); “With martial law extension in Mindanao, Lake Sebu massacre is a carnage waiting to happen again” *Karapatan*, 15 dec. 2017, <http://www.karapatan.org/With+martial+law+extension+in+Mindanao%2C+Lake+Sebu+massacre+is+a+carnage+waiting+to+happen+again+%E2%80%93+Karapatan> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 36** Entrevista da Global Witness com Rene Pamplona, 28 fev. 2018; Entrevista da Global Witness com fonte anônima, 28 fev. 2018
- 37** Houve evidências de que o exército pode ter estado envolvido no assassinato de 27 defensores, 56% de todos os assassinatos registrados nas Filipinas. Em 13 casos, havia evidências de que o defensor tinha desafiado o agronegócio e foi morto pelo exército. Em 8 casos, havia evidências de que o defensor tinha desafiado a mineração e foi morto pelo exército. A Global Witness compilou essas informações usando nossa metodologia de verificação (consulte a página 52) e informações de ONGs locais e da mídia.
- 38** Marcus Colchester e Sophie Chao, *Oil Palm Expansion in South East Asia: Trends and Implications for Local Communities and Indigenous Peoples*, Forest Peoples Programme, 2011, p. 90, <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/oil-palm-expansion-southeast-asia-2011-low-res.pdf> (acesso em: 17 mai. 2018); “Philippine palm oil plan ‘equals corruption and land-grabbing’, critics say”, *Mongabay*, 31 ago. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/08/philippine-palm-oil-plan-equals-corruption-and-land-grabbing-critics-say/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 39** “Oil palm expansion in South East Asia – Trends and implications for local communities and indigenous peoples”, *Marcus Colchester e Sophie Chao, Forests Peoples Programme*, 2011, p. 90. <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/oil-palm-expansion-southeast-asia-2011-low-res.pdf> (acesso em: 17 mai. 2018); “Philippine palm oil plan ‘equals corruption and land-grabbing’, critics say”, *Mongabay*, 31 ago. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/08/philippine-palm-oil-plan-equals-corruption-and-land-grabbing-critics-say/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 40** “Farmers slam expansion of plantations under Duterte gov’t”, *Bulatlat*, 18 out. 2017, <http://bulatlat.com/main/2017/10/18/farmers-slam-expansion-plantations-duterte-govt/> (acesso em: 17 mai. 2018); “On the expansion of agribusiness plantations and rice self-sufficiency”, *Rural Missionaries of the Filipinas*, 24 fev. 2018, <http://www.rmp-nmr.org/articles/2018/02/24/expansion-agribusiness-plantations-and-rice-self-sufficiency> (acesso em: 17 mai. 2018); “Martial law extension to ensure expansion of plantations in Mindanao”, *UMA Pilipinas*, 14 dez. 2017, <https://umapilipinas.wordpress.com/2017/12/14/martial-law-extension-to-ensure-expansion-of-plantations-in-mindanao/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 41** Dados da Global Witness.
- 42** “UN says ‘massive’ rights abuses in southern Filipinas could intensify under martial law”, *Reuters*, 28 dez. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-philippines-security/u-n-says-massive-rights-abuses-in-southern-philippines-could-intensify-under-martial-law-idUSKBN1EM0SN> (acesso em: 17 mai. 2017); “Mindanao aerial bombings spawn humanitarian crisis”, *Philstar Global*, 23 jun. 2017, <https://www.philstar.com/opinion/2017/06/23/1713060/mindanao-aerial-bombings-spawn-humanitarian-crisis> (acesso em: 18 mai. 2018).
- Ressaltamos que o estado de sítio foi instituído em Mindanao em maio de 2017, como parte do esforço para conter as ameaças representadas pelo Estado Islâmico na região. Foi prorrogada em julho de 2017 e novamente em dezembro de 2017 com a aprovação do Congresso das Filipinas, apesar do governo ter declarado vitória contra o Estado Islâmico em outubro. Em dezembro, as razões do governo para estender e expandir o estado de sítio incluíam a ameaça do Novo Exército Popular (NPA), com Duterte afirmando que “uma extensão do estado de sítio era necessária para assegurar a ‘erradicação total’ da militância” na região.
- 43** “Palace defends investors’ entry into Lumad land”, *Inquirer*, 4 fev. 2018, <http://newsinfo.inquirer.net/965932/palace-defends-investors-entry-into-lumad-land> (acesso em: 17 mai. 2018); “Duterte to ‘choose investors’ to develop Lumad lands for oil palm, mining”, *MindaNews*, 3 fev. 2018, <http://www.mindanews.com/top-stories/2018/02/duterte-to-choose-investors-to-develop-lumad-lands-for-oil-palm-mining/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 44** “Probe concludes killing of Mindanao tribesmen was massacre”, *UCA News*, 16 jan. 2018, <https://www.ucanews.com/news/probe-concludes-killing-of-mindanao-tribesmen-was-massacre/81250> (acesso em: 17 mai. 2018); “8 ‘Lumad’ slain in Cotabato clash not rebels, says leader”, *Inquirer*, 7 dez. 2017, <http://newsinfo.inquirer.net/950425/8-lumad-slain-in-cotabato-clash-not-rebels-says-leader> (acesso em: 18 mai. 2018); “Datu Victor Danyan: the ‘thorn’ in the coffee plantation”, *Mindanews*, 13 dez. 2017, <http://www.mindanews.com/mindaviews/2017/12/advocacies-datu-victor-danyan-the-thorn-in-the-coffee-plantation/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 45** “8 ‘Lumad’ slain in Cotabato clash not rebels, says leader”, *Inquirer*, 7 dez. 2017, <http://newsinfo.inquirer.net/950425/8-lumad-slain-in-cotabato-clash-not-rebels-says-leader> (acesso em: 18 mai. 2018); “Datu Victor Danyan: the ‘thorn’ in the coffee plantation”, *MindaNews*, 13 dez. 2017, <http://www.mindanews.com/mindaviews/2017/12/advocacies-datu-victor-danyan-the-thorn-in-the-coffee-plantation/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 46** Duas entrevistas da Global Witness com fontes anônimas distintas, 28 fev. 2018.
- 47** “The Philippines: Human Rights Defenders at the Forefront despite an Ongoing Culture of Violence and Impunity”, *Observatory for the Protection of Human Rights Defenders*, fev. 2015, p. 11, http://www.omct.org/files/2015/07/23254/v1.3_en_w_rp-prthphilippines_obs15.pdf (acesso em: 17 mai. 2018). “Attacks, rights abuses vs people continue during GRP unilateral ceasefire”, *KARAPATAN*, 2 fev. 2017, <http://www.karapatan.org/Attacks%2C+rights+abuses+continue+during+GRP+unilateral+ceasefire> (acesso em: 17 mai. 2018). “Mining mercenaries proposal by AFP opposed by environmental activist”, *Philippines Indigenous Peoples Links*, 28 November 2011, <http://www.piplinks.org/>

mining-mercenaries-proposal-afp-opposed-environmental-activists.html (acesso em: 17 mai. 2018); 'Killed, forced, afraid': 'Philippine palm oil plan "equals corruption and land-grabbing", critics say', *Mongabay*, 9 ago. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/05/killed-forced-afraid-philippine-palm-oil-legacy-incites-new-fears/> (acesso em: 17 mai. 2018).

O papel da SCAA como auxiliar do exército na proteção dos interesses privados nas Filipinas não é novidade. A SCAA foi criada por um memorando de 1989 pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que declarou que a missão da SCAA era "ajudar as forças regulares das Filipinas e as autoridades do governo local na proteção da vida e da propriedade no âmbito das empresas territoriais da jurisdição". Podem ser financiados por empresas, mas controlados pelo exército.

"PHILIPPINES @Human Rights Violations and the Labour Movement", Anistia Internacional, mai. 1991, <https://www.amnesty.org/download/Documents/196000/asa350161991en.pdf> (acesso em: 18 mai. 2018); "Civilian Armed Forces Geographical Units (CAFGU)", GlobalSecurity.org, <https://www.globalsecurity.org/military/world/philippines/cafgu.htm> (acesso em: 18 mai. 2018).

48 Entrevistas da Global Witness com fonte anônima, 28 fev. 2018.

49 Entrevistas da Global Witness com fonte anônima, 28 fev. 2018.

50 "Philippines warned over 'massive' impact of military operations on Mindanao indigenous peoples", ONU Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 27 dez. 2017, <http://ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22567&LangID=E> (acesso em: 17 mai. 2018); "Lumad leaders to UN rapporteur: 'We're affected by wars which aren't ours'", *Rappler*, 12 ago. 2017, <https://www.rappler.com/move-ph/178319-martial-law-affects-lumad-indigenous-peoples-mindanao> (acesso em: 17 mai. 2018); "Indigenous peoples march to ask Duterte to lift martial law in Mindanao", *Rappler*, 21 set. 2017, <https://www.rappler.com/move-ph/182911-martial-law-45th-anniversary-indigenous-peoples-protest> (acesso em: 17 mai. 2018).

51 A expansão do estado de sítio tem sido vista por alguns, incluindo o relator especial da ONU sobre os povos indígenas e a rede local de direitos humanos Karapatan, como um pretexto para silenciar ativistas indígenas e ambientais.

"Uma guerra silenciosa está sendo travada nas comunidades indígenas filipinas", *Victoria Tauli-Corpus: Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, 29 mar. 2018, <http://unsr.vtaulicorpus.org/site/index.php/en/interviews/222-silent-war> (acesso em: 17 mai. 2018).

"Philippines warned over 'massive' impact of military operations on Mindanao indigenous peoples", ONU Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 27 dez. 2017, <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22567&LangID=E> (acesso em: 17 mai. 2018); "Filipinas extends martial law in south for another year", 13 dez. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/12/13/world/asia/philippines-martial-law-duterte.html> (acesso em: 19 abr. 2018); "Martial law to be used vs NPA", *Philstar*, 11 dez. 2017, <https://www.philstar.com/headlines/2017/12/11/1767572/martial-law-be-used-vs-npa> (acesso em: 19 abr. 2018).

"Killings of farmers on the rise under Duterte", *Philstar Global*, 21 jul. 2017, <https://www.philstar.com/other-sections/news-feature/2017/07/21/1719953/killings-farmers-rise-under-duterte> (acesso em: 17 mai. 2018); "Death and bounties in the time of Duterte", *UCA News*, 16 mar. 2018, <https://www.ucanews.com/news/death-and-bounties-in-the-time-of-duterte/81808> (acesso em: 17 mar. 2018).

52 "Killings of farmers on the rise under Duterte", *Philstar Global*, 21 jul. 2017, <https://www.philstar.com/other-sections/news-feature/2017/07/21/1719953/killings-farmers-rise-under-duterte> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Death and bounties in the time of Duterte", *UCA News*, 16 mar. 2018, <https://www.ucanews.com/news/death-and-bounties-in-the-time-of-duterte/81808> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Army denies link to killing of 3 ComVal farmers", *Philippine Daily Inquirer*, 28 mar. 2017, <http://newsinfo.inquirer.net/884415/army-denies-link-to-killing-of-3-com-val-farmers#ixzz5Dgz2DCDj> (acesso em: 25 abr. 2018).

53 "Killings of farmers on the rise under Duterte", *Philstar Global*, 21 jul. 2017, <https://www.philstar.com/other-sections/news-feature/2017/07/21/1719953/killings-farmers-rise-under-duterte> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Death and bounties in the time of Duterte", *UCA News*, 16 mar. 2018, <https://www.ucanews.com/news/death-and-bounties-in-the-time-of-duterte/81808> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Uma guerra silenciosa está sendo travada nas comunidades indígenas filipinas", *Victoria Tauli-Corpus: Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, 29 mar. 2018, <http://unsr.vtaulicorpus.org/site/index.php/en/interviews/222-silent-war> (acesso em: 25 mai. 2018).

54 "3 farmer-activists killed in Compostela in one day", *Davao Today*, 28 mar. 2017, <http://davaotoday.com/main/human-rights/3-farmer-activists-killed-in-compostela-in-one-day/> (acesso em: 25 abr. 2018);

"#Philippines", Frontline Defenders, 2017, <https://www.frontlinedefenders.org/en/location/philippines> (acesso em: 25 abr. 2018); Entrevistas da Global Witness com familiares e colegas de defensores assassinados (2016, 2017 e 2018).

55 "Human rights group slams Philippines president Duterte's threat to kill them", *The Guardian*, 17 Ago. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/aug/17/human-rights-watch-philippines-president-duterte-threat> (acesso em: 17 mai. 2018); "Saguisag urges congressional approval of HR defenders bill", *Business Mirror*, 21 fev. 2018, <https://businessmirror.com.ph/saguisag-urges-congressional-approval-of-hr-defenders-bill/> (acesso em: 17 mai. 2018).

56 "Philippines seeks 'terrorist' tag for 600 alleged communist guerrillas", *Reuters*, 8 mar. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-philippines-rebels/philippines-seeks-terrorist-tag-for-600-alleged-communist-guerrillas-idUSKCN1GK0DO> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Philippine president Duterte needs psychiatric evaluation, says UN chief", *The Guardian*, 9 mar. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/09/philippines-lists-un-special-rapporteur-on-terrorist-hit-list-rodrigo-duterte> (acesso em: 17 mai. 2018);

"The trouble with Duterte's new terror list", *The Diplomat*, 3 abr. 2018, <https://thediplomat.com/2018/04/the-trouble-with-dutertes-new-terror-list/> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Green Activists to DOJ: withdraw proscription lost, defend environment instead", *Bulatlat*, 22 abr. 2018, <http://bulatlat.com/main/2018/04/22/green-activists-doj-withdraw-proscription-list-defend-environment-instead/> (acesso em: 17 mai. 2018).

57 "Duterte goes to war with UN as he threatens to throw rights team to the crocodiles", *The Telegraph*, 12 mar. 2018, <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/03/12/duterte-goes-war-un-threatens-throw-rights-team-crocodiles/> (acesso em: 25 mai. 2018);

"Duterte: Throw UN experts to the crocodiles", *Sunstar Philippines*, <http://www.sunstar.com.ph/article/423023/> (acesso em: 25 mai. 2018).

58 "They're easier to kill than birds: Philippine's Duterte offers a £350 bounty for each communist rebel killed by his forces", *Daily Mail*, 15 fev. 2018, <http://www.dailymail.co.uk/news/article-5393955/Duterte-offers-kill-bounty-rebels-save-war-costs.html> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Duterte offers £340 reward for killing a communist", *The Times*, 15 fev. 2018, <https://www.thetimes.co.uk/article/duterte-offers-340-to-kill-communist-rebels-90bcgjdvd> (acesso em: 17 mai. 2018).

59 "Duterte offers to pay Lumads ₱20K each to kill NPA rebels", *CNN Philippines*, 10 fev. 2018, <http://cnnphilippines.com/news/2018/02/10/duterte-offers-to-pay-lumads-P20K.html> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Duterte: Kill one NPA, I'll pay you P25,000", *ABS-CBN News*, 15 fev. 2018, <http://news.abs-cbn.com/news/02/15/18/duterte-kill-one-npa-ill-pay-you-p25000> (acesso em: 17 mai. 2018);

"Rodrigo Duterte offers 'per head' bounty for rebels", *Al Jazeera*, 15 fev. 2018, <https://www.aljazeera.com/news/2018/02/rodrigo-duterte-offers-head-bounty-rebels-180215091118804.html> (acesso em: 17 mai. 2018).

60 "Philippines: Rodrigo Duterte orders soldiers to shoot female rebels 'in the vagina'", *The Guardian*, 13 fev. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/feb/13/philippines-rodrigo-duterte-orders-soldiers-to-shoot-female-rebels-in-the-vagina> (acesso em: 17 mai. 2018).

61 Entrevista da Global Witness com Isela González (5 mar. 2018).

62 "Isidro Baldenegro, Mexican environmental activist, is shot to death", *New York Times*, 18 jan. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/18/world/americas/mexico-environmental-activist-shot-sierra-madre.html?module=ArrowsNav&contentCollection=Americas&action=keypress®ion=FixedLeft&pgtype=article> (acesso em: 21 mai. 2018);

"He defended the sacred lands of Mexico's Tarahumara people. Then a gunman cut him down", *Los Angeles Times*, 17 mar. 2017, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-tarahumara-20170317-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018).

"Detienen a presunto asesino del activista Isidro Baldenegro", *Proceso*, 08 mar. 2017, <http://www.proceso.com.mx/477307/detienen-a-presunto-asesino-del-activista-isidro-baldenegro> (acesso em: 21 mai. 2018);

"Asesinado un premiado activista indígena mexicano", *El Mundo*, 19 jan. 2017, <http://www.elmundo.es/internacional/2017/01/19/58807f5c22601de65e8b4678.html> (acesso em: 21 mai. 2018).

63 "Isidro Baldenegro, Mexican environmental activist, is shot to death", *New York Times*, 18 jan. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/18/world/americas/mexico-environmental-activist-shot-sierra-madre.html?module=ArrowsNav&contentCollection=Americas&action=keypress®ion=FixedLeft&pgtype=article> (acesso em: 21 mai. 2018);

"He defended the sacred lands of Mexico's Tarahumara people. Then a gunman cut him down", *Los Angeles Times*, 17 mar. 2017, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-tarahumara-20170317-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018).

64 No final de sua visita ao México, o relator especial da ONU sobre os povos indígenas afirmou: "Nos últimos anos, tem havido uma crescente preocupação com os megapromovimentos promovidos pelo governo e questões relacionadas à consulta e o consentimento livre, prévio e informado."

Business & Human Rights Resource Centre, 17 nov. 2017, <https://www.business-humanrights.org/en/mexico-end-of-the-mission-statement-of-the-special-rapporteur-on-the-rights-of-indigenous-peoples-denounces-mega-projects-and-lack-of-consultation> (acesso em: 25 mai. 2018).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2015, constatou que “em algumas áreas rurais e territórios de comunidades indígenas no país, a violência também ocorre em conexão com uma variedade de programas de extração de recursos naturais, construção de rodovias e outros chamados ‘megaempreendimentos’. A violência neste contexto tem vários aspectos diferentes. Ocorre principalmente quando os indivíduos que vivem na área onde um empreendimento vai ser desenvolvido se opõem a ele. O confronto com aqueles que propõem ou apoiam o empreendimento, em seguida, passa para a violência. Este tipo de violência tem um efeito bem específico sobre os povos e as comunidades indígenas e seus territórios. Alguns líderes sociais que se opõem a projetos de mineração, planos de extração madeireira e a construção de barragens ou rodovias estão sujeitos a ameaças, assédio, ataques, tortura e até mesmo assassinato”.

“The Human Rights Situation in Mexico”, para. 58, IACHR, 31 dez. 2015, <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/mexico2016-en.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

65 “Isidro Baldenegro, Mexican environmental activist, is shot to death”, *New York Times*, 18 jan. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/18/world/americas/mexico-environmental-activist-shot-sierra-madre.html?module=ArrowsNav&contentCollection=Americas&action=keypress®ion=FixedLeft&pgtype=article> (acesso em: 25 mai. 2018);

“He defended the sacred lands of Mexico’s Tarahumara people. Then a gunman cut him down”, *Los Angeles Times*, 17 mar. 2017, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-tarahumara-20170317-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018);

“Defender la vida: Personas defensoras de la tierra, el territorio y el medioambiente en riesgo”, p. 18, *PBI-Mexico*, nov. 2017, http://mympi.net/fileadmin/user_files/projects/mexico/files/Web/Defender_la_Vida_digital-1.pdf (acesso em: 25 mai. 2018); “Mexico’s indigenous Raramuri have been suffering at the hands of narcos for decades”, *PRI*, 30 jun. 2016, <https://www.pri.org/stories/2016-06-30/mexicos-indigenous-raramuri-have-been-suffering-hands-narcos-decades> (acesso em: 25 mai. 2018).

66 “Isidro Baldenegro, Mexican environmental activist, is shot to death”, *New York Times*, 18 jan. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/18/world/americas/mexico-environmental-activist-shot-sierra-madre.html?module=ArrowsNav&contentCollection=Americas&action=keypress®ion=FixedLeft&pgtype=article> (acesso em: 25 mai. 2018);

“He defended the sacred lands of Mexico’s Tarahumara people. Then a gunman cut him down”, *Los Angeles Times*, 17 mar. 2017, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-tarahumara-20170317-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018). “Then a gunman cut him down”. *Los Angeles Times*, 17 mar. 2017, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-mexico-tarahumara-20170317-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018).

67 Entrevista da Global Witness com Isela González, 5 mar. 2018.

68 “Study: 2017 was deadliest year in Mexico for homicides linked to organized crime”, *InSight Crime*, 26 jan. 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-deadliest-year-organized-crime-related-homicides-mexico/> (acesso em: 25 mai. 2018);

“Most Mexico murders organized crime linked”, *Hurriyet Daily News*, 24 jan. 2017, <http://www.hurriyetaidailynews.com/most-mexico-murders-organized-crime-linked-126238> (acesso em: 25 mai. 2018).

69 “Study: 2017 was deadliest year in Mexico for homicides linked to organized crime”, *InSight Crime*, 26 jan. 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-deadliest-year-organized-crime-related-homicides-mexico/> (acesso em: 25 mai. 2018);

“Most Mexico murders organized crime linked”, *Hurriyet Daily News*, 24 jan. 2017, <http://www.hurriyetaidailynews.com/most-mexico-murders-organized-crime-linked-126238> (acesso em: 25 mai. 2018).

70 Centro Mexicano de Derechos Ambientales, ou Centro Mexicano de Direitos Ambientais.

71 ‘Informe sobre la situación de las personas defensoras de los derechos humanos ambientales’, p. 21, CEMDA, mar. 2018, <http://www.cemda.org.mx/wp-content/uploads/2018/05/DERECHOS-HUMANOS-AMBIENTALES.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

72 “A Relatora Especial da ONU para Direitos Indígenas, durante sua visita ao México em 2017, disse que: As informações recebidas por todas as visitas ao Estado confirmam que a presença do crime organizado, de ‘caciques’ e de outros grupos armados criou um clima de violência, impunidade e desintegração social e cultural, cujo resultado levou a um grande número de famílias desalojadas e de comunidades inteiras migrando em direção a áreas urbanas ou a outras comunidades indígenas”. “México: políticas de extermínio contra los indígenas”, *Resumen Latinoamericano*, 2 dez. 2017, <http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/12/03/mexico-politicas-de-extermio-contra-los-indigenas/> (acesso em: 8 jun. 2018).

“Grupos do crime organizado no México aproveitam o isolamento e a pobreza em que vivem algumas comunidades indígenas para tomar suas terras para o cultivo de drogas, bem como para recrutar crianças para trabalhar na cadeia de fornecimento da produção e distribuição de narcóticos”, advertiu a Relatora Especial da ONU para Direitos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz.”

“Denuncian que crimen organizado abusa de indígenas en México” *América Economía*, 20 nov. 2017, <https://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/denuncian-que-crimen-organizado-abusa-de-indigenas-en-mexico> (acesso em: 8 jun. 2018).

73 Num relatório de 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos disse que, no México, “os grupos criminosos organizados se concentram principalmente, mas não exclusivamente, no narcotráfico. Suas outras atividades criminosas incluem assassinatos, extorsão, sequestro, roubo, taxa de proteção, controle de rotas de imigração, tráfico ilegal de imigrantes e tráfico de pessoas, além do tráfico de armas, entre outros [...] Esta diversificação da atividade criminal, juntamente com o poder real que esses grupos exercem em grande parte do país, transformam o fenômeno do crime organizado na principal fonte de violência cometida por atores privados no México e, ao mesmo tempo, implica a responsabilidade do Estado mexicano por não responder efetivamente ao problema”. “The Human Rights Situation in Mexico”, para. 44, *IACHR*, 31 dez. 2015, <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/mexico2016-en.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

O Relator Especial da ONU, em fevereiro de 2018, constatou que: “As autoridades mexicanas reconheceram o desafio que o país enfrenta sob a forma de grupos do crime organizado, que representam sérios desafios de segurança para os defensores dos direitos humanos... Membros de grupos do crime organizado às vezes são contratados por agentes para atacar os defensores dos direitos humanos que se opõem aos seus interesses. O conluio entre grupos do crime organizado e as autoridades é um dos elementos mais perturbadores que contribuem para ataques contra defensores dos direitos humanos no México”.

“Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders on his mission to Mexico”, para 105. *Conselho de Direitos Humanos*, 12 fev. 2018, http://hchr.org.mx/images/doc_pub/A_HRC_37_51_Add_2_EN.pdf (acesso em: 25 mai. 2018)

74 “Statement of the UN High Commissioner for Human Rights, Zeid Ra’ad Al Hussein, on His Visit to Mexico, October 7th, 2015”, *OHCHR*, <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=16578> (acesso em: 17 mai. 2018).

75 “Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights Defenders on His Mission to Mexico”, Human Rights Council, 12 fev. 2018, p. 10, http://hchr.org.mx/images/doc_pub/A_HRC_37_51_Add_2_EN.pdf (acesso em: 25 mai. 2018).

76 Entrevista da Global Witness com Isela González, 9 mar. 2018.

77 Entrevista da Global Witness com Isela González, 9 mar. 2018.

78 Entrevista da Global Witness com Isela González, 5 mar. 2018.

“Defender la Vida – Personas defensoras de la tierra, el territorio y el medioambiente en riesgo”, p. 21, *PBI-Mexico*, nov. 2017, http://mympi.net/fileadmin/user_files/projects/mexico/files/Web/Defender_la_Vida_digital-1.pdf (acesso em: 25 mai. 2018)

79 “Environmental and indigenous rights defender Juan Ontiveros Ramos Killed”, *Front Line Defenders*, 7 fev. 2017, <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/environmental-and-indigenous-rights-defender-juan-ontiveros-ramos-killed> (acesso em: 25 mai. 2018);

“MÉXICO: Inaceptable nuevo asesinato de defensor indígena en Chihuahua Juan Ontiveros Ramos”. *FIDH*, 3 mar. 2017, <https://www.fidh.org/es/temas/defensores-de-derechos-humanos/mexico-inaceptable-nuevo-asesinato-contra-defensor-indigena-en> (acesso em: 25 mai. 2018).

80 Entrevista da Global Witness com Isela González, 5 mar. 2018.

81 “Asesinato del defensor de los derechos de los pueblos indígenas y ambientalista Juan Ontiveros Ramos”, 7 fev. 2017, *Front Line Defenders*, <https://www.frontlinedefenders.org/es/case/environmental-and-indigenous-rights-defender-juan-ontiveros-ramos-killed> (acesso em: 17 mai. 2018).

82 Entrevista da Global Witness com Isela González, 5 mar. 2018.

83 Entrevista da Global Witness com Isela González, 5 mar. 2018.

84 “Protección integral para personas defensoras de derechos humanos y periodistas: la deuda del Estado mexicano”, *Espacio OSC*, abr. 2017, http://serapaz.org.mx/wp-content/uploads/2017/07/Espacio-osc_Tercer-Informe_web-baja.pdf (acesso em: 25 mai. 2018).

85 Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales (SEMARNAT).

86 Uma decisão do Tribunal Agrário Mexicano, em 30 de novembro de 2015, reconheceu que a comunidade de Coloradas de la Virgen não foi consultada sobre as concessões madeireiras e declarou que as concessões madeireiras só poderiam ser concedidas quando as comunidades fossem previamente consultadas. Expediente

374/2009, Tribunal Agrário Unitário – Guadalupe y Calvo / Chihuahua, p. 461, 30 nov. 2015 (não disponível on-line); “Derechos territoriales de los pueblos indígenas de la Sierra Tarahumara”, Red en Defensa del Territorio Indígena en la Sierra Tarahumara, dez. 2016, p. 30, <http://es.defensatarahumara.org/wp-content/uploads/2017/11/informeterritorialarahumara.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

87 Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).

88 “Derechos territoriales de los pueblos indígenas de la Sierra Tarahumara”, Red en Defensa del Territorio Indígena en la Sierra Tarahumara, dez. 2016, p. 30, <http://es.defensatarahumara.org/wp-content/uploads/2017/11/informeterritorialarahumara.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

89 “Derechos territoriales de los pueblos indígenas de la Sierra Tarahumara”, Red en Defensa del Territorio Indígena en la Sierra Tarahumara, dez. 2016, p. 30, <http://es.defensatarahumara.org/wp-content/uploads/2017/11/informeterritorialarahumara.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018); Entrevista da Global Witness com Isela González, 25 abr. 2018.

90 Entrevista da Global Witness com Isela González, 25 abr. 2018.

91 “The Human Rights Situation in Mexico”, para. 253, IACHR, 31 dez. 2015, <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/mexico2016-en.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018)

92 Pacto Internacional da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 3 jan. 1976, Parte 1; Organização Internacional do Trabalho, C169 – Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (Nº. 169), http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169 (acesso em: 20 jun. 2017).

93 Entrevista da Global Witness com Maria do Socorro Costa da Silva, abril 2018.

94 “Blood-Stained Timber”, Greenpeace, 2017, p. 2 http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Greenpeace_BloodStainedTimber_2017.pdf (acesso em: 8 jun. 2018); “Nine dead in Amazon’s worst land-related killings in decades”, *The Guardian*, 10 mai. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/10/nine-dead-in-amazons-worst-land-related-killings-in-decades> (acesso em: 25 mai. 2018).

95 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcessoPrint.aspx?action=print> (acesso em: 25 mai. 2018); “Blood-Stained Timber”, Greenpeace, 2017, p. 2, http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Greenpeace_BloodStainedTimber_2017.pdf (acesso em: 25 mai. 2018); “Suspeito de articular chacina em Colniza exporta, foragido, madeira para os EUA”, CPT, 12 jul. 2017, <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/3882-suspeito-de-articular-massacre-em-colniza-exporta-foragido-madeira-para-os-eua> (acesso em: 25 mai. 2018).

96 “Laudos reforçam tese de chacina por disputa agrária em Pau D’Arco”, *Carta Capital*, 24 jun. 2017, <https://www.cartacapital.com.br/revista/958/laudos-reforcam-tese-de-massacre-por-disputa-agraria-em-pau-d-arco> (acesso em: 8 jun. 2018); “Brazil police killing of 10 Amazon region land activists under probe”, Reuters, 25 mai. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-massacre/brazil-police-killing-of-10-amazon-region-land-activists-under-probe-idUSKBN18L2FM> (acesso em: 25 mai. 2018).

97 “Laudos reforçam tese de massacre por disputa agrária em Pau D’Arco”, *Carta Capital*, 24 jun. 2017, <https://www.cartacapital.com.br/revista/958/laudos-reforcam-tese-de-massacre-por-disputa-agraria-em-pau-d-arco> (acesso em: 25 mai. 2018); “Brazil police killing of 10 Amazon region land activists under probe”, Reuters, 25 mai. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-massacre/brazil-police-killing-of-10-amazon-region-land-activists-under-probe-idUSKBN18L2FM> (acesso em: 25 mai. 2018).

98 “Olympics host Brazil is the most dangerous country in the world for environmental activism”, Global Witness, 4 ago. 2016, <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/olympics/> (acesso em: 20 mai. 2018).

99 A sigla INCRA significa Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. “Afrodescendente” é o termo usado para se referir a uma pessoa de origem africana que foi trazida para o Brasil durante o período do tráfico de escravos. A Constituição Brasileira de 1988 reconhece (no artigo 68 do Regulamento Constitucional Transitório) que os afrodescendentes cujos ancestrais escaparam da escravidão têm direito à terra que suas famílias ocuparam depois de fugir da escravidão.

100 “Relatório sobre o impacto da política econômica de austeridade nos direitos humanos”, Plataforma DHESCA Brasil, nov. 2017, p. 23, http://austeridade.plataformadh.org.br/files/2017/11/publicacao_dhesca_baixa.pdf (acesso em: 25 mai. 2018); “Brazil 2017: environmental and indigenous rollbacks, rising violence”, *Mongabay*, 27 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/brazil-2017-environmental-and-indigenous-rollbacks-rising-violence/> (acesso em: 25 mai. 2018).

101 A sigla FUNAI significa Fundação Nacional do Índio. “Brazil’s indigenous people outraged as agency targeted in conservative-led cuts”, *The Guardian*, 10 jul. 2017,

<https://www.theguardian.com/world/2017/jul/10/brazil-funai-indigenous-people-land> (acesso em: 25 mai. 2018); “Amazon protectors: Brazil’s indigenous people struggle to stave off loggers”, *Reuters*, 6 jun. 2017 <https://www.reuters.com/article/us-brazil-landrights-indigenous/amazon-protectors-brazils-indigenous-people-struggle-to-stave-off-loggers-idUSKBN18X1MX> (acesso em: 25 mai. 2018).

102 “Murder in the Amazon: Brazil’s natives under threat”, *Al Jazeera*, 28 out. 2017, <https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazera/inthefield/2017/10/murder-amazon-brazil-natives-threat-171027083951776.html> (acesso em: 25 mai. 2018); “Massacre de índios isolados expõe o estrangulamento da Funai”, *ISA*, 14 set. 2017, https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/massacre-de-indios-isolados-expoe-o-estrangulamento-da-funai?utm_medium=email&utm_source=transaccional&utm_campaign=manchetes%40socioambiental.org (acesso em: 25 mai. 2018).

103 “Murder in the Amazon: Brazil’s natives under threat”, *Al Jazeera*, 28 out. 2017, <https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazera/inthefield/2017/10/murder-amazon-brazil-natives-threat-171027083951776.html> (acesso em: 25 mai. 2018); “Massacre de índios isolados expõe o estrangulamento da Funai”, *ISA*, 14 set. 2017, https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/massacre-de-indios-isolados-expoe-o-estrangulamento-da-funai?utm_medium=email&utm_source=transaccional&utm_campaign=manchetes%40socioambiental.org (acesso em: 25 mai. 2018).

104 “Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”, Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), jul. 2017, p. 69, http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_Terra-de-Direitos_Vidas-em-Luta_100817_web.pdf (acesso em: 25 mai. 2018); “Por que cresce o número de mortes de defensores de direitos humanos no Brasil”, *Nexo Jornal*, 1 mar. 2017, <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/01/Por-que-cresce-o-n%C3%BAmero-de-mortes-de-defensores-de-direitos-humanos-no-Brasil> (acesso em: 25 mai. 2018).

105 “Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”, Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), jul. 2017, p. 65, http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_Terra-de-Direitos_Vidas-em-Luta_100817_web.pdf (acesso em: 25 mai. 2018); Entrevista da Global Witness com Layza Queiros Santos, 8 mar. 2018; entrevista da Global Witness com Antonio Neto, 20 mar. 2018.

106 ‘Federalização de casos como o de Marielle são aceitos raramente’, Folha de São Paulo, 16 mar. 2018, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/federalizacao-de-casos-como-o-de-marielle-sao-aceitos-raramente.shtml>, (acesso em: 26 jun. 2018); ‘Para secretário, STJ vai negar pedido para federalizar caso de maio de 2006’, *G1*, 11 mai. 2016, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/para-secretario-stj-vai-negar-pedido-para-federalizar-caso-de-maio-de-2006.html>, (acesso em: 26 jun. 2018). Entrevista da Global Witness com organizações de direitos humanos locais, jun. 2018.

107 “Estudo sobre a Federalização de Graves Violações aos Direitos Humanos”, p. 38, Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2014, http://www.andhep.org.br/arquivos/Federalizacao_boneco_final_09012014.pdf (acesso em: 26 jun. 2018).

108 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da FUNAI e do INCRA.

109 “CPI da Funai e do Incria adia votação do relatório final para a próxima semana”, *Agência Brasil*, 10 mai. 2017, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-05/cpi-da-funai-e-do-incra-adia-votacao-de-relatorio-final-para-proxima-semana> (acesso em: 25 mai. 2018); “Relatório da CPI da Funai e Incria é uma compilação de insanidades”, *Carta Capital*, 24 mai. 2017, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra-e-uma-compilacao-de-insanidades> (acesso em: 25 mai. 2018).

110 “Brazil farm lobby seeks to dismantle indigenous affairs agency”, *Reuters*, 17 mai. 2017 <https://www.reuters.com/article/us-brazil-indigenouspeople/brazil-farm-lobby-seeks-to-dismantle-indigenous-affairs-agency-idUSKCN18C2UM> (acesso em: 25 mai. 2018); “Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito FUNAI-INCRA2”, Câmara dos Deputados, mai. 2017, <http://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/CPI/RELATORIO%20CPI%20FUNAI-INCRA%202.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018).

111 A investigação foi iniciada por Nilson Leitão, que presidia a bancada ruralista no Congresso naquela época. “CPI da Funai e do Incria adia votação do relatório final para a próxima semana”, *Agência Brasil*, 10 mai. 2017, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-05/cpi-da-funai-e-do-incra-adia-votacao-de-relatorio-final-para-proxima-semana> (acesso em: 25 mai. 2018); “Relatório da CPI da Funai e Incria é uma compilação de insanidades”, *Carta Capital*, 24 mai. 2018, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra-e-uma-compilacao-de-insanidades> (acesso em: 25 mai. 2018).

- 112** “A fight for Brazil’s Amazon forest”, *Financial Times*, 20 set. 2017, <https://www.ft.com/content/9c750b08-92f0-11e7-83ab-f4624cccbabe> (acesso em: 25 mai. 2018); “The genocide of Brazil’s Indians”, *New York Times*, 29 mai. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/05/29/opinion/the-genocide-of-brazils-indians.html> (acesso em: 25 dez. 2017).
- 113** “Bancada ruralista garante a manutenção de Temer na Presidência”, *Greenpeace Brasil*, 2 ago. 2017, <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Bancada-ruralista-garante-a-manutencao-de-Temer-na-Presidencia/> (acesso em: 25 mai. 2018); “O avanço da bancada ruralista é ruim para o País”, *Carta Capital*, 22 ago. 2017, <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-avanco-da-bancada-ruralista-e-ruim-para-o-pais> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 114** “Bancada do boi’ vai almoçar com Temer na véspera da votação, diz Nilson Leitão”, *Estadão*, 31 jul. 2017, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-do-boi-vai-almoçar-com-temer-na-vespera-da-votacao-diz-nilson-leitao,70001916925> (acesso em: 25 mai. 2018); “Quanto a tentativa de salvar Temer de denúncia custa ao Brasil”, *Terra*, 1 ago. 2017, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/quanto-a-tentativa-de-salvar-temer-de-denuncia-custa-ao-brasil,5311f0299473e5aea27f80c73200282ek07k1sop.html> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 115** De acordo com informações fornecidas pela Transparência Brasil para o *Los Angeles Times*, em 2016, “dos 513 membros da Câmara dos Deputados no Congresso, 303 são acusados ou estão sendo investigados por crimes graves. No Senado, o mesmo vale para 49 dos 81 membros. Os políticos que votam para destituir a presidente do Brasil são acusados de mais corrupção do que ela”, *Los Angeles Times*, 28 mar. 2016, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-brazil-impeach-20160328-story.html> (acesso em: 25 mai. 2018);
- “This stunning fact about corruption in Brazil helps explain its political crisis”, *Vox*, 18 abr. 2016, <https://www.vox.com/2016/4/18/11450222/dilma-rousseff-impeachment-statistic> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 116** PL 4059/2012, Câmara dos Deputados, 13 jun. 2012, <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548018> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 117** “Tereza Cristina assume presidência da FPA nesta terça”, *FPA*, 20 fev. 2018, <http://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/02/20/tereza-cristina-assume-presidencia-da-fpa-nesta-terca/>; (acesso em: 25 mai. 2018); “Critica por ambientalistas, venda de terras para estrangeiros volta à tona”, *Folha de São Paulo*, 17 set. 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1918963-critica-por-ambientalistas-venda-de-terras-para-estrangeiros-volta-a-ona.shtml> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 118** PL 8107/2017, Câmara dos Deputados, 13 jun. 2017, <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2145333> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 119** “Floresta nacional do Jamanxim pode perder território; entenda”, *G1 PA*, 18 mai. 2017, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/floresta-nacional-do-jamanxim-pode-perder-territorio-entenda.ghtml>; (acesso em: 25 mai. 2018); “Temer pushes Amazon deforestation bill in Brazil”, *Financial Times*, 18 jul. 2017, <https://www.ft.com/content/1435c6ae-6b6a-11e7-bfeb-33fe0c5b7eaa> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 120** “Histórico”, *CPT*, 5 fev. 2010, <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 121** Entrevista da Global Witness com Jeane Bellini, 25 abr. 2018.
- 122** “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”, *CPT*, 17 fev. 2015, <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 123** Entrevista da Global Witness com Márcia Palhano, 26 abr. 2018.
- 124** Entrevista da Global Witness com Márcia Palhano, 26 abr. 2018.
- 125** Entrevista da Global Witness com Márcia Palhano, 26 abr. 2018.
- 126** Entrevista da Global Witness com Márcia Palhano, 26 abr. 2018.
- 127** “Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003”, *CPT*, 16 abr. 2017, <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 128** “End of mission statement by Michel Forst, United Nations special rapporteur on the situation of human rights defenders on his visit to Honduras, 29 April to 12 May”, *OHCHR*, <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23063&LangID=E> (acesso em: 23 mai. 2018).
- 129** “Call for immediate investigation into Berta Cáceres murder!” *Nobel Women’s Initiative*, fev. 2017, <https://nobelwomensinitiative.org/call-for-immediate-investigation-into-berta-caceres-murder/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 130** “Denuncia contra Suyapa Martínez es persecución y criminalización denuncian las mujeres defensoras de derechos humanos”, *Criterio*, 7 mar. 2017, <https://criterio.hn/2017/03/07/denuncia-suyapa-martinez-persecucion-criminalizacion-denuncian-las-mujeres-defensoras-derechos-humanos/> (acesso em: 25 mai. 2018); “Suyapa Martínez, DESA y una persecución”, Grupo Asesor Internacional de Personas, 9 mar. 2017, <http://elpulso.hn/suyapa-martinez-des-a-una-persecucion/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 131** “Suyapa Martínez celebra con júbilo anulación de demanda de DESA”, *Criterio*, 21 mar. 2017, <https://criterio.hn/2017/03/21/suyapa-martinez-celebra-jubilo-anulacion-demanda-des-a/> (acesso em: 17 mai. 2018); “Por impropriedade se anula demanda millonaria contra defensora de DDHH”, *Defensores en Línea*, 20 mar. 2017, <http://defensoresenlinea.com/por-impropriedade-se-anula-demanda-millonaria-contra-defensora-de-ddhh/> (acesso em: 17 mai. 2018).
- 132** GAIPE significa Grupo Asesor Internacional de Personas Experts, ou Grupo Consultivo de Especialistas Internacionais.
- 133** “Dam violence, the plan that killed Berta Cáceres”, *GAIPE*, nov. 2017, <https://www.gaipe.net/wp-content/uploads/2017/10/Exec-Summ-Dam-Violencia-EN-FINAL.pdf> (acesso em: 25 mai. 2018); “Who ordered killing of Honduran activist? Evidence of broad plot is found”, *New York Times*, 28 out. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/10/28/world/americas/honduras-berta-caceres-des-a.html> (acesso em: 25 mai. 2018); “Report: Honduran state agents, business sector behind assassination of activist Berta Cáceres”, *WOLA*, 3 nov. 2017, <https://www.wola.org/2017/11/report-honduran-state-agents-business-sector-behind-assassination-activist-berta-caceres/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 134** “Berta Cáceres murder: ex-Honduran military intelligence officer arrested”, *The Guardian*, 2 mar. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/02/berta-caceres-death-murder-ex-honduran-military-intelligence-officer-arrested> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 135** “Who ordered killing of Honduran activist? Evidence of broad plot is found”, *New York Times*, 28 out. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/10/28/world/americas/honduras-berta-caceres-des-a.html> (acesso em: 25 mai. 2018); “Justice for Berta Cáceres, protection for the defense of human rights”, *FIAN International*, 2 mar. 2018, http://www.fian.org/en/news/article/justice_for_berta_caceres_protection_for_the_defense_of_human_rights/ (acesso em: 25 mai. 2018).
- 136** “Honduras: The Deadliest Place to Defend the Planet”, *Global Witness*, jan. 2017, p. 14, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 137** “Honduras: The Deadliest Place to Defend the Planet”, *Global Witness*, jan. 2017, p. 14, nota de rodapé 62, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 138** “Honduras: The Deadliest Place to Defend the Planet”, *Global Witness*, jan. 2017, p. 16, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 139** MACCIH significa Misión de Apoyo contra la Corrupción y la Impunidad en Honduras, ou Missão de Apoio à Corrupção e à Impunidade em Honduras.
- 140** “La Misión de la OEA en Honduras investigaba contratos hidroeléctricos antes de ser mutilada”, *El País*, 5 fev. 2018, https://elpais.com/internacional/2018/02/04/america/1517782127_571976.html (acesso em: 25 mai. 2018).
- 141** “Citing hostility, leader of anti-corruption panel in Honduras resigns”, *New York Times*, 16 fev. 2018, <https://www.nytimes.com/2018/02/16/world/americas/honduras-corruption-panel.html> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 142** “Citing hostility, leader of anti-corruption panel in Honduras resigns”, *New York Times*, 16 fev. 2018, <https://www.nytimes.com/2018/02/16/world/americas/honduras-corruption-panel.html> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 143** Resposta de Agua Zarca à publicação do relatório do GAIPE, 31 out. 2017, <http://www.hidroelectricaaguazarca.hn/assets/documentos/2%20Mensaje%20Agua%20Zarca%20V2.pdf> (acesso em: 4 jun. 2018).
- 144** “Honduras: The Deadliest Place to Defend the Planet”, *Global Witness*, jan. 2017, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 25 mai. 2018).

- 145** “Honduras: The Deadliest Place to Defend the Planet”, *Global Witness*, jan. 2017, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 146** “Honduran government must counter smear campaign against land and environmental defenders and protect those under threat”, *Global Witness*, 15 mar. 2017, <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/honduran-government-must-counter-smear-campaign-against-land-and-environmental-defenders-and-protect-those-under-threat/> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 147** “Crecen ataques contra defensoras de derechos humanos”, *ALAI*, 7 mai. 2018, <https://www.alainet.org/es/articulo/192712> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 148** “Honduran President Hernández sworn in amid protests”, *BBC*, 27 jan. 2018, <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-42843644> (acesso em: 25 mai. 2018);
“Families fear no justice for victims as 31 die in Honduras post-election violence”, *The Guardian*, 02 jan. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/02/us-silent-as-honduras-protesters-killed-in-post-election-violence> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 149** “Human Rights Violations in the Context of the 2017 Elections in Honduras”, *OHCHR*, 12 mar. 2018, p. 2, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/HN/2017ReportElectionsHRViolations_Honduras_EN.pdf (acesso em: 25 mai. 2018).
- 150** “Hernández declared winner of contested Honduras presidential election”, *Financial Times*, 18 dez. 2017, <https://www.ft.com/content/eab51af3-3d61-343e-b1c8-464d0ec131b3> (acesso em: 25 mai. 2018);
“OAS says Honduran presidential election should be redone”, *Reuters*, 17 dez. 2017, <https://uk.reuters.com/article/uk-honduras-election/oas-says-honduran-presidential-election-should-be-redone-idUKKBN1EBOXM?src=ilaw> (acesso em: 25 mai. 2018).
- 151** “Statement by the OAS General Secretariat on the Elections in Honduras”, *OAS*, 17 dez. 2017, http://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?Codigo=E-092/17 (acesso em: 25 mai. 2018).
- 152** MADJ significa Movimiento Amplio por la Dignidad y la Justicia, ou Movimento Amplo pela Dignidade e pela Justiça.
- 153** “Honduras activists allege campaign of violent intimidation by security forces”, *The Guardian*, 25 jan. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/24/honduras-environment-activists-threats-security-forces> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 154** “Agreden al coordinador general del Movimiento Amplio. HIDROCEP culpable de los hechos”, *Movimiento Amplio*, 5 ago. 2017, <https://www.movimientoamplio.org/single-post/2017/08/04/ALERTA-Agreden-al-coordinador-general-del-Movimiento-Amplio-HIDROCEP-culpable-de-los-hechos> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 155** “Atentan contra líder tolupán: ‘si no te desaparecés en 3 días sí te vamos a matar’”, *Movimiento Amplio*, 13 out. 2017, <https://www.movimientoamplio.org/single-post/2017/10/12/Atentan-contra-l%C3%ADder-tolup%C3%A1n-si-no-te-desaparec%C3%A9s-en-3-d%C3%ADas-s%C3%AD-te-vamos-a-matar> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 156** “Atentan contra líder tolupán: ‘si no te desaparecés en 3 días sí te vamos a matar’”, *Movimiento Amplio*, 13 out. 2017, <https://www.movimientoamplio.org/single-post/2017/10/12/Atentan-contra-l%C3%ADder-tolup%C3%A1n-si-no-te-desaparec%C3%A9s-en-3-d%C3%ADas-s%C3%AD-te-vamos-a-matar> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 157** “Atentan contra líder tolupán: ‘si no te desaparecés en 3 días sí te vamos a matar’”, *Movimiento Amplio*, 13 out. 2017, <https://www.movimientoamplio.org/single-post/2017/10/12/Atentan-contra-l%C3%ADder-tolup%C3%A1n-si-no-te-desaparec%C3%A9s-en-3-d%C3%ADas-s%C3%AD-te-vamos-a-matar> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 158** O Cyrus R. Vance Center for International Justice promove a justiça global ao engajar advogados além de suas fronteiras no apoio da sociedade civil e na manifestação de uma profissão jurídica eticamente ativa. Eles têm duas abordagens principais para cumprir nossa missão. Fornecem representação legal a organizações da sociedade civil, bem como a organismos internacionais de direitos humanos, em todo o mundo, com a colaboração frequente dos principais escritórios de advocacia em base pro bono. Vance Center, disponível em: <http://www.vancecenter.org/vancecenter/>.
- 159** “Stop Wars” (2017), *Programa Somos Defensores*, episódio 1, p. 9, https://www.somosdefensores.org/attachments/article/148/STOP_%20WARS_Conclusiones_y_recomendaciones_baja.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).
- 160** “Urgent action: Afro-descendant community at risk”, Anistia Internacional, 23 ago. 2010, <https://www.amnesty.org/download/Documents/36000/amr230272010en.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018);
“Letter to President Juan Manuel Santos”, *IRTF*, 11 set. 2010, https://www.irtfcleve-land.org/sites/default/files/rrn/2010_09_11_ua185_10_colombia_letter.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);
- “Desaparición de Jhon Jairo Palacios, afrocolombiano de Cacarica”, *Comisión Intereclesial de Justicia y Paz*, 10 ago. 2010, <https://www.justiciaypazcolombia.com/desaparicion-de-jhon-jairo-palacios-afrocolombiano-de-cacarica/> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 161** “Urgent action: Afro-descendant community at risk”, Anistia Internacional, 23 ago. 2010, <https://www.amnesty.org/download/Documents/36000/amr230272010en.pdf> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 162** “Urgent action: Afro-descendant community at risk”, Anistia Internacional, 23 ago. 2010, <https://www.amnesty.org/download/Documents/36000/amr230272010en.pdf> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Letter to President Juan Manuel Santos”, *IRTF*, 11 set. 2010, https://www.irtfcleve-land.org/sites/default/files/rrn/2010_09_11_ua185_10_colombia_letter.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);
“Desaparición de Jhon Jairo Palacios, afrocolombiano de Cacarica”, *Comisión Intereclesial de Justicia y Paz*, 10 ago. 2010, <https://www.justiciaypazcolombia.com/desaparicion-de-jhon-jairo-palacios-afrocolombiano-de-cacarica/> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 163** “Colombian community leader allegedly murdered for standing up to palm oil”, *Mongabay*, 15 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/colombian-community-leader-allegedly-murdered-for-standing-up-to-palm-oil/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Colombia: paramilitaries kill land rights activist”, *Telesur*, 9 dez. 2017, <https://www.telesurtv.net/english/news/Colombia-Paramilitaries-Kill-Land-Rights-Activist-20171209-0010.html> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Otro líder reclamante de tierras fue asesinado en Chocó”, *El Tiempo*, 8 dez. 2017, <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/denuncian-asesinato-de-lider-reclamante-de-tierras-en-choco-159852> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 164** “Colombian community leader allegedly murdered for standing up to palm oil”, *Mongabay*, 15 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/colombian-community-leader-allegedly-murdered-for-standing-up-to-palm-oil/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Colombia: paramilitaries kill land rights activist”, *Telesur*, 9 dez. 2017, <https://www.telesurtv.net/english/news/Colombia-Paramilitaries-Kill-Land-Rights-Activist-20171209-0010.html> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Otro líder reclamante de tierras fue asesinado en Chocó”, *El Tiempo*, 8 dez. 2017, <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/denuncian-asesinato-de-lider-reclamante-de-tierras-en-choco-159852> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 165** “Colombian community leader allegedly murdered for standing up to palm oil”, *Mongabay*, 15 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/colombian-community-leader-allegedly-murdered-for-standing-up-to-palm-oil/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Colombia: paramilitaries kill land rights activist”, *Telesur*, 9 dez. 2017, <https://www.telesurtv.net/english/news/Colombia-Paramilitaries-Kill-Land-Rights-Activist-20171209-0010.html> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Otro líder reclamante de tierras fue asesinado en Chocó”, *El Tiempo*, 8 dez. 2017, <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/denuncian-asesinato-de-lider-reclamante-de-tierras-en-choco-159852> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 166** “Colombian community leader allegedly murdered for standing up to palm oil”, *Mongabay*, 15 dez. 2017, <https://news.mongabay.com/2017/12/colombian-community-leader-allegedly-murdered-for-standing-up-to-palm-oil/> (acesso em: 26 mai. 2018);
- 167** É de se notar que em 2017 a Colômbia foi um dos países mais perigosos do mundo para os defensores dos direitos humanos em geral, embora defensores da terra e do meio ambiente estivessem entre os grupos que enfrentaram os maiores riscos. “More than 100 human rights activists killed in Colombia in 2017, UN says”, *The Guardian*, 21 dez. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/dec/20/more-than-100-human-rights-activists-killed-in-colombia-in-2017-un-says> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Over 100 human rights defenders killed in Colombia this year, according to the UN”, *Bogotá Post*, 24 dez. 2017, <https://thebogotapost.com/2017/12/24/100-human-rights-defenders-killed-colombia-year-according-un/> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 168** FARC significa Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, ou Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
- 169** “Colombia rights activists facing danger, UN says”, *Reuters*, 20 dez. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-colombia-human-rights-casualties/colombia-rights-activists-facing-danger-un-says-idUSKBN1EE2TQ> (acesso em: 21 mai. 2018);
Para mais informações sobre o vácuo de poder, veja “Social activists under threat”, *Bogotá Post*, 16 fev. 2018, <https://thebogotapost.com/2018/02/16/activists-under-threat/> (acesso em: 8 jun. 2018);
“Colombia death toll rises as gangs fill vacuum left by Farc rebels”, *The Guardian*, 19 fev. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/feb/19/colombia-farc-activist-killings> (acesso em: 26 mai. 2018).
- 170** “El preocupante aumento de asesinatos de líderes sociales en Colombia que las autoridades no logran detener”, *BBC Mundo*, 12 abr. 2017, <http://www.bbc.com/>

mundo/noticias-america-latina-39448854 (acesso em: 22 jun. 2017);
“Colombian paramilitaries kill another indigenous leader”, *Telesur*, 24 mar. 2017, <http://www.telesurtv.net/english/news/Colombian-Paramilitaries-Kill-Another-Indigenous-Leader-20170324-0015.html> (acesso em: 22 jun. 2017);
“Colombian activist murders create unease amid Farc peace talks”, *The Guardian*, 9 mar. 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/mar/09/colombia-leftwing-activists-murdered-farc-peace-deal> (acesso em: 22 jun. 2017).

171 “Deforestation soars in Colombia after Farc rebels’ demobilization”, *The Guardian*, 11 jul. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/11/colombia-deforestation-farc> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Colombia faces soaring deforestation following FARC guerrilla demobilization”, *Earth Island Journal*, 7 ago. 2017, http://www.earthisland.org/journal/index.php/elist/eListRead/colombia_faces_soaring_deforestation_farc_guerrilla_demobilization/ (acesso em: 26 mai. 2018).

172 “Gobierno modifica régimen de inversión extranjera en el país”, *El Tiempo*, 10 fev. 2017, <http://www.eltiempo.com/economia/sectores/inversion-extranjera-directa-en-colombia-31037> (acesso em: 19 jun. 2017);
“Colombia busca inversiones extranjeras por 9.000 millones de dólares”, *Caracol Radio*, 17 jun. 2016, http://caracol.com.co/radio/2016/06/17/economia/1466179218_289109.html (acesso em: 19 jun. 2017).

173 “Defenders of the Earth”, *Global Witness* (2017), pp. 12–14, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 26 mai. 2018).

O investimento estrangeiro historicamente tem pressionado mais as terras indígenas para empreendimentos de larga escala. Durante a guerra civil, as multinacionais por trás de tais empreendimentos foram frequentemente acusadas de cumplicidade com as forças paramilitares culpadas de graves violações dos direitos humanos. Ver “Defenders of the Earth” *Global Witness*, 2017, www.globalwitness.org/defenders2016, nota ao final nº 20;
“Colombia: restoring the land, securing the peace”, *Anistia Internacional*, 5 nov. 2015, <https://www.amnestyusa.org/reports/colombia-restoring-the-land-securing-the-peace/> (acesso em: 22 jun. 2017);
“Cauca: Analisis de Conflictividades y Construccion de Paz”, *UNDP*, dez. 2014, http://www.co.undp.org/content/colombia/es/home/library/crisis_prevention_and_recovery/cauca--analisis-de-conflictividades-y-construccion-de-paz.html (acesso em: 22 jun. 2017);
“Statement from Colombian civil society regarding the Colombian Government’s policy on Business and Human Rights”, *Tierra Digna*, 12 jul. 2016, <http://tierradigna.org/2016/07/12/statement-from-colombian-civil-society-regarding-the-colombian-governments-policy-on-business-and-human-rights/> (acesso em: 19 jun. 2017).

Entre as multinacionais que foram acusadas de cumplicidade com paramilitares na Colômbia estão: a companhia de petróleo do Reino Unido BP;
Ver: “Colombian takes BP to court in UK over alleged complicity in kidnap and torture”, *The Guardian*, 22 mai. 2015, <https://www.theguardian.com/environment/2015/may/22/colombian-takes-bp-to-court-in-uk-alleged-complicitykidnap-and-torture> (acesso em: 19 jun. 2017);
a empresa norte-americana de banana Chiquita, que foi multada em US\$ 25 milhões pelo Departamento de Justiça dos EUA por pagar paramilitares para proteger suas plantações; Ver “US banana firm hired Colombian paramilitaries”, *Aljazeera*, 8 abr. 2011, <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/04/20114813392621189.html> (acesso em: 19 jun. 2017);
a Coca Cola: Ver “Coca-Cola lawsuit (re Colombia)”, *Business and Human Rights Resource Centre*, (sem data), <https://business-humanrights.org/en/coca-cola-lawsuit-re-colombia> (acesso em: 19 jun. 2017).

174 “Deforestation soars in Colombia after Farc rebels’ demobilization”, *The Guardian*, 11 jul. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/11/colombia-deforestation-farc> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Colombia death toll rises as gangs fill vacuum left by Farc rebels”, *The Guardian*, 19 fev. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/feb/19/colombia-farc-activist-killings> (acesso em: 26 mai. 2018).
“Colombia faces soaring deforestation following FARC guerrilla demobilization”, *Earth Island Journal*, 7 ago. 2017, http://www.earthisland.org/journal/index.php/elist/eListRead/colombia_faces_soaring_deforestation_farc_guerrilla_demobilization/ (acesso em: 26 mai. 2018).

175 “América: Situación de los Mecanismos de Protección para los Defensores y Defensoras de los Derechos Humanos”, *Anistia Internacional*, mai. 2017, <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0162112017SPANISH.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018).

176 “Deadly Environment”, *Global Witness*, 15 abr. 2014, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/deadly-environment/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“How Many More?”, *Global Witness*, 2015, <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/environmental-activists/how-many-more/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“On Dangerous Ground”, *Global Witness*, 2016, <https://www.globalwitness.org/en/>

[campaigns/environmental-activists/dangerous-ground/](https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/dangerous-ground/) (acesso em: 26 mai. 2018);
“Defenders of the Earth”, *Global Witness*, 2017, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 26 mai. 2018).

177 Pesquisa independente encomendada pela Global Witness e pelo Vance Center, 2017. Com a assistência jurídica gratuita de um escritório de advocacia local, o The Vance Center solicitou que o Ministério Público colombiano fornecesse informações sobre 122 casos de defensores mortos. Os promotores não forneceram informações sobre dez desses casos. Embora isso sugira que a taxa de impunidade na verdade possa ser maior (na hipótese de que o promotores tivessem fornecido informações sobre os casos em que ocorreram processos judiciais), a Global Witness excluiu esses casos do cálculo de impunidade. Este cálculo baseou-se, portanto, nos 102 casos para os quais o promotor forneceu informações. Destes casos, houve condenações em apenas oito, o que chega a uma taxa de impunidade de 92%.

178 Pesquisa independente encomendada pela Global Witness e pelo Vance Center, 2017.

179 “Stop Wars – paren la guerra contra defensores(as)”, *Somos Defensores*, 12 set. 2017, https://www.somosdefensores.org/attachments/article/148/STOP_%20WARS_Conclusiones_y_recomendaciones_baja.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

180 “Colombia pledges to tackle impunity for activist killings”, *Reuters*, 10 mai. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-colombia-rights-crime/colombia-pledges-to-tackle-impunity-for-activist-killings-idUSKBN1B2HC> (acesso em: 26 mai. 2018).

181 Somente sete dos 312 casos registrados em 2017 foram da África.
“Annual report on human rights defenders at risk in 2017”, *Front Line Defenders*, 2017, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/annual_report_digital.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

182 International Ranger Federation website, <https://www.internationalrangers.org/>.

183 Thin Green Line Foundation website, <https://thingreenline.org.au/>.

184 See “On Dangerous Ground”, *Global Witness*, 2016, p. 29, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/dangerous-ground/> (acesso em: 26 mai. 2018).

185 Departamento de Estado dos EUA, Crime ambiental e tráfico de vida selvagem, <https://www.state.gov/j/inl/focus/combating/environment/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Illicit wildlife trafficking recognized as a new form of transnational organized crime”, *Traffic*, 22 October 2012, <http://www.traffic.org/home/2012/10/22/illicit-wildlife-trafficking-recognized-as-a-new-form-of-tra.html> (acesso em: 26 mai. 2018);
“World wildlife crime report”, *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes*, 2016, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wildlife.html> (acesso em: 26 mai. 2018)

186 “The EU Approach to Combat Wildlife Trafficking”, *Comissão Europeia*, http://ec.europa.eu/environment/cites/trafficking_en.htm (acesso em: 26 mai. 2018)

187 Christine Dawson, diretora do Departamento de Conservação e Água do Departamento de Estado dos EUA, disse: “Os mesmos criminosos que traficam drogas, armas e pessoas, traficam animais selvagens”. Citado em “Criminal Elements: Illegal Wildlife Trafficking, Organized Crime, and National Security”, *Wilson Center*, 6 dez. 2017, <https://www.wilsoncenter.org/event/criminal-elements-illegal-wildlife-trafficking-organized-crime-and-national-security> (acesso em: 26 mai. 2018).

188 O comissário europeu para o Meio Ambiente, Pesca e Assuntos Marítimos disse: “Drogas, armas, tráfico de seres humanos e tráfico de vida selvagem usam as mesmas redes ilegais”. Citado em “EU joining CITES Convention will help in the preparation of the Commission’s wildlife trafficking action plan”, *Comissão Europeia*, 8 jul. 2015, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-5316_en.htm (acesso em: 26 mai. 2018).

189 “Five park rangers killed in DRC in tragic weekend for wildlife defenders”, *The Guardian*, 17 jul. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/jul/17/five-park-rangers-killed-in-drc-in-tragic-weekend-for-wildlife-defenders> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Three rangers killed defending Virunga National Park”, *Virunga National Park*, 15 ago. 2017, <https://virunga.org/news/three-rangers-killed-defending-virunga-national-park/> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Am I going to get out of here alive? In one of Africa’s most dangerous corners, a fight to the death for the elephants”, *Los Angeles Times*, 22 dez. 2017, <http://www.latimes.com/world/la-fg-environmental-activists-congo-20171222-htmistory.html> (acesso em: 26 mai. 2018).

190 “Living Planet: The world’s most dangerous nature reserve”, *DW*, 26 abr. 2018 <http://www.dw.com/en/living-planet-the-worlds-most-dangerous-nature-reserve/av-43546322> (acesso em: 26 mai. 2018).

191 “DR Congo: Why tourists go to Virunga National Park”, *BBC*, 14 mai. 2018, <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-44107041> (acesso em: 26 mai. 2018).

192 Como é o caso de Wayne Lotter, um importante conservacionista de elefantes, cujo trabalho levou à prisão de milhares de caçadores e traficantes, que foi morto a tiros em um táxi na Tanzânia em agosto de 2017. Ele tinha recebido muitas ameaças de morte. Esmond Bradley Martin, famoso por seu trabalho investigando o tráfico de marfim e chifre de rinoceronte, foi esfaqueado até a morte em sua casa em Nairóbi, em 2018.

“Tanzanian police believe wildlife activist may have been tracked by his killer”, *The Guardian*, 18 ago. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/aug/18/wayne-lotter-police-believe-killers-followed-and-targeted-wildlife-champion-who-was-shot-and-killed-this-week> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Crusader who saved elephants from poachers is shot dead in Tanzania”, *New York Times*, 18 ago. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/08/18/world/africa/elephant-poachers-wayne-lotter.html> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Leading elephant conservationist shot dead in Tanzania”, *The Guardian*, 17 ago. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/aug/17/leading-phant-conservationist-ivory-shot-dead-in-tanzania> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Anti-poaching activist Wayne Lotter shot dead in Tanzania”, *ITV*, 17 ago. 2017, <http://www.itv.com/news/2017-08-17/anti-poaching-activist-wayne-lotter-shot-dead-in-tanzania/> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Renowned conservation investigator Esmond Bradley Martin killed at home in Kenya”, *Los Angeles Times*, 5 fev. 2018, <http://www.latimes.com/world/africa/la-fg-kenya-conservationist-killed-20180205-story.html> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Top ivory investigator murdered in Kenya”, *The Guardian*, 5 fev. 2018, <https://www.theguardian.com/environment/2018/feb/05/leading-ivory-trade-investigator-killed-in-kenya> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Who killed this benevolent man who saved so many rhinos and elephants? A new lead”, *Daily Beast*, 11 fev. 2018, <https://www.thedailybeast.com/who-killed-this-benevolent-man-who-saved-so-many-rhinos-and-elephants-a-new-lead> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Who killed Esmond Bradley Martin and for what motive?”, *Daily Nation*, 26 fev. 2018, <https://www.nation.co.ke/oped/opinion/Who-killed-Esmond-Bradley-Martin-440808-4319456-1522um8z/index.html> (acesso em: 26 mai. 2018).

Ressaltamos que a morte de Esmond Bradley Martin não está incluída no relatório anual deste ano porque ele foi morto em 2018 e não em 2017. Alguns sugerem que seu assassinato estava ligado a um assalto ou a outras razões não relacionadas ao seu trabalho sobre os crimes contra a vida selvagem.

193 Como as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados familiares, elas são diretamente afetadas quando a água é contaminada ou os alimentos básicos são escassos. Uma vez que muitas vezes não possuem a propriedade da terra, estão vulneráveis a deslocamento de suas terras e territórios. Geralmente, a indústria extrativa gera empregos precários e estereotipados para as mulheres, o que favorece a violência de gênero e a prostituição forçada.

194 Embora as mulheres constituam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, a posse de terra agrícola por mulheres permanece significativamente menor do que a por homens. A falta de direitos das mulheres sobre a terra se traduz em menor produtividade, perpetuando a insegurança alimentar, a desnutrição e a pobreza. “Gender and Land Statistics”, *FAO*, p. 1, <http://www.fao.org/3/a-i5488e.pdf> (acesso em: 26 mai. 2018).

195 “Women Human Rights Defenders Confronting Extractive Industries: An Overview of Critical Risk and Human Rights Obligations”, *AWID and Women Human Rights Defenders International Coalition*, 2017, p. 14, https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/whrds-confronting_extractive_industries_report-eng.pdf (acesso em: 17 mai. 2018).

196 “Women Human Rights Defenders Confronting Extractive Industries: An Overview of Critical Risk and Human Rights Obligations”, *AWID and Women Human Rights Defenders International Coalition*, 2017, p. 10–11, https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/whrds-confronting_extractive_industries_report-eng.pdf (acesso em: 17 mai. 2018).

197 “Reforçando as redes de proteção das mulheres defensoras dos direitos humanos para combater a discriminação.” Intervenção de Winnet Shamuyarira, JASS Southern Africa, 18 mai. 2017, Palácio das Nações, Genebra.

198 “Mining and Women in Asia: Experiences of Women Protecting Their Communities and Human Rights against Corporate Mining”, *Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD)*, 2009, p. 4, <http://apwld.org/wp-content/uploads/2013/09/Women-and-Mining-in-Asia1.pdf> (acesso em: 17 mai. 2018);

“Women, Communities and Mining: The Gender Impacts of Mining and the Role of Gender Impact Assessment”, *Oxfam Australia*, 2009, p. 7, <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/women-communities-and-mining-the-gender-impacts-of-mining-and-the-role-of-gende-293093> (acesso em: 17 mai. 2018);

“Extractivismo em América Latina: impacto en la vida de las mujeres y propuestas de defensa del territorio”, *Fundo de Ação Urgente para América Latina*, 2016, http://docs.wixstatic.com/ugd/b81245_16670e088d4e4eb694e0b80314de0893.pdf (acesso em: 20 mai. 2018).

199 “Women Human Rights Defenders Confronting Extractive Industries”, *AWID*, 2017, p. 18, https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/sp_whrd_confronting_extractive_industries.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

200 De acordo com informações fornecidas à Global Witness pela Mesoamerican WHRD Initiative, entre 2012 e 2016, pelo menos 13 mulheres defensoras da terra e do meio ambiente foram mortas na região mesoamericana.

201 “Bodies, Territories and Movements in Resistance in Mesoamerica”, 2015–2016 report on attacks on WHRD, Mesoamerican WHRD Initiative, <http://im-defensoras.org/2018/05/informe-2015-2016-de-agresiones-a-defensoras-cuerpos-territorios-y-movimientos-en-resistencia-en-mesoamerica/> (acesso em: 26 mai. 2018).

202 Outras leituras sobre esse assunto podem ser encontradas nas seguintes fontes: “Making Change Happen: Indigenous and Rural Women in Defence of Land, Territories and Women’s Rights”, *JASS*, https://justassociates.org/sites/justassociates.org/files/web_mch5_2014.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);

“Women Human Rights Defenders Confronting Extractive Industries”, *AWID*, 2017, p. 18, https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/sp_whrd_confronting_extractive_industries.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

“Impunity for Violence against Women Defenders of Territory, Common Goods, and Nature in Latin America: Regional Report”, *Urgent Action Fund for Latin America & the Caribbean*, mar. 2018, http://docs.wixstatic.com/ugd/b81245_c0178ea8a0ea4db3b-6de6629dea7c6db.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);

“Empoderadas: Toolkit for Latin American Women Human Rights Defenders Working on Land and Environmental Issues”, *Peace Brigades International*, <http://herramientadefensorasdechostierra.org/en/> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Women, Gender and Extractivism in Africa: A Collection of Papers”, *WoMin*, <https://womin.org.za/images/papers/Full-collection-Women-gender-and-extractivism-in-Africa.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018);

“The Intersection between Land and Women’s Economic, Social and Cultural Rights”, *Women and ESCR Working Group briefing paper, ESCR-Net*, https://www.escri-net.org/sites/default/files/briefing_paper_land_0.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);

“Making Change Happen: Rethinking Protection, Power and Movements”, *JASS*, set. 2017, <https://justassociates.org/en/resources/making-change-happen> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Memoria gráfica del encuentro regional de personas defensoras de la tierra, territorio, bienes naturales”, *IM-Defensoras*, 30 nov. 2017, <http://im-defensoras.org/2017/11/memoria-grafica-del-encuentro-regional-de-personas-defensoras-de-la-tierra-territorio-bienes-naturales/> (acesso em: 26 mai. 2018);

“Extractivismo en América Latina: impacto en la vida de mujeres y propuestas de defensa de territorio”, *Urgent Action Fund for Latin America*, 2016, http://docs.wixstatic.com/ugd/b81245_16670e088d4e4eb694e0b80314de0893.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

203 “Making Change Happen 6: Rethinking Protection, Power, and Movements”, *JASS*, ago. 2017, p. 23, https://justassociates.org/sites/justassociates.org/files/jass_mch6_rethinking_protection_power_movements_4.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

204 O direito internacional tende a nomear os Estados como portadores de deveres em termos de direito internacional. No entanto, dado que *governos* são «o grupo de pessoas com autoridade para governar um país ou Estado» (Dicionário Oxford), a Global Witness geralmente usa esse termo para se referir aos atores governamentais ou estatais responsáveis por proteger os direitos humanos de seus próprios cidadãos, incluindo os defensores da terra e do meio ambiente. Estes incluem, mas não estão limitados a: chefes de Estado, chefes de governo, membros do governo executivo, membros da legislatura, membros do judiciário, a polícia e outras forças de segurança pública, as forças armadas, delegados comerciais e corpo diplomático.

Também nos referimos à “ajuda bilateral e parceiros comerciais” como outro ator com responsabilidade pelos direitos dos defensores da terra e do meio ambiente. Estes também são governos, no sentido amplo explicado acima. No entanto, colocamos eles numa categoria separada porque suas responsabilidades e ações afetam os cidadãos – e, portanto, os defensores – não apenas de seu próprio Estado, mas também dos Estados para os quais fornecem ajuda ou com os quais fazem negócios.

205 Existe uma vasta literatura sobre como orientar os governos na implementação de suas obrigações legais para apoiar e proteger os defensores e sobre como eles deveriam fazer isso. Um dos melhores lugares, com grande concentração de pesquisa e orientação sobre como os Estados devem apoiar e proteger os defensores dos direitos humanos, é o site da Protection International.

Ver “Policy Makers Tools”, *Protection International*, <https://www.protectioninternational.org/en/policymaker> (acesso em: 9 mai 2018).

Outras publicações úteis incluem: “Model Law for the Recognition and Protection of Human Rights Defenders”, *Serviço Internacional para os Direitos Humanos*, 15 jun. 2016, https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/model_law_full_digital_updated_15june2016.pdf (acesso em: 26 mai. 2018);

“Hacia una política integral de protección a personas defensoras de derechos humanos”, *Comissão Interamericana de Direitos Humanos*, 28 fev. 2018, <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Proteccion-Personas-Defensoras.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018);

“Ten years of the European Union Guidelines on Human Rights Defenders”, *Peace Brigades International*, 4 jul. 2014, https://issuu.com/pbicolombia/docs/140626_direct_eng_for_print (acesso em: 9 mai. 2018);

“Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights Defenders”, *A/HRC/25/55, OHCHR*, 23 dez. 2013, <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Regular>

206 “Defenders of the Earth: Global Killings of Land and Environmental Defenders in 2016”, *Global Witness*, jul. 2017, pp. 28–34, www.globalwitness.org/defenders2016 (acesso em: 26 mai. 2018).

207 Essas recomendações foram publicadas pela primeira vez – juntamente com exemplos ilustrativos de como a sua implementação seria – no relatório Defenders of the Earth: Global Killings of Land and Environmental Defenders in 2016”, *Global Witness*, jul. 2017, pp. 39–41, www.globalwitness.org/defenders2016 (acesso em: 26 mai. 2018). Elas foram reproduzidas na última seção deste relatório, sem os seus exemplos.

208 “Defenders of the Earth: Global Killings of Land and Environmental Defenders in 2016”, *Global Witness*, jul. 2017, pp. 21–23, www.globalwitness.org/defenders2016 (acesso em: 26 mai. 2018).

209 “Guiding Principles on Business and Human Rights”, *OHCHR*, 2011, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acesso em: 19 abr. 2018).

210 “Declaration of Human Rights Defenders”, *OHCHR*, <http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx> (acesso em: 09 mai. 2018).

211 Outros direitos incluem: o direito à liberdade de reunião; o direito à liberdade de associação; o direito de acessar e se comunicar com organismos internacionais; o direito de protestar; o direito de desenvolver e discutir novas ideias sobre direitos humanos; o direito a um remédio efetivo; e o direito de acessar o financiamento. “Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations ‘Protect, Respect and Remedy’ Framework,” A/HRC/17/31, *OHCHR*, 21 mar. 2011, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acesso em: 26 mai. 2018); “Declaration of Human Rights Defenders”, *OHCHR*, <http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx> (acesso em: 09 mai. 2018).

212 As nove condições principais são: um quadro legal, institucional e administrativo propício; lutar contra a impunidade e pelo acesso à justiça por violações contra defensores; instituições nacionais de direitos humanos fortes, independentes e eficazes; políticas e mecanismos de proteção eficazes, incluindo apoio público ao trabalho dos defensores; atenção especial aos riscos e desafios enfrentados pelas mulheres defensoras e àqueles que trabalham com direitos das mulheres e questões de gênero; o respeito e apoio dos atores não estatais ao trabalho dos defensores; acesso seguro e aberto às Nações Unidas e aos organismos internacionais de direitos humanos; comunidades fortes, dinâmicas e diversificadas de defensores dos direitos humanos. “Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights Defenders”, A/HRC/25/55, *OHCHR*, 23 dez. 2013, http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session25/Documents/A-HRC-25-55_en.doc (acesso em: 26 mai. 2018).

213 Para obter mais informações sobre a estrutura internacional em relação ao consentimento livre, prévio e informado, que pode ajudar a prevenir ataques contra defensores, ver “International Law on Free, Prior and Informed Consent”, “Defenders of the Earth”, *Global Witness*, jul. 2017, p. 23, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 9 mai. 2018); “Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (Nº. 169)”, *Organização Internacional do Trabalho*, http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169 (acesso em: 20 jun. 2017); Artigo 10, “Declaration on the Rights of Indigenous Peoples”, Nações Unidas, mar. 2008, p. 6, http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_en.pdf (acesso em: 13 jun. 2017).

A implementação de muitos acordos regionais também ajudaria bastante a prevenir ameaças contra os defensores e facilitar seu trabalho. Por exemplo, o Princípio 10 da América Latina e Caribe obriga os Estados a garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação, possam participar do processo de tomada de decisões e tenham acesso à justiça em questões ambientais.

Ver <https://www.lacp10.org/principle-10> (acesso em: 26 mai. 2018).

“International Covenant on Civil and Political Rights”, *OHCHR*, 16 dez. 1976, <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx> (acesso em: 13 jun. 2017).

214 Ver, por exemplo, “Global Economy, Global Rights: A Practitioners’ Guide for Interpreting Human Rights Obligations in the Global Economy”, *ESCR-Net*, ago. 2014, <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Global-Economy-Global-Rights.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018); Daniel Cerqueira and Alexandra Montgomery, “Extraterritorial Obligations for All”, *Open Democracy*, 13 fev. 2018, <https://www.opendemocracy.net/daniel-cerqueira-alexandra-montgomery/extraterritorial-obligations-for-all> (acesso em: 9 mai. 2018); “Opportunities for Human Rights Defenders to Enforce Corporate Accountability: Enforcing the Extra-Territorial Obligation to Protect Human Rights”, *ISHR*, 30 out. 2015, <http://www.ishr.ch/news/opportunities-human-rights-defenders-enforce-corporate-accountability-enforcing-extra> (acesso em: 9 mai. 2018).

215 “Human Rights Defenders in National Action Plans (NAPs) on Business and Human Rights”, *ISHR*, jun. 2016, https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/ishr_icar_hrds_in_naps_guidance_eng.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

216 “EU Guideline on Human Rights Defenders”, *European Union External Action*, 21 jun. 2016, https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/3958/EU%20Guidelines%20on%20Human%20Rights%20Defenders (acesso em: 01 jun. 2018).

217 “Voices at Risk: Canada’s Guidelines on Supporting Human Rights Defenders”, *Governo do Canadá*, http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/human_rights-droits_homme/rights_defenders_guide_defenseurs_droits.aspx?lang=eng (acesso em: 8 jun. 2018).

218 “Human Rights Defenders”, *Governo da Noruega*, 20 abr. 2015, <https://www.regjeringen.no/en/topics/foreign-affairs/human-rights/ny-struktur/menneskerettighets-forkjempere/id2339808/> (acesso em: 1 jun. 2018).

219 “Swiss Guidelines on the Protection of Human Rights Defenders”, *Federal Department of Foreign Affairs*, 2013, https://www.eda.admin.ch/dam/eda/en/documents/publications/MenschenrechtshumanitaerePolitikundMigration/Leitlinien-zum-Schutz-von-HRD_en (acesso em: 8 jun. 2018).

220 O Reino Unido atualizou suas diretrizes trabalhando com defensores dos direitos humanos, embora estas não estejam disponíveis publicamente. “Human Rights Council 37: Torture and Situation of Human Rights Defenders”, *Governo do Reino Unido*, 1 mar. 2018, <https://www.gov.uk/government/news/human-rights-council-37-torture-and-situation-of-human-rights-defenders> (acesso em: 1 jun. 2018).

221 “US Support for Human Rights Defenders”, *Departamento de Estado dos EUA*, 20 jan. 2017, <https://www.state.gov/j/drl/rls/fs/2017/266903.htm> (acesso em: 1 jun. 2018).

222 A decisão do TPI anunciou que o tribunal começaria a priorizar crimes que resultassem na “destruição do meio ambiente”, na “exploração dos recursos naturais” e na “desapropriação ilegal” de terras. Também incluiu uma referência explícita à apropriação de terras.

“Company executives could now be tried for land grabs and environmental destruction”, *Global Witness*, 15 set. 2016, <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/company-executives-could-now-be-tried-land-grabbing-and-environmental-destruction-historic-move-international-criminal-court-prosecutor/> (acesso em: 8 jun. 2018). “ICC widens remit to include environmental destruction cases”, *The Guardian*, 15 set. 2016, <https://www.theguardian.com/global/2016/sep/15/hague-court-widens-remit-to-include-environmental-destruction-cases> (acesso em: 09 mai. 2018).

223 “UN Declaration on Human Rights Defenders”, A/RES/53/144 (1998), *OHCHR*, <http://www.ohchr.org/EN/Issues/SRHRDefenders/Pages/Declaration.aspx> (acesso em: 28 mar. 2018).

224 Os Princípios Orientadores estabelecem que “As empresas devem respeitar os direitos humanos”, explicando que “Como as empresas podem ter um impacto em praticamente todo o espectro de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, sua responsabilidade de respeitar aplica-se a todos esses direitos”. Isso deve incluir, portanto, o direito à liberdade de expressão e o direito à liberdade de reunião. Deve incluir, também, o respeito a todos os direitos que se aplicam aos defensores da terra e do meio ambiente, conforme estabelecido na Declaração da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos.

“Guiding Principles on Business and Human Rights”, *OHCHR*, 2011, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acesso em: 9 abr. 2018).

225 “Guiding Principles on Business and Human Rights”, *OHCHR* (2011), p. 20, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

226 “Guiding Principles on Business and Human Rights”, *OHCHR*, 2011, p. 13, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciples-BusinessHR_EN.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

227 Os Princípios Orientadores da ONU estabelecem que os Estados e as empresas devem se engajar em consultas significativas com “grupos potencialmente afetados e outras partes interessadas relevantes” para identificar os impactos dos direitos humanos em seu trabalho. “Guiding Principles on Business and Human Rights”, *OHCHR*, 2011, p. 19, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciples-BusinessHR_EN.pdf (acesso em: 09 mai. 2018).

228 “Human Rights”, *OECD Guidelines for Multinational Enterprises* (2011), <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/48004323.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018).

229 “Human Rights”, *OECD Guidelines for Multinational Enterprises* (2011), parágrafos 42–43, <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/48004323.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018).

230 “Human Rights”, *OECD Guidelines for Multinational Enterprises* (2011), parágrafo 43, <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/48004323.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018).

231 “Responsible Business Conduct for Institutional Investors: Key Considerations for Due Diligence under the OECD Guidelines for Multinational Enterprises”, OECD, 2017, <https://www.oecd.org/corporate/RBC-for-Institutional-Investors.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018).

232 “Responsible Business Conduct for Institutional Investors: Key Considerations for Due Diligence under the OECD Guidelines for Multinational Enterprises”, *OECD*, 2017, p. 13, <https://www.oecd.org/corporate/RBC-for-Institutional-Investors.pdf> (acesso em: 9 mai. 2018).
A OCDE concluiu anteriormente num documento sobre o escopo e a aplicação de relações comerciais no setor financeiro que uma relação entre um investidor e uma empresa investida incluindo uma participação minoritária pode ser considerada uma “relação comercial” sob as Diretrizes da OCDE (nota de rodapé nº 9). (Veja o Quadro 3 para uma linguagem relevante sobre esta questão.) Assim, mesmo aqueles investidores com participações minoritárias podem estar diretamente vinculados a impactos adversos causados ou contribuídos pelas empresas investidas, como resultado de sua posse ou gestão de ações na empresa, causando ou contribuindo para certos impactos sociais ou ambientais. Em outras palavras, a existência de riscos de RBC (impactos potenciais) ou impactos reais de RBC na carteira de um investidor significa, na grande maioria dos casos, que há uma “ligação direta” a suas operações, produtos ou serviços por meio deste “relacionamento de negócios” com a empresa investida (nota 10). Como resultado, espera-se que os investidores considerem os riscos de RBC ao longo de seu processo de investimento e usem sua chamada “alavancagem” com empresas nas quais investem para influenciar essas empresas investidas a fim de prevenir ou mitigar impactos adversos. No entanto, os investidores não são responsáveis por lidar com esses impactos adversos. (Ver também Seção 2.3.)

233 Para exemplos de ações que os negócios podem realizar, consulte: “Investor Responsibility: Backing Bloody Business”, em “Defenders of the Earth: Global Killings of Land and Environmental Defenders in 2016”, *Global Witness*, pp. 28–30, <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 3 abr. 2018);
“Consult, respect, protect: cross-regional group of human rights defenders calls on business to take action for their engagement and protection”, *International Service for Human Rights joint statement* (sem data), https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/10decupdated151115-joint-statement-hrds-bhr_with_logos_final.pdf (acesso em: 3 abr. 2018);
“The Role of Business and States in Violations against Human Rights Defenders of Land Rights, the Right to Territory and Rights Related to the Environment”, *International Service for Human Rights / Civil Society joint report*, out. 2015, http://www.ishr.ch/sites/default/files/article/files/reportcoalitionbusinesslandisshr_final_0.pdf (acesso em: 3 abr. 2018);
“Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights Defenders”, *Assembleia Geral da ONU*, 19 jul. 2017, <https://www.protecting-defenders.org/sites/protecting-defenders.org/files/N1722075.pdf> (acesso em: 27 mar. 2018).

234 The Rights and Resources Initiative usa a análise de estudo de caso, incluindo o Sime Darby na Libéria e o projeto de rodovia TIPNIS na Bolívia, para exibir rupturas financeiras significativas para as empresas em disputas de terra. “The Financial Risks of Insecure Land Tenure”, Rights and Resources Initiative and Munden Project, dez. 2012, http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2014/01/doc_5715.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

235 Por exemplo, um estudo de 2016 da Harvard Business Review concluiu que a receita geral de vendas pode aumentar em até 20% devido a práticas de responsabilidade corporativa e que os consumidores estão mudando suas decisões de compra, passando a escolher marcas que tenham na sua essência os valores de integridade, de responsabilidade social e de sustentabilidade. Um estudo de 2012 da PWC sobre a prática de investimento responsável de empresas de private equity também descobriu que os consumidores mais jovens estão cada vez mais impulsionando a agenda de investimento responsável, com expectativas e demandas mais elevadas do que seus pais por produtos e serviços responsáveis.
“The Comprehensive Business Case for Sustainability”, *Harvard Business School*, 21 out. 2016, <https://hbr.org/2016/10/the-comprehensive-business-case-for-sustainability> (acesso em: 26 mai. 2018);
“Responsible Investment: Creating Value from Environmental, Social and Governance Issues”, *PWC*, mar. 2012, <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/research-insights/assets/private-equity-survey-sustainability.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018).

236 Consultar, respeitar, proteger: “Consult, respect, protect: cross-regional group of human rights defenders calls on business to take action for their engagement and protection”, Declaração conjunta do Serviço Internacional para os Direitos Humanos (sem data), https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/10decupdated151115-joint-statement-hrds-bhr_with_logos_final.pdf (acesso em: 3 abr. 2018);

237 “Six farmers shot dead over land rights battle in Peru”, *The Guardian*, 6 set. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/06/six-farmers-shot-dead-over-land-rights-battle-in-peru> (acesso em: 28 mar. 2018);
“Ucayali: seis agricultores fueron asesinados por aparente conflicto de tierras”, *El*

Comercio, 6 set. 2017, <https://elcomercio.pe/peru/ucayali/ucayali-alerta-asesinato-seis-agricultores-madereros-noticia-456058> (acesso em: 28 mar. 2018).
“Tráfico de tierras detrás de la muerte de seis agricultores en Ucayali”, *Servindi*, 6 set. 2017, <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/05/09/2017/trafico-de-tierras-detras-de-la-muerte-de-seis-agricultores-shipibos> (acesso em: 09 mai. 2018);
“Santa Clara: entre la palma y el tráfico de tierras”, *Revista Ideele*, <https://revistaideele.com/ideele/content/santa-clara-entre-la-palma-y-el-tr%C3%A1fico-de-tierras> (acesso em: 28 mar. 2018).

238 “Six farmers shot dead over land rights battle in Peru”, *The Guardian*, 6 set. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/06/six-farmers-shot-dead-over-land-rights-battle-in-peru> (acesso em: 28 mar. 2018);
“Ucayali: seis agricultores fueron asesinados por aparente conflicto de tierras”, *El Comercio*, 6 set. 2017, <https://elcomercio.pe/peru/ucayali/ucayali-alerta-asesinato-seis-agricultores-madereros-noticia-456058> (acesso em: 28 mar. 2018).
“Tráfico de tierras detrás de la muerte de seis agricultores en Ucayali”, *Servindi*, 6 set. 2017, <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/05/09/2017/trafico-de-tierras-detras-de-la-muerte-de-seis-agricultores-shipibos> (acesso em: 09 mai. 2018);
“Santa Clara: entre la palma y el tráfico de tierras”, *Revista Ideele*, <https://revistaideele.com/ideele/content/santa-clara-entre-la-palma-y-el-tr%C3%A1fico-de-tierras> (acesso em: 28 mar. 2018).

239 “‘Estamos dispuestos a matar’: las amenazas contra Santa Clara de Uchunya se intensifican tras una orden judicial expedida en contra de una empresa de aceite de palma”, *Forest People’s Programme*, 26 jan. 2018, <https://www.forestpeoples.org/es/node/50204> (acesso em: 28 mar. 2018);
“Preocupan amenazas de muerte a líderes de Ucayali”, *Servindi*, 25 fev. 2018, <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/24/02/2018/preocupan-amenazas-de-muerte-contra-lideres-de-ucayali> (acesso em: 28 mar. 2018).

240 “Cameroon environment activist Nasako Besingi detained”, *Business and Human Rights Resource Centre*, 27 set. 2017, <https://business-humanrights.org/en/cameroon-environment-activist-nasako-besingi-detained> (acesso em: 28 mar. 2018).

241 “Cameroon environment activist Nasako Besingi detained”, *Business and Human Rights Resource Centre*, 27 set. 2017, <https://business-humanrights.org/en/cameroon-environment-activist-nasako-besingi-detained> (acesso em: 28 mar. 2018).
“Cameroun: arrestation du militant écologiste Nasako Besingi en zone Anglophone”, *Jeune Afrique*, 26 set. 2017, <http://www.jeuneafrique.com/477104/societe/cameroun-arrestation-du-militant-ecologiste-nasako-besingi-en-zone-anglophone/> (acesso em: 28 mar. 2018);
“Cameroon palm oil campaigner arrested in crackdown on activists”, *The Guardian*, 29 set. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/29/cameroon-palm-oil-campaigner-arrested-crackdown-activists> (acesso em: 28 mar. 2018).

242 “Brasil: Indígenas Gamela têm mãos decepadas e são baleados em ataque coordenado por fazendeiros, afirmam lideranças”, *Business and Human Rights Resource Centre*, 3 mai. 2017, <https://business-humanrights.org/pt/brasil-indigenas-gamela-t%C3%A3o-m%C3%A3os-decepadas-e-s%C3%A3o-baleados-supostamente-em-ataque-coordenado-por-fazendeiros-em-disputa-de-terra-no-maranhao%C3%A3o-0> (acesso em: 28 mar. 2018);
“Índios ficam feridos em confronto com fazendeiros no Maranhão”, *Maranhão*, 1 mai. 2017, <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/comunidade-indigena-e-atacada-em-viana-ma-e-dezenas-ficam-feridos-diz-cimi.ghtml> (acesso em: 09 mai. 2018).

243 Em 2016, a Global Witness documentou o assassinato de 23 defensores da terra ou do meio ambiente que fizeram campanha contra abusos no setor do agronegócio. Em 2017 o número foi de 46, representando um aumento de 71%. Deve-se notar que, em alguns casos, o defensor assassinado fez campanha contra mais de um setor, muitas vezes mineração e agronegócio. Esses casos são contados como assassinatos associados a ambos os setores, a menos que existam evidências convincentes para vincular o assassinato ao ativismo do defensor a um setor ou outro.

244 Em 2017, o Business and Human Rights Resource Centre (BHRRC) registrou 388 ataques contra defensores dos direitos humanos. Em comparação com os dados de 2016, 100 casos foram relacionados ao agronegócio, com 55 assassinatos registrados, tornando o agronegócio o setor mais perigoso para os defensores em relação a assassinatos e o segundo “pior” setor para ataques em geral.
“Key findings – February 2018”, *BHRRC*, <https://www.business-humanrights.org/en/key-findings-from-the-database-of-attacks-on-human-rights-defenders-feb-2017> (acesso em: 09 mai. 2018).

O portal do BHRRC fornece dados sobre ataques, assédio e assassinatos de defensores dos direitos humanos que trabalham para a responsabilização corporativa. Em 2017, o BHRRC documentou 388 agressões, incluindo 63 casos de detenção arbitrária e 96 processos judiciais e ações regulatórias. Os ataques são confirmados pelos pesquisadores regionais do BHRRC e pelos defensores dos direitos humanos que documentam seu trabalho sobre responsabilização corporativa. O banco de dados do BHRRC também usa arquivos externos que documentam ataques, compilados pela Global Witness (a partir de 2015) e Janika Spannagel do Global Public Policy Institute (casos de 2015, parte de um projeto que analisa casos do relator especial sobre relatórios de defensores de direitos humanos (2000-2015)). Além disso, foram incluídos vários casos dos sites da Front Line Defenders, da Anistia Internacional e do

FIDH / OMCT – Observatory of HRDs (Observatório para a Proteção dos Defensores de Direitos Humanos), bem como o último relatório da Udefegua (2015). Devido à subnotificação de casos, é provável que os dados do BHRRC estejam incompletos.

245 “Industrial Agriculture”, *Global Forest Atlas*, <https://globalforestatlas.yale.edu/land-use/industrial-agriculture> (acesso em: 09 mai. 2018).

246 Os dados mostram que as apropriações de terras permanecem conectadas às reservas de água, tanto quanto à terra. O acesso à água é um dos principais impulsionadores das aquisições transnacionais de terras. A escassez de água é cada vez mais uma restrição fundamental à produção agrícola, levando à crescente concorrência pelos recursos hídricos. Para uma coleção de artigos sobre a água veja “Water”, *Farmlandgrab*, <https://www.farmlandgrab.org/cat/show/799> (acesso em: 9 mai. 2018). Veja também “The global farmland grab in 2016: how big, how bad”, *Grain*, jun. 2016, p. 9, <https://www.grain.org/es/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad> (acesso em: 29 mar. 2018); “Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project”, *International Land Coalition*, 2012, p. 37 http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/ILC%20GSR%20report_ENG.pdf (acesso em: 29 mar. 2018).

247 A International Land Coalition, que é uma coalizão internacional da sociedade civil e de organizações intergovernamentais, usa uma definição comum de “apropriação de terras”, descrita como: “aquisições ou concessões que correspondam a uma ou mais destas características: (I) estejam em violação com os direitos humanos, particularmente da igualdade de direitos das mulheres; (II) não sejam baseadas em consentimento livre, prévio e informado dos usuários da terra afetados; (III) não se baseiem em uma avaliação minuciosa ou desconsiderem os impactos sociais, econômicos e ambientais, incluindo a forma como são generificados; (IV) não estejam baseadas em contratos transparentes que especifiquem compromissos claros e vinculantes sobre atividades, emprego e repartição de benefícios, e (V) não estejam baseadas em planejamento democrático efetivo, supervisão independente e participação significativa.” Ver: “Tirana Declaration”, *International Land Coalition*, 27 mai. 2011, <http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/tiranadeclaration.pdf> (acesso em: 09 mai. 2018).

248 “Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project”, *International Land Coalition*, 2012, p. 35, http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/ILC%20GSR%20report_ENG.pdf (acesso em: 26 mai. 2018).

249 O relatório da Global Witness “Temples and Guns” (Templos e Armas) documenta um caso na Libéria, onde dois territórios religiosos sagrados para a comunidade local foram destruídos ou tiveram seu acesso a eles impedido pela empresa de óleo de palma Golden Veroleum Liberia (GVL). “Temples and Guns”, *Global Witness*, 19 out. 2016, <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/palm-oil-giant-golden-veroleum-liberia/> (acesso em: 9 mai. 2018).

250 “Why are community forests so important?”, *WRI*, 17 jul. 2014, <http://www.wri.org/blog/2014/07/qa-why-are-community-forests-so-important> (acesso em: 17 mai. 2018).

251 “Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project”, *International Land Coalition*, 2012, http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/ILC%20GSR%20report_ENG.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

252 The Land Matrix, <http://www.landmatrix.org/en/> (acesso em: 29 jan. 2018). Este site possui dados sobre 69.643.793 hectares de terras que foram arrendadas ou estão em negociação. Inclui acordos que são feitos para a produção agrícola, extração de madeira, comércio de carbono, indústria, produção de energia renovável, conservação e turismo em países de baixa e média renda. A quantidade exata de terra permutada é provavelmente muito maior – devido à disponibilidade limitada de dados no contexto de uma falta geral de transparência em torno de acordos sobre terras.

253 Superfície dos países disponíveis em <http://world.bymap.org/LandArea.html> (acesso em: 8 jun. 2018). 70 milhões de hectares se convertem em 700.000 km². World By Map, <http://world.bymap.org/LandArea.html>, (acesso em: 9 mai. 2018).

254 “Dealing with Disclosure”, *Global Witness, International Land Coalition and Oakland Institute*, 2012, <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/land-deals/dealing-disclosure/> (acesso em: 9 mai. 2018).

255 Ver, especialmente <http://www.landmatrix.org> e www.farmlandgrab.org. A escala e a competição pelos recursos da terra estão aumentando a um ritmo enorme, agravadas pela mudança na dinâmica do regime alimentar global, pelas iniciativas de proteção ambiental no contexto das mudanças climáticas e pelo fluxo internacional de capital financeiro em busca de investimentos seguros. Um relatório recente da GRAIN mostrou que a expansão do agronegócio impulsionada pelo lucro é agora o empreendimento dominante por trás da apropriação de terras. Cada vez mais instituições financeiras e fundos de pensão passam a investir pesadamente em terras agrícolas. As estruturas offshore e os fluxos financeiros ilícitos também desem-

penham um papel importante, com os investidores usando cada vez mais estruturas offshore para ocultar a corrupção, ocultar os verdadeiros proprietários beneficiários e permitir que as empresas evitem a tributação.

Ver, especialmente, a Land Matrix, <http://www.landmatrix.org/en/> (acesso em: 9 mai. 2018); *Farm Land Grab*, www.farmlandgrab.org (acesso em: 28 mar. 2018); “The global farmland grab in 2016: how big, how bad”, *Grain*, jun. 2016, p. 9, <https://www.grain.org/es/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad> (acesso em: 29 mar. 2018); “Pension funds: key players in the global farmland grab”, *Grain*, 20 jun. 2011, <https://www.grain.org/e/4287> (acesso em: 03 abr. 2018); “The Global Land Grab”, *TNI*, fev. 2013, <https://www.tni.org/files/download/landgrabbingprimer-feb2013.pdf> (acesso em: 28 mar. 2018); “Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project”, *International Land Coalition*, 2012, http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/ILC%20GSR%20report_ENG.pdf (acesso em: 29 mar. 2018).

256 “Trends in Global Land Use Investment: Implication for Legal Empowerment”, *IIED*, 2018, <http://pubs.iied.org/12606IIED/> (acesso em: 9 mai. 2018).

257 O Mecanismo de Direitos Humanos da União Europeia dispõe de dados em tempo real sobre violações contra defensores, incluindo os tipos de ameaças. Em 2017, o “assédio judicial” foi a segunda tática mais usada para silenciar os ativistas, após os assassinatos. Foi seguido por “detenção” e “ameaças de assédio”. Os tipos de ataques registrados incluem também “difamação”, “ataques físicos” e “restrições à liberdade de movimento”. Esses dados são apoiados pelo relatório de 2017 da Anistia Internacional sobre mortes e desaparecimentos forçados e pelo banco de dados do Business and Human Rights Resource Centre sobre os defensores, revelando que, embora os assassinatos tenham sido o tipo mais comum de ataque em 2017, os defensores também enfrentaram a criminalização. A detenção arbitrária e as ações judiciais são uma tática usada para incapacitar e minar a credibilidade dos ativistas. “Global Analysis”, em “Annual Report on Human Rights Defenders at Risk in 2017”, *Frontline Defenders*, 22 jan. 2018, <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/annual-report-human-rights-defenders-risk-2017> (acesso em: 25 abr. 2018); “People Power under Attack, Findings from the Civicus Monitor”, *Civicus*, 4 out. 2017, http://www.civicus.org/images/CM_Findings_7Oct_v1.pdf (acesso em: 25 abr. 2018); “Deadly but Preventable Attacks: Killings and Enforced Disappearances of Those Who Defend Human Rights”, *Anistia Internacional*, 2017, <https://www.amnesty.org/download/Documents/ACT3072702017ENGLISH.PDF> (acesso em: 9 mai. 2018); “Key Findings: February 2018”, *Business and Human Rights Resource Centre*, <https://www.business-humanrights.org/en/key-findings-from-the-database-of-attacks-on-human-rights-defenders-feb-2017> (acesso em: 19 abr. 2018).

258 “Le Président du Faso Président du Conseil des Ministres”, *Loi No 039-2017/AN Portant Protection des Défenseurs des Droits Humains au Burkina Faso*, *ISHR*, 27 jul. 2017, https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/loi_protection_des_defenseurs_des_droits_humains_bf.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

259 “Relative aux Défenseurs des Droits de l’Homme”, *Loi No 2018-003 du 12 Jan 2018 Relative aux Défenseurs des Droits de l’Homme*, *ISHR*, 12 jan. 2018, https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/mali_loi_relative_aux_ddh.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

260 Mali pode fazê-lo, ao publicar o decreto de implementação, embora Burkina Faso possa ter de modificar a própria lei, “Mali - groundbreaking new law strengthens legal protection of human rights defenders”, *International Service for Human Rights*, <http://www.ishr.ch/news/mali-groundbreaking-new-law-strengthens-legal-protection-human-rights-defenders> (acesso em: 27 mar. 2018); “Mali guarantees the protection of human rights defenders in the country”, *Front Line Defenders*, <https://www.frontlinedefenders.org/en/statement-report/mali-guarantees-protection-human-rights-defenders-country> (acesso em: 27 mar. 2018); “Mali – third African país to adopt law on protection of HRDs”, *Monitor – Tracking Civil Space*, <https://monitor.civicus.org/newsfeed/2018/01/23/mali-third-african-country-adopt-law-protection-human-rights-defenders/> (acesso em: 27 mar. 2018); “Burkina Faso – ensure full implementation of important new law on human rights defenders”, *International Service for Human Rights*, <https://www.ishr.ch/news/burkina-faso-ensure-full-implementation-important-new-law-human-rights-defenders> (acesso em: 27 mar. 2018).

261 “Ecuador – victory for NGO as arbitrary decision to force its closure is reversed”, *International Service for Human Rights*, 1 dez. 2017, <http://www.ishr.ch/news/ecuador-victory-ngo-arbitrary-decision-force-its-closure-reversed> (acesso em: 26 mai. 2018); “Historic victory: Pachamama Foundation reinstated in Ecuador”, *Pachamama Alliance*, 21 nov. 2017, <https://news.pachamama.org/historic-victory-pachamama-foundation-reinstated-in-ecuador> (acesso em: 23 mai. 2018).

262 “¿Sabes cuáles son las siete preguntas de la Consulta Popular y qué dicen? Te lo contamos”, *El Comercio*, 30 jan. 2018, <http://www.elcomercio.com/afull/preguntas-consultapopular-ecuador-explicacion-referendo.html> (acesso em: 8 jun. 2018); “La minería ya contamina el agua”, *LBE*, 3 fev. 2018, <http://labarraespaciadora.com/>

planeta/quiere-mineria-no-igual-va-pero/ (acesso em: 23 mai. 2018), “¿Puede la Consulta Popular salvar al Yasuni?”, *LBE*, 3 fev. 2018, <http://labarraespaciadora.com/planeta/parque-nacional-yasuni/> (acesso em: 23 mai. 2018), “El Yasuni, la minería y los pueblos amazónicos: del dicho al hecho...”, *LBE*, 3 fev. 2018, <http://labarraespaciadora.com/aqui-y-ahora/yasuni-la-mineria-los-pueblos-amazonicos-del-dicho-al-hecho/> (acesso em: 26 mai. 2018).

263 “Brazilian Supreme Court upholds land rights of indigenous people”, *The Guardian*, 17 ago. 2017, <https://www.theguardian.com/global-development/2017/ago/17/brazilian-supreme-court-upholds-land-rights-indigenous-people-mato-grosso-dosul> (acesso em: 27 mar. 2018); “Victory for indigenous peoples as Brazil’s Supreme Court rejects attempts to limit indigenous land rights”, *Amazon Watch*, 19 ago. 2017, <http://amazonwatch.org/news/2017/0819-victory-for-indigenous-peoples-as-brazil-court-rejects-attempts-to-limit-indigenous-rights> (acesso em: 27 mar. 2018); “Julgamento no STF: a tese do marco temporal continua ameaçando os povos originários”, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 21 ago. 2017, <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/agosto/julgamento-no-stf-a-tese-do-marco-temporal-continua-ameaçando-os-povos-originaarios> (acesso em: 27 mar. 2018) “STF mantém regras para demarcação de quilombos e rejeita ‘marco temporal’”, *BBC*, 8 fev. 2018, <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42995309> (acesso em: 27 mar. 2018)

264 “Canada – new guidelines put human rights defenders front and centre”, *International Service for Human Rights*, 16 dez. 2016, <https://www.ishr.ch/news/canada-new-guidelines-put-human-rights-defenders-front-and-centre> (acesso em: 27 mar. 2018); “Voices at Risk: Canada’s Guidelines on Supporting Human Rights Defenders”, *Governo do Canadá*, http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/human_rights-droits_homme/defenseurs_droits.aspx?lang=eng (acesso em: 27 mar. 2018).

265 “Voices at Risk: Canada’s Guidelines on Supporting Human Rights Defenders”, *Governo do Canadá*, seção 4.2, http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/human_rights-droits_homme/defenseurs_droits.aspx?lang=eng (acesso em: 27 mar. 2018).

266 A política governamental permanente de “diplomacia econômica”, como descrita em seu Plano de Ação para Mercados Globais, direciona os diplomatas a servir principalmente os interesses das empresas canadenses que operam no exterior. Esta política não leva em consideração se isso pode ou não agravar o conflito ou piorar as condições nas quais os defensores dos direitos humanos trabalham, antes ou durante o apoio às empresas. Para mais informações, ver Charis Kamphuis, “Canadian Economic Diplomacy: Policy Gaps, Human Rights Impacts & Recommendations”, 25 fev. 2018, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3125011 (acesso em: 9 mai. 2018).

267 “Lord Ahmad addresses Amnesty International”, *Governo do Reino Unido*, 12 dez. 2017, <https://www.gov.uk/government/speeches/lord-ahmad-addresses-amnesty-international> (acesso em: 27 mar. 2018).

268 “US Congress calls for action on Honduras in response to murders of land and environmental activists”, *Global Witness*, 7 abr. 2017, <https://www.globalwitness.org/en/blog/us-congress-calls-action-honduras-response-murders-land-and-environmental-activists/> (acesso em: 17 mai. 2018).

269 O Departamento de Estado dos EUA aprovou a manutenção da ajuda a Honduras em dezembro de 2017 em meio à crise pós-eleitoral que deixou pelo menos 30 manifestantes mortos. No entanto, o gabinete do senador Patrick Leahy disse ao *New York Times* que o Congresso provavelmente suspenderia a ajuda por enquanto, citando a necessidade de mudar a dinâmica através da qual o dinheiro da assistência estrangeira continua a fluir, enquanto outras prioridades da política externa recebem precedência sobre os direitos humanos. O senador Leahy é vice-presidente do Comitê de Apropriações do Senado e tem falado repetidamente sobre o descumprimento de Honduras das condições de direitos humanos quanto à ajuda que recebe.

Ver “US at a crossroad as it confronts turmoil in Honduras”, *New York Times*, 13 dez. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/12/13/world/americas/honduras-election-juan-orlando-fernandez.html> (acesso em: 26 mai. 2018).

270 A Global Witness entrou em contato com o IAWG e os detalhes sobre seu mandato foram fornecidos pelo Departamento de Estado por e-mail.

271 “Sustainable finance: Commission’s action plan for a greener and cleaner economy”, *Comissão Europeia*, 8 mar. 2018, https://ec.europa.eu/clima/news/sustainable-finance-commissions-action-plan-greener-and-cleaner-economy_en (acesso em: 1 jun. 2018).

272 “Sustainable Finance, Procedure File”, *Parlamento Europeu*, [http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=&reference=2018/2007\(INI\)](http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=&reference=2018/2007(INI)) (acesso em: 1 jun. 2018).

273 “BHP opposes Minerals Council of Australia’s war on activist rights”, *The Guardian*, 7 nov. 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/nov/08/bhp-opposes-minerals-council-of-australias-war-on-activist-rights> (acesso em: 27 mar. 2018).

274 “Mining lobby calls for 10% limit on environmental charities’ spending on advocacy”, *The Guardian*, 31 ago. 2017, <https://www.theguardian.com/business/2017/sep/01/mining-lobby-calls-for-controls-on-environmental-charities-spending-on-advocacy> (acesso em: 27 mar. 2018);

“BHP backs green groups over the Minerals Council as industry rift widens”, *ABC News*, 8 nov. 2017, <http://www.abc.net.au/news/2017-11-08/bhp-minerals-council-rift-widens/9130680> (acesso em: 25 abr. 2018).

275 “A Global Assault on Non-Profits”, *International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL)*, nov. 2015, <https://gijn.org/2015/11/30/the-global-assault-on-nonprofits/> (acesso em: 23 mai. 2018).

276 Em 2016, uma investigação da polícia federal concluiu que a empresa sabia dos riscos antes do colapso da barragem. Vinte e uma pessoas foram indiciadas por danos ambientais, estendidos às três empresas envolvidas, e por homicídio qualificado. Num comunicado, a BHP Billiton Brasil “rejeita imediatamente as acusações contra a empresa e os indivíduos afetados”. A Samarco publicou um estudo independente, encomendado pelo escritório de advocacia americano Cleary Gottlieb Steen & Hamilton, que citou uma série de “ocorrências não planejadas” durante a construção e operação da represa, incluindo um pequeno terremoto no dia do desastre que pode ter “acelerado o processo de falha que já estava bem avançado”. O relatório não atribui culpa alguma e não foi comentado pela Samarco.

Ver “Brazil dam disaster: firm knew of potential impact months in advance”, *The Guardian*, 1 mar. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/feb/28/brazil-dam-collapse-samarco-fundao-mining> (acesso em: 17 mai. 2018); “Brazil charges BHP and Vale staff over mine collapse”, *BBC*, 21 out. 2016, <http://www.bbc.co.uk/news/business-37723057> (acesso em: 21 mai. 2018); “Brazil judge to hear criminal charges for Samarco dam disaster”, *Reuters*, 18 nov. 2016, <https://uk.reuters.com/article/us-brazil-samarco-miner-charges-idUKKBN13D-1KQ> (acesso em: 21 mai. 2018);

“PF conclui inquérito da tragédia de Mariana e indícia 8 pessoas”, *G1*, 9 jun. 2016, <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/pf-conclui-inquerito-da-tragedia-de-mariana-e-indicia-8-pessoas.html> (acesso em: 21 mai. 2018);

“BHP Samarco – rejection of charges”, BHP Billiton, 21 out. 2016, <https://www.bhp.com/media-and-insights/news-releases/2016/10/samarco-rejection-of-charges> (acesso em: 21 mai. 2018);

“Samarco dam collapse: one year on from Brazil’s worst environmental disaster”, *The Guardian*, 15 out. 2016, <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/15/samarco-dam-collapse-brazil-worst-environmental-disaster-bhp-billiton-vale-mining> (acesso em: 21 mai. 2018).

277 “Space for civil society is critical for business: Human Rights Defenders must be protected”, *Conselho Internacional de Mineração e Metais*, 5 fev. 2018, <https://www.icmm.com/en-gb/our-stories/hr-defenders-must-be-protected> (acesso em: 27 mar. 2018).

278 Alternative Mining Indaba 2018 Conference, <http://altminingindaba.co.za/> (acesso em: 27 mar. 2018).

279 Como destacado em 2016 no relatório “Defensores da Terra”, em 2016 uma coalizão de 169 ONGs de todo o mundo pediu aos bancos de desenvolvimento que “façam tudo dentro de seus poderes” para garantir que o público possa opinar sobre os projetos que financiam. Eles exigiram que os defensores pudessem “responsabilizar [os bancos de desenvolvimento] sem arriscar sua segurança”. Muitas organizações também pediram à FMO que incluisse disposições sólidas para a proteção dos defensores em suas políticas de sustentabilidade e direitos humanos. Geralmente, as respostas dos bancos a essas solicitações até agora têm sido insuficientes. Ver “Defenders of the Earth”, *Global Witness*, 13 jul. 2017, <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 9 mai. 2018), pp. 28–34 e nota final 143 em particular.

280 “Investor Alliance for Human Rights”, ICCR, <https://www.iccr.org/our-issues/human-rights/investor-alliance-human-rights> (acesso em: 26 mai. 2018).

281 “Investor statement of concern on the increasing harassment and attacks on human rights defenders”, *Aliança de Investidores para os Direitos Humanos/ ICCR*, 23 abr. 2018, http://iccr.org/sites/default/files/resources_attachments/investor_alliance_for_human_rights_hrds_sign-on_final04.23.18.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

282 “Blackstone ends talks for NSO Group stake that prompted protest: sources”, *Reuters*, 15 ago. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-nso-group-blackstone-group-protests/blackstone-ends-talks-for-nso-group-stake-that-prompted-protest-sources-idUSKCN1AV234> (acesso em: 9 mai. 2018);

“Using texts as lures, government spyware targets Mexican journalists and their families”, *New York Times*, 19 jun. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/06/19/world/americas/mexico-spyware-anticrime.html> (acesso em: 9 mai. 2018);

“Powerful Israeli smartphone spyware targets Mexico’s missing student investigators”, *Forbes*, 10 jul. 2017, <https://www.forbes.com/sites/thomasbrewster/2017/07/10/nso-group-mexico-spyware-targets-missing-student-investigators/#4ccea7985d02> (acesso em: 9 mai. 2018).

283 “FMO and FinnFund finalise exit Agua Zarca”, *FinnFund*, 6 jul. 2017, https://www.finnfund.fi/ajankohtaista/uutiset17/en_GB/agua_zarca_exit/ (acesso em: 9 mai. 2018).

284 “Dutch development bank takes step forward on human rights, but must do more to protect defenders”, *Global Witness*, 26 set. 2017, <https://www.globalwitness.org/fr/press-releases/dutch-development-bank-takes-step-forward-human-rights-must-do-more-protect-defenders/> (acesso em: 27 mar. 2018).

285 “Inspection Panel Guidelines to Reduce Retaliation Risks and Respond to Retaliation during the Panel Process”, Banco Mundial, 30 mar. 2016, <http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/PanelMandateDocuments/2016%20Retaliation%20Guidelines.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018).

286 “Approach to Responding to Concerns of Threats and Incidents of Reprisals in CAO Operations”, *Compliance Advisor Ombudsman*, <http://www.cao-ombudsman.org/documents/CAO-Reprisals-web.pdf> (acesso em: 8 jun. 2018).

287 “As the global death toll rises, it’s time for business to protect environmental activists by letting them have a voice”, *Global Witness*, 25 out. 2016, <https://www.globalwitness.org/en-gb/blog/global-death-toll-rises-its-time-business-protect-environmental-activists-letting-them-have-voice/> (acesso em: 27 mar. 2018). “They spoke truth to power and were murdered in cold blood”, *Relator Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, Michel Forst*, <https://www.protecting-defenders.org/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A/www.protecting-defenders.org/sites/protecting-defenders.org/files/environmentaldefenders.pdf> (acesso em: 27 mar. 2018).

288 “Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights Defenders”, *Assembleia Geral da ONU*, 19 jul. 2017, <https://www.protecting-defenders.org/sites/protecting-defenders.org/files/N1722075.pdf> (acesso em: 27 mar. 2018); “UN expert calls for change in business practice; companies are found complicit in attacks against human rights defenders”, *Global Witness*, 25 out. 2017, <https://www.globalwitness.org/en-gb/press-releases/un-expert-calls-change-business-practice-companies-are-found-complicit-attacks-against-human-rights-defenders/> (acesso em: 27 mar. 2018).

289 “Resource Portal on Environmental Defenders”, *Environment Rights.org*, <https://www.environment-rights.org/> (acesso em: 27 mar. 2018).

290 “Human Rights Defenders and Civic Space: The Business and Human Rights Dimension”, *Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos*, 12 mai. 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/ForumSession6/UNWG_ProjectHRDsBackgroundNote12052017.pdf (acesso em: 29 mar. 2018).

291 “Protection for environmental defenders strengthened as UN launch landmark policy”, *Global Witness*, 6 mar. 2018, <https://www.globalwitness.org/en-gb/blog/protection-environmental-defenders-strengthened-un-launches-landmark-policy/> (acesso em: 9 mai. 2018); “Promoting Greater Protection for Environmental Defenders”, *PNUMA*, https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/22769/Environmental_Defenders_Policy_2018_EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y (acesso em: 9 mai. 2017).

292 Parágrafo 59, Opinión Consultiva OC-23/17 de 15 de noviembre de 2017, Solicitada por la República de Colombia, Medio ambiente y derechos humanos, *Corte Interamericana de Derechos Humanos*, 15 nov. 2017, http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf (acesso em: 9 mai. 2018). “Court Embraces Right to a Healthy Environment in the Americas”, *Human Rights Watch*, 14 fev. 2018, <https://www.hrw.org/news/2018/02/14/court-embraces-right-healthy-environment-americas> (acesso em: 9 mai. 2018). “International Court Ruling: a Safe Climate Is a Human Right”, *Climate Liability News*, 13 fev. 2018, <https://www.climateliabilitynews.org/2018/02/13/inter-american-climate-rights-colombia/> (acesso em: 3 abr. 2018).

293 Parágrafo 242, a, Opinión Consultiva OC-23/17 de 15 de noviembre de 2017, Solicitada por la República de Colombia, Medio ambiente y derechos humanos, *Corte Interamericana de Derechos Humanos* http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

294 Parágrafo 242, f & b, Opinión Consultiva OC-23/17 de 15 de noviembre de 2017, Solicitada por la República de Colombia, Medio ambiente y derechos humanos, *Corte Interamericana de Derechos Humanos* http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

295 Parágrafo 104, Opinión Consultiva OC-23/17 de 15 de noviembre de 2017, Solicitada por la República de Colombia, Medio ambiente y derechos humanos, *Corte Interamericana de Derechos Humanos* http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf (acesso em: 9 mai. 2018).

296 “Statement: new agreement marks historic step forward for environmental justice in Latin America and the Caribbean”, World Resources Institute, 3 mar. 2018, <http://www.wri.org/news/2018/03/statement-new-agreement-marks-historic-step-forward-environmental-justice-latin-america> (acesso em: 9 mai. 2018); “Latin American and Caribbean Countries – LAC P10”, Principio LAC10, <https://www.lacp10.org/principle-10> (acesso em: 9 mai. 2018);

“Latin American countries sign legally binding pact to protect land defenders”, *The Guardian*, 5 mar. 2018, <https://www.theguardian.com/environment/2018/mar/05/latin-american-countries-sign-legally-binding-pact-to-protect-land-defenders> (acesso em: 9 mai. 2018).

297 O Interlaken Group é uma rede informal de líderes individuais de empresas influentes, organizações da sociedade civil, governos e organizações internacionais. O objetivo do grupo é expandir e alavancar a ação do setor privado para garantir os direitos à terra da comunidade (e, portanto, evitar os conflitos e a violência associados). Juntos, eles desenvolvem, adotam e disseminam novas ferramentas e adiantam novos mecanismos “pré-competitivos” para acelerar o aprendizado do setor privado sobre práticas responsáveis de direitos à terra. O grupo produziu vários documentos orientadores sobre a implementação do VGGT e empresas e investidores começaram a relatar ao grupo seus esforços para identificar riscos ambientais, sociais e de governança em seus projetos, implementar as diretrizes e compartilhar exemplos de melhores práticas.

“Respecting Land and Forest Rights: A Guide for Companies - Support for Aligning Your Operations with the Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure”, Interlaken Group, ago. 2015, <http://www.interlaken.org/downloads/Guide-bdf36ef9b283d606913f3c0e7adb153.pdf?vsn=d> (acesso em: 9 mai. 2018).

298 “Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forestry in the Context of National Food Security”, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2012, <http://www.fao.org/docrep/016/i2801e/i2801e.pdf> (acesso em: 09 mai. 2018).

299 Para os nomes daqueles que elaboraram as diretrizes, consulte “Respecting Land and Forest Rights: A Guide for Companies – Support for aligning your operations with the Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure”, Interlaken Group, ago. 2015, p. v <http://www.interlaken.org/downloads/Guide-bdf36ef9b283d606913f3c0e7adb153.pdf?vsn=d> (acesso em: 9 mai. 2018).

300 Ver “Defenders of the Earth: Global Killings of Land and Environmental Defenders in 2016”, *Global Witness*, jul. 2017, pp 21–23, www.globalwitness.org/defenders2016 (acesso em: 26 mai. 2018).

301 Por exemplo, conforme documentado em Honduras pela *Global Witness* em “Honduras: The Deadliest Country in the World for Environmental Activism”, *Global Witness*, 31 jan. 2017, p. 29, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism/> (acesso em: 8 jun. 2018).

302 “Pessoas politicamente expostas” são indivíduos cuja posição de destaque na vida pública pode torná-los vulneráveis à corrupção. A definição se estende a membros da família imediata e a colegas próximos conhecidos. “High Risk Customers, Including Politically Exposed Persons”, *Financial Conduct Authority*, 16 fev. 2018, <https://www.fca.org.uk/firms/money-laundering-terrorist-financing/high-risk-customers-politically-exposed-persons> (acesso em: 9 mai. 2018).

303 “OECD–FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains”, *OECD*, <http://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/rbc-agriculture-supply-chains.htm> (acesso em: 9 mai. 2018).

304 As referências para esta seção podem ser encontradas nas notas explicativas nas páginas 45-47 do “Defenders of the Earth”, *Global Witness*, 13 jul. 2017, <https://www.globalwitness.org/en-gb/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/> (acesso em: 9 mai. 2018).

305 “Consult, respect, protect: cross-regional group of human rights defenders calls on business to take action for their engagement and protection”, *Declaração conjunta do Serviço Internacional para os Direitos Humanos* (sem data), https://www.ishr.ch/sites/default/files/documents/10decupdated151115-joint-statement-hrds-bhr_with_logos_final.pdf (acesso em: 3 abr. 2018).



“Esta é a tradução ao português do relatório ‘A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017’, o qual foi originalmente publicado em inglês em 24 de julho de 2018. Caso haja alguma discrepância ou ausência de clareza, consulte a versão original em inglês.”



global witness

A Global Witness investiga e faz campanhas para mudar o sistema, expondo as redes econômicas por trás de conflitos, corrupção e destruição ambiental.

A Global Witness é uma sociedade de responsabilidade limitada por garantia e estabelecida na Inglaterra (Nº 2871809)

Global Witness, 1 Mark Square,
London, EC2A 4EG,
United Kingdom

ISBN 978-1-911606-24-6

© Global Witness 2018